UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE/*CAMPUS* DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO

DANIELLE LASAROTTO FELTES

ZÉ CORRETO E A CONSTRUÇÃO DOS MODOS DE EXISTÊNCIA DE UM SUJEITO EM SITUAÇÃO DE RUA

TOLEDO/PR
2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE/*CAMPUS* DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO

DANIELLE LASAROTTO FELTES

ZÉ CORRETO E A CONSTRUÇÃO DOS MODOS DE EXISTÊNCIA DE UM SUJEITO EM SITUAÇÃO DE RUA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Linha de pesquisa "Democracia e Políticas Públicas", Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus Toledo.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Arantes

TOLEDO/PR
2017

Catalogação na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

Feltes, Danielle Lasarotto
F325z Zé correto e a construção dos modos de existência do sujeito em situação de rua / Danielle Lasarotto Feltes.-- Toledo, PR : [s. n.], 2017.
126 f. : il (algumas color.), fig.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Arantes
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais e Humanas.

1. Ciências sociais - Dissertação 2. Pessoas desabrigadas - Francisco Beltrão (PR) 3. Política pública 4. Biopolítica 5. Sujeito (Filosofia) 6. Análise do discurso 7. População - Aspectos sociais I. Arantes, Marco Antonio, orient. II. T

CDD 20. ed. 305.569098162

DANIELLE LASAROTTO FELTES

ZÉ CORRETO E A CONSTRUÇÃO DOS MODOS DE EXISTÊNCIA DO SUJEITO EM SITUAÇÃO DE RUA

Dissertação apresenta como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Linha de pesquisa “Democracia e Política Públicas” Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em 18 de setembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antonio Arantes (Orientador)
UNIOESTE - TOLEDO

Prof. Dr. Geraldo Magella Neres
UNIOESTE – TOLEDO

Profa. Dra. Simone Maria Hüning
UFAL - MACEIÓ

Dedico esta Dissertação as pessoas em situação de rua,

criativas em seus modos de existência.

Ao Zé Correto por compartilhar comigo sua história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Aos meus pais Marilete e Dirceu e a minha irmã Deise pelo amor, carinho e paciência. Agradeço-lhes por todos os apoios, incentivos e principalmente por não medirem esforços para que pudesse dar continuidade em minha caminhada acadêmica.

Ao meu amor Ismael por estar presente nessa trajetória do mestrado. Agradeço pelo apoio, paciência, compreensão, por me escutar e me acalmar nos momentos mais angustiantes.

Aos meus amigos Rodrigo e Taiza por me incentivarem a realizar o processo de seleção do mestrado. Agradeço pelos momentos de discussões, aprendizagens e sugestões.

Aos colegas de trabalho do Departamento de Saúde de Honório Serpa que me apoiaram de alguma maneira, em especial à Tarciane por possibilitar minha presença nas aulas do mestrado.

Aos meus colegas do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) que me apoiaram nessa caminhada, e que na minha ausência, dispuseram-se a colaborar. Em especial a Ana e a Rúdie pela constante preocupação, pelos auxílios e pela escuta.

Aos meus colegas de mestrado pelos apoios, pelas trocas de experiências, pela amizade. Em especial a Talita e Camila pelos momentos agradáveis, pela amizade e por me acompanhar nas viagens, e também a amizade de Francielli que me acolheu, pela parceria, pelas trocas, pela confiança enfim por todos os momentos compartilhados.

Ao corpo docente do Mestrado em Ciências Sociais, pelo conhecimento compartilhado, pelas reflexões as quais agregaram aprendizagem a vida acadêmica. A Secretária Marilucy pelo cuidado, pela prontidão, paciência e preocupação.

Ao Professor Oreintador Dr. Marco Antonio Arantes pela dedicação, paciência, confiança, pelo comprometimento e ensinamentos que foram fundamentais para a construção desta dissertação, o meu agradecimento, respeito e admiração.

A todos os meus amigos que de alguma forma se fizeram presentes no decorrer dessa construção. Em especial ao profissional que trabalha no serviço de abordagem social por colaborar com a pesquisa e ao Zé Correto por compartilhar sua trajetória de vida, pelas trocas experiências, enfim sem sua presença a construção desta pesquisa não seria possível.

FELTES, D. L. **Zé Correto e a construção dos modos de existência do sujeito em situação de rua**. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Nível de Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Toledo.

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo a respeito da trajetória de vida de uma pessoa em situação de rua do município de Francisco Beltrão, PR, bem como das relações que se estabelecem entre os discursos e a construção dos processos de subjetivação da pessoa em situação de rua. Utilizamos como referencial analítico os estudos de Michel Foucault, adotando como método a análise dos discursos. Os discursos serão analisados por meio dos conceitos como biopolítica e população desenvolvidos por Foucault, pois os mesmos implicam nos processos de constituição do sujeito e de seus modos de existência. Para tanto, utilizou-se a pesquisa de campo com coleta de dados através da técnica de entrevista com uma pessoa em situação de rua denominada Zé Correto. Esses dados permitiram discutir as seguintes questões: trabalho, insegurança, religião, relacionamentos sociais e familiares e ações de políticas públicas destinadas a pessoa em situação de rua. Ressalta-se aqui que estas questões contribuíram para compreender os modos de existência de Zé Correto. Nesse sentido, verificamos que a constituição do sujeito acontece no processo de construção de si e esta implica tanto na relação consigo e com as relações de poder as quais tem como objetivo conduzir as condutas que podem acontecer por meio de ações biopolíticas que conduzem os sujeitos a viver dentro do que é considerado normal. Entende-se que as transformações pelas quais Zé Correto passou interferem nas relações políticas, visto que, Zé vai atuar na construção de sua interação com o Estado e com os serviços de políticas públicas, ocasionando tensões entre instituições/Estado e a realidade de pessoas vivendo nas ruas. Estas tensões resultam em novas formas de subjetivação bem como de controle dos corpos, construindo novos modos de existência.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa em Situação de Rua; Biopolítica; População.

FELTES, D. L. "**Zé Correto" and the building of the ways of existence of the subject in street situation**. Dissertation (Post-graduation Program in social sciences Master's level) – State University of West Paraná – *Campus* Toledo.

ABSTRACT

This dissertation presents an essay about the life story of a person in street situation in Francisco Beltrão, PR, as well as of the relations that are established between the speeches and the building of processes of subjectivation this person. We use as analytical referential the essays of Michel Foucault, embracing as method the discourse analysis. The discourses are analyzed by means of concepts as Biopolitics and population developed by Foucault, since the same involve in process of formation of the subject and their ways of existence. For this purpose, used it the field research with data collection through technique of interview with a person in street situation called "Zé Correto. These data allowed to discuss the following questions: job, insecurity, religion, social and family relationships and actions of public policies intended the person in street situation. It is emphasized here that these questions contributed to understand the ways of existence of "Zé Correto". In this regard, we check that the constitution of subject in the process of building of themselves and this implies both in the relation with itself and with the relations of power which have the objective of conducting the behaviors that can happen through biopolítical actions that lead the subjects to live within what is considered normal. Get on that the transformations for which "Zé Correto" passed interfere in polítical relations, since, "Zé" will act in building of his interaction with the State and with the services of public policies, causing tensions between institutions/State and the reality of people living on the streets. These tensions result in new ways of subjectivation as well as of control of bodies, building new ways of existence.

Keywords: Person in street situation; Biopolitics; Population.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 09
1 QUEM É A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA 15
1.1 Pessoas em situação de rua no contexto brasileiro 20
1.2 Motivações para viver nas ruas 28
1.2.1 Laços familiares rompidos 30
1.2.2 Álcool e outras drogas 33
1.2.3 Desemprego 37
1.3 Vivendo nas ruas – reinventando usos da cidade 39
1.4 Pessoas em situação de rua e políticas públicas em Francisco Beltrão 40
2 PROCESSOS/MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E OBJETIVAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FRANCISCO BELTRÃO 45
2.1 Os conceitos de subjetivação e objetivação em Michel Foucault 45
2.2 Modos de subjetivação do sujeito em situação de rua 49
2.3 Biopolítica das populações 57
2.4 Os modos de existência da população de rua frente às ações biopolíticas 62
3 ZÉ CORRETO 71
3.1 Zé Correto e as ruas 74
3.1.1 Vivendo nas ruas 77
3.2 Relações de trabalho 80
3.3 Relações de perigo e segurança nas ruas 84
3.4 Zé e as relações sociais e familiares 90
3.5 Zé e a relação consigo: questões de sofrimento e alcoolismo 94
3.6 Zé e as políticas públicas 100
3.7 Longe das instituições religiosas, mas pastor das ruas 105
3.8 Entre o dito e o não dito 107
CONSIDERAÇÕES FINAIS 109
REFERÊNCIAS 114
APÊNDICE A 123
APÊNDICE B 124
ANEXO A 126
ANEXO B 127

INTRODUÇÃO

O interesse de estudar a temática das pessoas em situação de rua surgiu de alguns encontros distantes com essas pessoas. Esses encontros geralmente aconteciam nos terminais rodoviários de municípios localizados no estado de Santa Catarina, tais como Chapecó e São Miguel do Oeste, bem como em municípios localizados no estado do Paraná: Coronel Vivida, Pato Branco, Marmeleiro, Francisco Beltrão, Realeza, Cascavel e Toledo. Para poder me deslocar entre os municípios sempre utilizei ônibus e por diversas vezes precisei passar horas parada em rodoviárias. E eram nesses momentos que me dava conta de que existiam pessoas vivendo nas ruas. Minha indagação maior acontecia quando me questionava a respeito da existência de pessoas em situação de rua vivendo em municípios de porte menor, como é o caso da cidade onde resido, São Lourenço do Oeste - SC, que tem aproximadamente 25 mil habitantes. Nessas ocasiões eu me indagava: será que existem políticas públicas destinadas a essas pessoas? Esse questionamento se dava pelo fato de que se acompanharmos os noticiários, tais como os telejornais em TV aberta, as notícias em jornais e revistas impressos, bem como a criação de documentários sobre a população em situação de rua, verificamos que a situação é relatada apenas em relação à realidade das grandes cidades e das capitais[1].

No entanto, comecei a observar que em cidades menores essa realidade também está presente; não com tanta frequência, mas existe. E assim como nos grandes centros, a ideia principal é “acabar” com essa realidade, ou pelo menos tentar esconder, fazer com que essas pessoas permaneçam o menor tempo possível nessa situação. Para tanto, utiliza-se do recurso de oferta de passagens para que essas pessoas possam retornar às suas cidades de origem. É perceptível também, por exemplo, que as ações de políticas públicas se destinam aos grandes centros, visto que o número de pessoas na rua nesses locais é maior, pois quando se pensa em implantação de algum um serviço público que tenha auxílio financeiro

[1] O texto tem uma particularidade a oscilação entre o impessoal e o uso da primeira pessoa, isso acontece, pois a pesquisa é um estudo de caso e nesses casos o envolvimento do pesquisador supõe uma proximidade maior. Portanto, nos momentos em que julgou-se mais apropriado assumir uma voz de distanciamento, optou-se pelo impessoal, e nos momentos em que o texto pedia um tom de relato da experiência de modo mais subjetivo, optou-se pela primeira pessoa.

federal o mesmo vai depender do número de habitantes de cada cidade. Isso explica porque há o serviço de abordagem social em alguns municípios e em outros não.

Nesse sentido, a possibilidade encontrada pelos municípios menores é o fornecimento de passagens para que as pessoas possam se deslocar para outros municípios. Esse é um dos motivos pelos quais se entende que o reconhecimento pela mídia dessa realidade acontece nos locais onde a população é maior, na qual a notícia gerará mais impacto. Não podemos esquecer também que, de modo geral, essa população, na maior parte do tempo, se torna indiferente aos olhos do restante da sociedade. Essa indiferença pode ser considerada como vidas insignificantes, obscuras e simples, conforme a obra *Vida dos homens infames*, Foucault (2003) faz compilações de existências-relâmpagos, de existências obscuras e desventuradas. Vidas esquecidas, mas que em um dado momento, cruzam-se com o poder e provocam forças. Vidas medíocres, que sobre seus erros comuns ao olhar do poder fez com que a vigilância dos responsáveis ou das instituições, destinada a apagar qualquer desordem, tenha detido essas vidas: a mulher espancada, o bêbado furioso, a sujeito que vive nas ruas.

Vidas reais, mas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que quis aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las. Vidas “invisíveis” que só são reconhecidas quando geram desconfortos, quando incomodam. Dessa forma, para que pudéssemos tornar visível o que é tido como invisível – o que salta ao olhar de todos, mas que, no entanto, é negado por quem está vendo –, em um primeiro momento o objetivo desta pesquisa estava voltado a compreender a pessoa em situação de rua frente às políticas públicas que lhe eram destinadas. Entretanto, no decorrer da pesquisa seu curso foi se desenhando para outro rumo.

A aproximação com essa realidade começou no início do mestrado. Nesse momento, eu estava residindo no município de Honório Serpa - PR, situado no sudoeste do estado, sendo que a distância entre Honório Serpa e Toledo (cidade onde cursava disciplinas do mestrado) é de 314 km. Nesse trajeto eu passava por aproximadamente seis rodoviárias; na de Toledo passava mais tempo parada no período noturno, então observava mais de perto essa realidade e pude perceber, por exemplo, que muitas dessas pessoas esperavam os terminais rodoviários se esvaziarem para procurar restos de comidas nos lixos. Outros utilizavam o espaço da rodoviária para dormir e alguns pediam algum tipo de auxílio para quem estivesse

nesses locais. Percebi também o quanto essa situação incomodava alguns que ali estavam: uns fingiam não ver e outros até ajudavam, mas sempre de uma forma rápida, para que a pessoa em situação de rua saísse do local.

Além desse contexto, em abril de 2016 fui chamada para assumir um concurso no município de Francisco Beltrão, para atuar como Psicóloga no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD). A partir de então comecei a ter contato mais direto e frequente com essas pessoas, pois, em sua maioria, as que vivem nesse município fazem uso de álcool ou outras drogas, como a maconha e o crack, sendo que em alguns momentos de suas vidas, conforme sentiam necessidade, se dirigiam até o serviço para pedir ajuda. Vale ressaltar aqui que nesses momentos esse contexto aproximava-se da minha realidade; observava de perto dificuldades, medos e superações dessas pessoas. Devido a isso, o campo e o objeto da pesquisa foram alterados. A primeira mudança foi mudar o local da coleta de dados para o município de Francisco Beltrão. Isso se deu pelo fato da pesquisadora trabalhar nesse município; portanto, o contato com as pessoas em situação de rua, bem como os serviços que tem como função realizar ações de políticas públicas para os mesmos, tornam-se mais frequentes, possibilitando maior acesso a essa realidade.

Portanto, a pesquisa se desenhou para a intenção de traçar a trajetória de vida de uma pessoa em situação de rua e compreender as relações que se estabelecem entre os discursos e a construção dos processos de subjetivação da pessoa em situação de rua. O personagem central da análise foi apelidado de Zé Correto. Chegamos a esse nome pois observamos na trajetória de sua vida que, mesmo vivendo em situação de rua, Zé sempre procura agir de forma políticamente correta, tanto em relação às formas para conseguir sobreviver, que incluem a alimentação e “habitação”, como nos seus relacionamentos interpessoais. Para tanto, optamos pelo estudo de caso, que, segundo Fonseca (2002, p. 33) “visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico”.

Utilizamos como referencial analítico os estudos de Michel Foucault, adotando como método a análise dos discursos, sendo que os discursos serão analisados por meio dos conceitos de biopolítica e população desenvolvidos por Foucault. Optamos por esses conceitos pois auxiliam no entendimento das transformações pelas quais

passam o cuidado pela vida, ressaltando aqui que esse cuidado com a vida está implicado nos processos de constituição do sujeito e de seus modos de existência. Para tanto, as principais obras utilizadas foram: os cursos ministrados no *Collège de France* nos anos 1977-1978 “Segurança, Território e População”. O curso dos anos 1975-1976 “Em Defesa da Sociedade”. “História da sexualidade: a vontade de saber (1976)”. O Sujeito e o Poder (1995).

Ressalta-se que o sujeito está atrelado a discursos, e que a constituição do discurso envolve uma noção do mesmo como ativamente constituindo – ou construindo – uma sociedade em várias dimensões: o discurso constitui objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do “eu”, as relações sociais e as estruturas conceituais. Dessa forma, a análise do discurso diz respeito à especificação socio-historicamente variável de formação discursiva, sistemas de regras que tornam possíveis a ocorrência dos enunciados, de determinados tempos, lugares e localizações institucionais (FAIRCLOUGH, 2001). Nesse viés, a proposta é compreender as relações entre discursos e a construção de modos de subjetivação na pessoa em situação de rua, visto que entendemos que a subjetividade é construída no e pelo discurso.

Os critérios para escolher a pessoa em situação de rua se deram por meio do conhecimento dessa realidade no município. Em um primeiro momento, para conhecer o universo de pessoas vivendo nas ruas de Francisco Beltrão, na condição de entrevistadora, me desloquei até o serviço de políticas públicas que trabalha com essa população, isto é, entrei em contato com o serviço conhecido como Abordagem Social, que tem como objetivo assegurar atendimento social a pessoas que se encontram em situação de risco, ou que tiveram seus direitos violados, estas são: pessoas em situação de rua, abandono, trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes.

Dessa forma, tendo sido explicados os objetivos da pesquisa a um dos profissionais que ali trabalham, esse passou informações a respeito da realidade das pessoas em situação de rua no município, bem como relatou as ações desenvolvidas pelo serviço, que vão desde orientações, oferta de passagens, abrigo e alimentação, até o acesso a benefícios. Ressalta-se aqui que esse serviço existe no município há 5 anos. A partir de então, estabeleci uma maior aproximação com esse profissional, o qual indicou o local no qual, naquele momento, as pessoas em situação de rua estavam permanecendo, bem como se dispôs a acompanhar o

entrevistador até esse local. Portanto, em junho de 2016, juntamente com o profissional, me desloquei até uma obra abandonada, onde estavam presentes quatro pessoas em situação de rua, três delas estavam fazendo uso de bebida etílica e não demostraram interesse na nossa presença, sendo que a quarta pessoa, que estava afasta do restante desse grupo, não se indispôs a participar da pesquisa. Tendo o profissional acima mencionado me apresentado à pessoa em situação de rua, expliquei-lhe sobre a realização da pesquisa, seus objetivos, e como a pessoa em situação de rua se dispôs a colaborar iniciei a produção de dados. Portanto, o primeiro encontro com Zé Correto se deu em 16 de junho de 2016, na parte superior da obra abandonada. Posteriormente tentamos contato com Zé, mas só conseguimos revê-lo em abril de 2017. Esses desencontros aconteceram devidos às diferentes rotinas de entrevistador e entrevistado.

Para a elaboração da pesquisa, contamos também com a contribuição do profissional que trabalha no serviço de Abordagem Social, o mesmo auxiliou não apenas com informações sobre o personagem principal da pesquisa, mas também com informações a respeito da população de rua de Francisco Beltrão. Assim, o contato com o profissional aconteceu em seu local de trabalho, na instituição do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), lembrando que é esse centro que oferta o serviço de Abordagem Social. Tais informações são relatadas com detalhes no decorrer da pesquisa. Além de contribuir com o fornecimento de informações, o profissional acompanhou-me na abordagem com Zé Correto. Isso foi possível porque uma das funções do profissional é realizar a busca ativa de pessoas em situação de rua, para conhecê-las e orientá-las, bem como para tentar resgatar os vínculos entre a pessoa de rua e seus familiares. Então, o mesmo conhece a realidade do município, os locais nos quais pessoas em situação de rua permanecem, desta forma, nos auxiliou na busca pelos participantes.

A presente dissertação foi elaborada em três capítulos. No primeiro capítulo contextualizamos a pessoa em situação de rua. Discutimos quem é a pessoa em situação de rua tendo em vista o contexto brasileiro. Também apontamos as motivações que podem levar alguns a optar pela rua como local para viver, mostrando as formas, os modos que utilizam para viver e reinventar suas vidas. Posteriormente, abordamos essa questão no município de Francisco Beltrão mostrando a realidade do mesmo e também as ações de auxílio disponibilizadas para essa população.

No segundo capítulo abordamos questões referentes à constituição do sujeito que acontece por meio dos processos de subjetivação e objetivação, conceitos esses desenvolvidos por Michel Foucault. Tais conceitos são relacionados à constituição da pessoa em situação de rua e se articulam ao conceito de biopolítica. Tratamos, nesse sentido, dos modos de existência da população de rua frente às ações biopolíticas, pois a constituição do sujeito vai se dar no processo de construção de si. Essa construção implica tanto na relação consigo como com nas relações de poder, as quais têm como objetivo conduzir as condutas, e essas podem acontecer por meio de ações biopolíticas que vão tentar conduzir os sujeitos a viver dentro do que é considerado normal; Isto é, vão tentar conduzir os modos de existência da população de rua, tentando inseri-los, por exemplo, em modos convencionais de existência, vivendo em residência fixa. O propósito do capítulo é discutir os conceitos foucaultianos de subjetivação e biopolítica e sua relação com a pessoa em situação de rua.

No terceiro capítulo adentramos na trajetória de vida do objeto da pesquisa, nomeado como Zé Correto. Nesse momento articulamos seus discursos à construção de modos de subjetivação em pessoas em situação de rua. Para tanto, apresentamos discursos de Zé considerando sua condição de pessoa que vive nas ruas; esses abrangem questões relacionadas ao trabalho, às inseguranças, à religião, aos relacionamentos sociais e familiares, à relação consigo mesmo, bem como a ações de políticas públicas destinadas à pessoa em situação de rua. Ressalta-se aqui que tais discursos são proferidos pois contribuem nos modos de existência de Zé Correto.

A última parte do trabalho é constituída pelas considerações finais. Nela são abordados os modos de subjetivação de Zé e seus discursos, bem como é realizado um paralelo com a obra *A Metamorfose*, de Franz Kafka. Esse paralelo é realizado pois mostra as transformações pelas quais o sujeito pode passar; no caso da presente pesquisa, as transformações pelas quais Zé Correto passou. Tais transformações vão interferir nas relações políticas, visto que Zé vai atuar na construção de sua interação com o Estado e com os serviços de políticas públicas, ocasionando tensões entre instituições/Estado e a realidade de pessoas vivendo nas ruas. Ditas tensões resultam em novas formas de subjetivação, bem como de controle dos corpos. Isto é, novos modos de existência vão se construindo em relação às ações biopolíticas.

1 QUEM SÃO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Pessoas vivendo em situação de rua é uma realidade presente em muitas cidades brasileiras. Essa forma de viver pode ser temporária, alternada (em alguns momentos vive-se entre moradias fixas e em outros nas ruas), ou permanente. O estar nas ruas não é exclusivamente da contemporaneidade: o texto “Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa” menciona que desde a Grécia Antiga (508-322 a.C.) há relatos no sentido de que percorrer distâncias, migrar, perambular, não possuir residência fixa é uma dinâmica social. Assim, a designação “situação de rua” só pode ser considerada após a sedentatarização e a construção de moradias familiares ou individuais da humanidade, pois em épocas nômades essa concepção seria impossível (BRASIL, 2013).

Então, considera-se que a situação de pessoas vivendo nas ruas sempre esteve presente nas cidades, desde o mundo antigo até a contemporaneidade. Essa questão é provocada pela combinação de diversos acontecimentos econômicos, políticos e sociais. A população em tal situação torna-se cada vez mais presente no cotidiano das cidades, ocupa e interage de diferentes formas, nos diferentes lugares e vai constituindo os territórios das cidades (REIS; RIZZOTTI, 2013).

Segundo Vieira, Bezerra e Rosa (2004), viver na rua implica ter ali o seu habitat, sendo necessário promover a reutilização dos espaços públicos, conferindo-lhes novos significados; isto é, a rua é considerada como abrigo/casa para quem vive nessa condição. Portanto, o sujeito precisa recriar os espaços utilizados, precisa reinventar os usos do que a rua lhe dispõe, como usar bicas, chafarizes para realizar serviços de higiene, como o banho e a lavagem de roupas. Nesse viés, considerando a cultura ocidental contemporânea é necessário encontrar alternativas para realizar o que se entende que deveria ser feito dentro de casa. Assim, o que é privado, como o dormir, a higienização do corpo e dos pertences, se torna público, feito diante de todos.

A questão de que a pessoa em situação de rua transforma o espaço público também é discutida por Sennet (apud ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014, p. 250):

> O morador de rua transforma o espaço da cidade no qual habita, pois interfere nas práticas cotidianas de um lugar, redimensiona lugares, (re) significa equipamentos públicos, reinventa relações sociais, e principalmente, interfere nas concepções público-privado. Ao exibir sua vida “privada” no espaço público, ele traz à cena imagens invisíveis ao cenário urbano.

Portanto, a pessoa em situação de rua reinventa os modos de vida nas ruas, transforma as práticas cotidianas, interfere nos instrumentos disponibilizados nas cidades, tais como o banco da praça, que para a pessoa em situação de rua torna-se um lugar de proteção e de cama. Essas situações também vão influenciar nas relações sociais entre as pessoas em situação de rua e os ambientes públicos das cidades, bem como em sua rede de relações de suporte, seus comportamentos. As transformações dos locais vão auxiliar sua sobrevivência.

Para garantir sua sobrevivência a população em situação de rua se concentra nos centros das cidades. Esse espaço garante algumas oportunidades, tais como: obtenção de alimentação, realização de pequenos bicos, utilização de imóveis abandonados, viadutos, albergues e inúmeras marquises de lojas e prédios públicos como abrigo; a grande circulação de pessoas nessa área facilita a prática da mendicância (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004).

Pesquisar a população em situação de rua pode conotar algo simples e óbvio – como pode parecer com o uso do jargão “população de rua”. No entanto, por trás desse jargão existe uma diversidade de relações interpessoais e de trabalho complexas. Nas ruas podem ser encontrados diferentes perfis e diferentes redes de sociabilidade. Podemos entender as redes de sociabilidade como uma rede de proteção na qual a pessoa em situação de rua estabelecerá suas relações sociais, modos de sobrevivência. Isto é, escolhe-se com quem serão compartilhados os espaços públicos, de que forma será obtido o alimento, bem como é delimitada a criação de vínculos sociais relacionados à realização de trocas afetivas. As trajetórias de vida e o histórico de quem vive nas ruas sugerem diferentes causas dessa situação e diferentes estratégias de sobrevivência, e essas trajetórias se revertem em complexidades sociais e culturais (ARAÚJO, 2003).

Brasil (2009, p. 1) considera a população de rua como:

> Um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, utilizando os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Acredita-se que a rua seja uma possibilidade temporária, no entanto percebe-se que a rua tornou-se uma possibilidade de viver de forma permanente, pois, de alguma forma, a rua torna-se um local acolhedor e a pessoa em situação de rua encontra nela modos para sobreviver. Rodrigues e Silva Filho (2002) relatam que em relação ao tempo de permanência nas ruas há pessoas que estão há um mês nas ruas e outras que estão há mais de dez anos nessa condição. Em relação ao Zé Correto, nosso objeto de pesquisa, identificou-se que permanece nas ruas há três anos. Ressalta-se que, independentemente do tempo de permanecia nas ruas, o que existe são histórias singulares e diversificadas por conta das quais as pessoas estão vivendo nessa situação. Essa situação envolve tanto possibilidades de retornar a viver em residências fixas quanto de continuar nessa situação.

Quando mencionamos os sujeitos em situação de rua estamos falando de um segmento populacional composto por cidadãos que possuem origens sociais, culturais e trajetórias de vida diversificadas, no entanto, em determinado momento de suas vidas alguma adversidade os atingiu, fazendo com que os mesmos passassem a utilizar as ruas, espaços abandonados ou albergues como alternativa de moradia e de sobrevivência (REIS, 2012).

Como o viver nas ruas pode ser uma alternativa de sobrevivência, ou até mesmo um modo de vida, percebe-se que a população em tal situação torna-se cada vez mais presente no cotidiano das cidades, sendo que essa população vai ocupar e interagir de diferentes formas nos diferentes lugares que vão constituindo os territórios das cidades (REIS; RIZZOTTI, 2013).

Kunz, Heckert e Carvalho comentam que para sobreviver nas ruas é preciso criar táticas e recriar os usos da cidade:

> De modo a sobreviver na cidade, os moradores de rua criam táticas e usam de astúcias para driblar proibições e limites, ressignificando objetos, lugares e usos, bem como produzindo desenhos variados no tecido urbano. Para os moradores de rua, deslocar-se faz parte dos modos de viver e sobreviver. Seus trajetos não seguem rotas

> definidas por critérios geográficos para chegar a lugares específicos, mas se orientam considerando as redes de suporte já conhecidas ou as que podem vir a ser promissoras e, sobretudo, evitando os lugares em que ações repressivas podem estar acontecendo ou que aconteceram recentemente. Assim, observamos que mesmo os espaços mais familiares para eles se encontram marcados pelo signo da provisoriedade (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014, p. 924).

Observa-se a partir da citação acima que as pessoas em situação de rua vão recriando os espaços encontrando formas para sobreviver, sejam elas a procura de alimentação, higiene ou segurança. Para que consigam sobreviver precisam de suporte, e isso acontece em suas relações, visto que o viver exige fazer trocas, compartilhar instrumentos, bem como informações. Kunz, Heckert e Carvalho (2014) comentam que o viver na rua não acontece com práticas de isolamento e sem trocas; para viver nas ruas é necessário tecer redes de solidariedade. Quem vive nas ruas não tem como viver sozinho. É preciso interagir, compartilhar o pedir dinheiro ou o alimento, realizar pequenos serviços como limpar a rua, cuidar do lixo de algum estabelecimento comercial, fazer pequenos favores aos comerciantes ou camelôs, dentre outros.

Existir está implicado em existir socialmente e isso significa compartilhar de condições e situações, interagir com as pessoas, desenvolver relações sociais, bem como comportamentos recíprocos. Uma sociedade se une por meio das relações sociais, isto é, aprende a conviver em grupos, a realizar trocas tanto materiais como afetivas. Elias (1994) refere que as relações sociais foram se modificando ao longo dos anos, em um primeiro momento, na Era Primitiva, o viver em grupo tinha uma função protetora indispensável de sobrevivência, visto que os indivíduos estavam expostos a ameaças onipresentes de animais fisicamente mais fortes, ágeis e velozes. As interações entre os grupos sofrem influência das condições e do estilo de vida, influenciando, assim, as formas de se relacionar com outros. Observa-se que a partir da Idade Média, na Europa, mais especificamente a partir do renascimento, inicia-se um processo de individualização dos sujeitos. Mas essa individualização não impossibilita a socialização; conforme Elias (1994, p. 124), “a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social”.

Elias (1994) comenta que o Eu só existe em relação ao Nós, isto é, sempre vamos estar rodeados de possibilidades de relações, os encontros do indivíduo com

outras pessoas vão entrelaçar sua vida com a dos semelhantes, e são nesses entrelaçamentos que são desenvolvidos os sentimentos. Portanto, é nesse momento que se percebe que o ser humano tem a necessidade de afirmação afetiva. O que está presente é a necessidade emocional de companhia humana, o dar e receber das relações afetivas com outras pessoas, o que muda são as diversas formas que a afetividade pode assumir.

Nesse viés, faz-se necessário compreender o que é afetividade: Le Breton (2009) entende que a afetividade mistura os acontecimentos significativos da vida pessoal com a vida coletiva, possibilitando, assim, feixes de emoções que são produzidos pelas vivências que confrontam determinados valores com o mundo. As emoções são resultantes de processos sociais que apresentam variações ao longo do tempo e em diferentes lugares. As emoções, suas práticas e manifestações, são elementos sociais e estruturantes da forma como as pessoas interagem e consolidam as relações sociais. A partir disso podemos pensar as relações de quem vive nas ruas. As relações que são criadas pelas pessoas em situação de rua vão envolver laços de afetividade, solidariedade, bem como relações de proteção e sentimento de pertencimento a algo, a um lugar e um grupo.

Portanto, a pessoa em situação de rua vai precisar interagir tanto com os seus, como com os demais que circulam em suas vidas, com seus familiares, bem como com a rua. É nessas relações que a pessoa de rua vai criando táticas de sobrevivência, pois é a partir de então que escolhe o lugar para dormir, o modo como vai se relacionar com o mundo. Conforme Kunz, Heckert e Carvalho (2014), a pessoa em situação de rua transforma seus relacionamentos, reinventa suas relações com o mundo, com as drogas, com a população domiciliada, com as instituições. Modifica, também, suas redes de camaradagem, as regras e alianças partilhadas; a organização da sobrevivência que acontece na culinária inventada e preparada nas panelas improvisadas de lata reciclada e no fogareiro produzido artesanalmente; as manipulações e a correria da luta para conseguir alimentos, roupas, dinheiro, bem como para manter seus vícios, os amores construídos, as perdas que deixaram marcas, assim como cada lágrima contida e cada sorriso expressos nas narrações de suas vidas. Entende-se, assim, que a pessoa em situação de rua cria formas de sobrevivência. Também na construção de laços sociais, o que se observa é que essa situação passa por transformações no decorrer

das épocas, e é nesse sentindo que o próximo item vai abordar a pessoa em situação de rua no contexto brasileiro.

1.1 Pessoas em situação de rua no contexto brasileiro

O surgimento de pessoas vivendo em situação de rua acontece por meio de inúmeros acontecimentos históricos que estão ligados ao desenvolvimento industrial, ao surgimento dos grandes centros urbanos, expropriação de camponeses, escassez de emprego devido às mudanças econômicas e crises monetárias, deslocamentos vindos de desgraças sociais (guerras, epidemias, catástrofes naturais e mudanças políticas). Logo, são vários os fatores que explicam a itinerância e o viver nas ruas. Observa-se que essa forma de viver e os deslocamentos têm um motivo inicial, um porquê (FRANGELLA, 2004; GOMES; SANTOS, 2012).[2]

Vale relembrar que viver nas ruas não é um fenômeno recente. Na antiguidade Grega e Romana, viver nas ruas deu-se em decorrência da consolidação da propriedade privada, do regime escravocrata e dos despejos rurais, ganhando força com o surgimento das cidades pré-industriais na Europa, onde os camponeses foram desapropriados de suas terras e nem todos conseguiram empregos nas indústrias que surgiam. Para sobreviver, os camponeses que não foram absorvidos pela indústria passaram pela vivência de perambular pelas ruas, expostos à violência e vulnerabilidades da sociedade (GOMES; SANTOS, 2012).

Embora exista um consenso entre os estudos no que diz respeito ao surgimento da sociedade capitalista moderna estar ligado à dispersão do fenômeno da população em situação de rua, a existência de pessoas em situação de rua não se restringe a esse fenômeno. Gomes e Santos (2012) referem que:

> A ocorrência de pessoas vivendo nas ruas é inerente ao espaço urbano e ao fortalecimento das cidades como espaço onde as pessoas passam a viver e a desenvolver suas atividades. É a partir do momento em que as cidades tomaram força e passaram a representar o principal espaço de convivência humana que decorreram diversas mudanças ocorridas na forma de vida. Como conseqüência desse novo modo de vida e de suas implicações

[2] No que se refere ao surgimento de pessoas vivendo em situação de rua optamos por apresentar o que encontramos na literatura, sendo assim há contradições nos registros referentes à quando surgem pessoas vivendo nas ruas, a intenção do estudo é mostrar a fragilidade dos registros.

> econômicas e sociais, passou a existir, em diferentes momentos históricos, registros de pessoas fazendo das ruas seu espaço de moradia (GOMES; SANTOS, 2012, p. 4).

Percebe-se, desse modo, que pessoas em situação de rua sempre existiram, o que foi mudando foi a forma como essas pessoas foram vistas, bem como suas definições. Em cada período da história, e preponderantemente a partir da Idade Média, foram realizadas diferentes leituras sobre o movimento itinerante, sendo que essas leituras se basearam na organização social e política em vigor. A partir delas foram criadas visões diferentes a respeito dos sujeitos que viviam em situação de rua, Tais visões consideravam esses sujeitos como: vagabundos, mendigos, migrantes, incapacitados, sem domicílio fixo. Eram classificados como perigosos, maus-caracteres, merecedores de caridade. Cada categoria possuía uma forma diferenciada de circular e de estar nas ruas. Com o passar dos séculos, esses personagens diversos foram se somando nos espaços das cidades, constituindo um conjunto dinâmico em cada realidade urbana. Comum a esses períodos é que os errantes constituem sempre um segmento à parte, à margem das ordenações sociais e urbanísticas. O ato de vagar, também traduzido ao longo dos séculos como o de vadiar, foi sendo reconfigurado, e o errante – ou vagabundo – teve seu estatuto sociopolítico modificado (FRANGELLA, 2004).

Por meio das leituras, observa-se que o viver nas ruas está atrelado a questões referentes à esfera do trabalho, visto que nossa sociedade valoriza o ato de trabalhar, e desmoraliza os que não tem trabalho, os que mendigam. Ou seja, o hábito de trabalhar é considerado uma virtude moral e precisa ser mantida por todos os cidadãos, e os que vivem em situação de rua são enquadrados como tomados pelo vício da vagabundagem. Foucault (1972), em *História da Loucura*, comenta que o homem precisa se ocupar de deveres na sociedade, pois o miserável é visto como efeito da desordem; portanto, ninguém mais pode mendigar. Para manter o controle, os magistrados precisam correr as ruas e os bairros pobres para registrar os miseráveis e colocá-los nas casas de internamento, ou melhor, criar casas de trabalho. Em 1630, na Inglaterra, é publicada uma série de ordens e mandamentos, nos quais é recomendado processar os mendigos e vagabundos bem como todos os que vivem na ociosidade. Como a sociedade é regida por moralidades, normas e leis, entende-se que a população se relaciona com aquilo que é diferente, com aquilo que foge da lei, por meio da exclusão e do exílio.

Entende-se, assim, que as pessoas são percebidas pela força do trabalho, e aqueles que vivem pelas ruas, sem ter um trabalho, são considerados como vagabundos, desviantes das leis. Nesse sentindo, Foucault, em *Sociedade Punitiva*, reflete sobre a questão da vagabundagem, como mostra a citação a seguir:

> Um modelo desse gênero de análise é fornecido pelo texto de Le Trosne, *Memória sobre os vagabundos e sobre os mendigos*, publicado em 1764. Nele a vagabundagem é dada como categoria fundamental da delinquência, o que, contrariando as análises anteriores, não significa que ela seja o ponto de partida psicológico, por assim dizer, da delinquência. Le Trosne não quer dizer que as pessoas começam por vaguear, e que essa vagabundagem conduz aos poucos ao roubo e depois ao crime, mas sim que a vagabundagem é o elemento a partir do qual os outros crimes se especificarão [...] A ociosidade é o traço psicológico ou a falta de que derivam todas as outras formas de desvios ou de crimes. Ora, aqui a vagabundagem não é algo como uma falta ou uma propensão psicológica, é na realidade o conjunto dos errantes, ou seja, um tipo de existência comum, um grupo social que se apresenta como uma contrassociedade; diferentemente da ociosidade que, na psicologia dos indivíduos, era algo como um pecado individual (FOUCAULT, 2015 p. 43).

Ainda conforme a citação acima, a vagabundagem é considerada como algo que deve ser punido, pelo fato de que o ato de se deslocar, de não estar fixado a uma terra, de não estar determinado por um trabalho, induz o sujeito a ingressar no mundo da delinquência. Nesse viés, o fato de o indivíduo se deslocar e não ter um trabalho, não se fixar na comunidade, pode se constituir como um crime contra a economia, visto que ao se deslocarem retiram das regiões onde estavam suas forças de trabalho, fazendo com que a mão de obra daquele local seja escassa. Isso gera um aumento nos salários de quem continua trabalhando e, consequentemente, alta nos preços. Com o deslocamento, escapa-se de pagar os impostos pessoais e faz-se baixar a produção, impedindo uma determinada produtividade. Portanto, entende-se que o vagabundo perturba a produção e a economia, o que justifica a penalidade. No entanto, o autor observa que há uma contradição na lei, na justificativa de que a falta de trabalho leva a vagabundagem, o que é explicado na citação a seguir:

> A legislação esta errada porque parte do postulado de que, se há vagabundos, é porque não há trabalho, pois o vagabundo é alguém a quem faltou oportunidade de trabalho; donde a prática da colocação

> em estabelecimentos de trabalho forçado nos quais se espera que ele adquira o hábito de trabalhar. Ora, na verdade o vagabundo é fundamentalmente aquele que recusa o trabalho (FOUCAULT, 2015 p. 47).

Dessa forma, segundo Foucault, fica visível que os sujeitos não se tornam vagabundos por falta de trabalho, e sim por se recusarem a trabalhar. Sendo assim, podemos considerar que a pessoa em situação de rua desafia as esferas relacionadas ao trabalho e à economia. No decorrer da história, esse contexto contribuiu para que a questão da população de rua fosse vista como indigência, mendicância ou vadiagem.

A pessoa em situação de rua era compreendida como alguém que contrariava os bons costumes e o valor do trabalho, sendo assim, a sociedade precisava se proteger desse indivíduo. Foi nesse sentido que o Código Criminal do Império do Brasil, de 1830, criminalizou a mendicância. Rauter (2003) refere que a criminologia foi a via pela qual o Judiciário pôde incorporar estratégias disciplinares, sendo que a obediência às leis é considerada como defesa da sociedade, visto que as penas são aplicadas com a intenção de corrigir as anormalidades. Nesse sentido, a tendência para o crime é reconhecida em hábitos de vida, em comportamentos considerados antissociais. Portanto, olha-se para o criminoso a partir de seus vícios, seus hábitos e seu comportamento. Considera-se a existência de um laço entre a pobreza e o crime, pois se entende que a miséria gera mal-estar físico que ocasiona um mal-estar moral, o qual conduzirá ao crime.

> A pobreza é vista como decorrente de características morais ou mentais de um grupo de indivíduos na sociedade. A mais importante destas características refere-se à incapacidade ou indolência para o trabalho, associada a outros vícios morais decorrentes, como a tendência para o alcoolismo, a prostituição etc. (RAUTER, 2003 p. 62-63).

Nesse viés podemos entender que o meio social pode ser um gerador de crime; portanto, as desigualdades sociais precisam ser sanadas por meio de penalidades. Ou seja, Rauter afirma que para isso é necessário que as penalidades sejam cumpridas nas formas de trabalho; logo, é preciso que as prisões transformam-se em oportunidades de trabalho, pois é por meio dele que se pode obter o aprendizado da disciplina e da obediência, e apenas secundariamente um meio de subsistência.

Considera-se, assim, o ato de trabalhar como uma forma de disciplina, bem como uma forma de impedir que as pessoas se tornem criminosos, visto que entende-se que os que não possuem trabalho se tornam vadios e que os vadios se tornam criminosos. Nesse sentido, para proteger a sociedade é que se determina no Código Penal da República (1890) a prisão de mendigos, ébrios, vadios e capoeiras. O art. 39 constitui crime “Mendigar, tendo saúde e aptidão para trabalhar”. Pois, tal atitude era vista como um atentado ao ideário da sociedade burguesa, que é o trabalho. A ideia de oposição ao valor do trabalho gera preconceito, ofendendo, assim, a moral e os bons costumes. Dessa maneira, para manter os bons costumes, as políticas de segurança pública encontram como formas de proteger a cidade a criminalização e repressão, consequentemente, incentivam a higienização e segregação social (GOMES; SANTOS, 2012).

Nesse sentindo, Lessa (2003) comenta que, no contexto brasileiro, foi atribuído à polícia o direito de controlar a circulação das pessoas na cidade, obtendo, dessa forma, um controle sobre a vadiagem. Aqueles que não possuíam meios para sobreviver e não tinham residência eram obrigados a trabalhar em obras públicas. Até a constituição de 1988, no Brasil, era permitido deter a pessoa “vadia” por ao menos 24 horas.

A população em situação de rua emerge no Brasil vinculada às mudanças no mundo do trabalho. No Brasil, não se tem conhecimento de estudos sobre a origem e o resgate histórico de pessoas em situação de rua. A partir da década de 1990, realizam-se os primeiros estudos sobre a população em situação de rua e, consequentemente, ampliam-se as iniciativas de enfrentamento da problemática em algumas cidades brasileiras. As mudanças provocadas pelo capitalismo acontecem a partir da segunda metade da década de 1970; coincidentemente, nesse mesmo período, ocorre a expansão da superpopulação relativa no mundo e no Brasil (SILVA, 2006).

Entretanto, de acordo com Frangella (2004) a relação com a esfera do trabalho não é suficiente para entender o processo de desfiliação social no Brasil. Objetivamente, no contexto brasileiro a situação de estar nas ruas, viver nas ruas, significa desvincular-se da esfera sociofamiliar e perder seu lugar. Nesse sentindo, Vieira, Bezerra e Rosa (2004) argumentam que ser morador de rua não é o destino necessário, e sim uma das possibilidades que pode se concretizar em função de várias circunstâncias, desde conjunturas que restringem emprego e moradia até

condições individuais relacionadas a histórias de vida pessoais, condições físicas e mentais.

As pessoas relacionam-se com a rua de diferentes formas, estabelecem no espaço público das ruas um ambiente para suas relações privadas, isso faz com que se “enquadrem” na categoria de população de rua. Portanto, os usos da rua se tornam visíveis, bem como são diversos os grupos que estão nas ruas: imigrantes, desempregados, egressos do sistema penitenciário e psiquiátrico, entre outros. Observa-se também que há tendência de maior concentração de pessoas em situação de rua nos municípios mais populosos e nas capitais dos estados. Diante desse quadro, e pelo fato de que essa população desafia a ordem social, no Brasil, começam a ser realizados estudos para quantificar e caracterizar essa população. Ressalta-se que os dados só foram obtidos com o primeiro Censo Nacional de 2008 (BRASIL, 2008a).

Conforme Brasil (2008a), para realizar o censo brasileiro, foram selecionados 71 municípios, sendo 23 capitais e 48 municípios. Essa pesquisa identificou que quase 32.000 pessoas viviam em condição de rua. Também foi possível perceber uma diversidade de dados relativos ao perfil socioeconômico e demográfico: formação escolar; trajetória de rua; histórico de internação em instituições; pernoite, vínculos familiares e trabalho; acesso à alimentação, serviços e cidadania; discriminações sofridas; participação em movimentos sociais, entre outros. Abaixo será apresentado em tópicos o perfil da população de rua no Brasil de acordo com a pesquisa nacional de inclusão da pessoa em situação de rua:

- A população adulta em situação de rua é predominantemente masculina; sendo que essas pessoas possuem entre 25 e 44 anos de idade.
- Quanto à formação educacional, 74% dos entrevistados sabem ler e escrever, 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome.
- A maioria (69,6%) da população pesquisada afirmou que costuma dormir na rua, sendo que 22,1% costuma dormir em albergues ou outras instituições.
- Entre os entrevistados, 45,8% sempre viveram no município em que foram interpelados.
- A população em situação de rua é composta por trabalhadores: 70,9% exercem alguma atividade remunerada; destacam-se as seguintes atividades:

catador de materiais recicláveis, flanelinha, trabalhador da construção civil, trabalhador da limpeza e carregador/estivador.

- Em relação à saúde, 29,7% dos entrevistados afirmaram ter algum problema de saúde. Entre os problemas de saúde mais citados destacam-se: hipertensão, problema psiquiátrico/mental, HIV/Aids e problemas de visão/cegueira. 18,7% dessas pessoas fazem uso de algum medicamento; as vias de acesso para obter os medicamentos são Postos/centros de saúde.
- A maioria dos entrevistados (79,6%) consegue fazer ao menos uma refeição ao dia, sendo que 27,1% compram a comida com o seu próprio dinheiro; 4,3% utilizam o restaurante popular e 19,0% não conseguem se alimentar todos os dias.
- Em relação à documentação e benefícios, observa-se que 24,8% das pessoas em situação de rua não possuem quaisquer documentos de identificação. A grande maioria não é atingida pela cobertura dos programas governamentais: 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Entre os benefícios recebidos se destacaram a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada (1,3%).

A partir desses dados podemos ter uma noção do perfil das pessoas que estão vivendo em situação de rua. Entretanto, esses dados não são suficientes para apresentar as inúmeras possibilidades de existência dessa população. Podemos pensar na questão do trabalho, por exemplo: os dados apontam que a maioria tem uma ocupação e uma remuneração, mas pelo visto isso não está sendo o suficiente para manter questões de moradia.

Em relação à necessidade básica de dormir, a pesquisa mostra que a maioria prefere passar a noite nas ruas ao invés de passar em abrigos ou outras instituições, segundo o que é observado por meio de reportagens. Isso se dá por conta da existência de muitas regras nesses estabelecimentos, assim como pela dificuldade de acesso a esses locais. Portanto, a pessoa em situação de rua prefere ficar nas ruas e muitas vezes opta por dormir durante o dia, por considerar mais seguro. Isso é relatado no documentário “Eu existo”, produzido pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, sobre a questão dos direitos humanos no centro de São Paulo em 2012;

também em “Moradores de rua: o que podemos fazer por eles?”, de autoria de Fred Melo Paiva, datado de 2016.[3]

Considerando a necessidade de alimentação, verificou-se que 19,0% não conseguem nem ao menos fazer uma refeição ao dia; no entanto, trabalhos como o de Escorel (1999) e Viera, Bezerra e Rosa (2004) apontam que o número de pessoas que passa fome nas ruas é menor, visto que as próprias pessoas em situação de rua criam estratégias de sobrevivência. A principal delas é recorrer aos locais que distribuem comida gratuita. Entre os alimentos distribuídos estão arroz, feijão, carne, pimenta, farinha, sopas, lanches e café. Em relação à distribuição da comida, Viera, Bezerra e Rosa (2004, p. 107) afirmam que:

> A população de rua conhece e informa dias e horários de distribuição em cada ponto, bem como a qualidade e tipo de refeição servida [...] as instituições que distribuem comida formam verdadeira rede. Além delas, existem estabelecimentos comerciais – restaurantes e lanchonetes – que doam suas sobras. São feitas também catas de sobras em feiras-livres [...] os grupos que se fixam em determinados lugares costumam fazer comida utilizando fogões e panelas improvisadas. Há ainda compra de lanches e marmitex, quando há dinheiro disponível para isso.

Observa-se, dessa maneira, a existência de uma rede que auxilia na sobrevivência das pessoas em situação de rua. Nota-se que os alimentos são fornecidos tanto por instituições governamentais que dão algum tipo de auxílio quanto por órgãos não governamentais (como as chamadas ONGs e instituições religiosas). Ressalta-se, ainda, que a pessoa em situação de rua tem onde se alimentar. Segundo os documentários antes mencionados essas pessoas recebem doações de restaurantes e supermercados; em algum momento conseguem pagar seu alimento e têm conhecimento dos locais da cidade que distribuem alimentos, assim como têm informações sobre a qualidade dos mesmos. Observa-se que cada local tem suas particularidades e cada pessoa em situação de rua tem estratégias para se alimentar.

O que se coloca em dúvida é se essa refeição tem todos os nutrientes dos quais uma pessoa precisa para sobreviver, assim como se uma refeição é o suficiente para não se passar fome. Pode-se questionar também quais são os

[3] Foi utilizado os materiais midiáticos para mostrar a realidade da população de rua, que não vem sendo apenas relatada em forma de livros.

momentos em que tais pessoas se alimentam, pois o que se observa nos relatos de outros estudos e de matérias na mídia[4] é que geralmente as pessoas em situação de rua se alimentam do que sobra, em alguns municípios a alimentação pode acontecer por meio de auxílios tais como as sopas que são distribuídas na madrugada pelas ações de voluntários.

Percebe-se que essa é uma realidade presente em todos os locais, cada qual tem suas particularidades para enfrentar a questão; cada pessoa tem sua história de vida e cada situação precisa de atenção especial. Para tanto, é preciso conhecer essa realidade, e um dos passos é conhecer as motivações que levou a pessoa a viver nessa condição. Sendo assim, o próximo item vai tratar das motivações que levam as pessoas a escolher a rua como alternativa de moradia.

1.2 Motivações para viver nas ruas

Têm-se a ideia de que a rua é um local de passagem, não de moradia. A mesma também acolhe, possibilitando transformações nos modos de vida; isso nos leva a pensar: como é a casa da pessoa que ali se encontra? Qual o vínculo fragilizado que a fez procurar na rua a solução para os seus problemas? Ficar em situação de rua pode ser considerado por muitos como sinônimo de vulnerabilidade (BRASIL, 2008b).

Conforme Vieira, Bezerra e Rosa (2004), o viver nas ruas pode ter pelo menos dois sentidos: primeiramente, pode se constituir como abrigo, para os que não têm outros recursos e optam por dormir circunstancialmente sobre marquises de lojas, viadutos; posteriormente, pode se constituir como um modo de vida, para os que já reconhecem a rua como seu habitat e estabelecem com ela uma rede de relações. Assim sendo, podem-se observar diferentes situações em relação à permanência na rua, que são as seguintes:

- Ficar na rua – circunstancialmente: é o caso da pessoa que está sem recursos de abrigo, que não conseguiu vaga em albergue. O ficar na rua pode ser consequência do desemprego e procura-se distanciar essa condição da do morador de rua.

[4] Essas matérias encontram-se em programas como Profissão Repórter, apresentado em 11/07/2017, bem como em páginas do Facebook: Observatório do povo da rua e Movimento população de rua. Há também algumas notícias em jornais on line como Folha de São Paulo, ambas reportagens foram reproduzidas na seção de Anexos.

- Estar na rua – recentemente: envolve aquelas pessoas que adotam a rua como local de pernoite e já não a consideram como ameaçadora. Estabelecem relações com as pessoas de rua e criam estratégias de sobrevivência.
- Ser da rua – permanentemente: a rua torna-se espaço de moradia de forma definitiva, mesmo que, ocasionalmente, possa haver alternância com outros locais de alojamento.

Independentemente da forma como a pessoa se relaciona com a rua, a mesma é considerada como uma possibilidade de abrigo ou moradia, no entanto, não podemos desconsiderar os perigos e ameaças pelas quais as pessoas passam ao permanecerem nas ruas. Além disso, ressalta-se que em ambos os casos houve um fato desencadeador para que se chegasse a essa condição. Entende-se, com isso, que são vários os motivos que levam um indivíduo a considerar a rua como opção de moradia; o viver na rua implica em rupturas, quebra de vínculos familiares, afetivos. Ou seja, o indivíduo afasta-se daquilo que foi definido como curva de normalidade, do que é considerado como regras pré-estabelecidas para viver em sociedade (SANTOS et al., 2015).

Há uma variedade de motivações que levam a pessoa a viver nas ruas e de situações que caracterizam a população de rua, as principais se referem a: problemas de alcoolismo e/ou drogas, desavenças/conflitos familiares, conseguir comida/dinheiro, ajudar a família, opção espontânea, opção de trabalho e desemprego (BRASIL, 2008a; RODRIGUES; SILVA FILHO, 2002). Segundo a Pesquisa Nacional sobre a população de rua (Brasil, 2008a), os três motivos principais da ida às ruas são: o afastamento familiar, o alcoolismo/consumo de drogas e a questão do desemprego. Ressalta-se que, muitas vezes, a ida às ruas acontece por mais de um fator. Conforme Mendes (2007), a ausência de uma rede de apoio formada pela família é comum e contribui para a existência de conflito familiar e, consequentemente, a inserção na vida de rua, sendo que a inserção na rua também está relacionada ao vício de álcool e outras drogas.

Como já foi descrito acima, destaca-se que são várias as motivações que levam a pessoa a optar pelas ruas como moradia; quando se chega ao ponto de optar viver nas ruas é porque o sujeito passou por diversas transformações e, principalmente, porque a vida anterior às ruas já era insuportável. Quando passamos

por momentos de sofrimento, dores, faltas, a finalidade é amenizar todas essas aflições. Nesse sentindo, a rua se torna ambiente acolhedor, bem como possibilidade de alternativa de vida; portanto, os itens a seguir vão tratar dos três principais motivos que são o afastamento familiar, o uso de drogas e o desemprego, e de como essas motivações auxiliam na transformação de seu ser e no processo de decisão de escolher as ruas como moradia.

1.2.1 Laços familiares rompidos

A situação de rua, na maioria das vezes, está atrelada à precarização das relações familiares que, ademais, refletem a fragilização das relações humanas em um sentido geral (MENDES, 2007). As questões referentes às relações familiares nos levam a pensar: mas o que é a família? Qual sua função? Para tanto, se formos observar a família medieval europeia e a família patriarcal extensa no Brasil em seu período colonial, tinham como função assegurar a vida; não havia afeto entre os familiares, tal qual conhecemos hoje. Ou seja, a família possuía importante papel econômico, social e político (MATTOS, 2006).

Não cabe, neste momento, detalhar as mudanças que ocorreram no decorrer da história, nos formatos, na constituição de família e nas suas mudanças. O que queremos é lembrar que os contextos familiares, suas peculiaridades, bem como os conceitos passaram por transformações e hoje entendemos a família como instituição que tem como função tornar o indivíduo membro da sociedade, sendo um dos principais eixos organizadores da vida; promove trocas afetivas atreladas ao sentimento de proteção e pertencimento (MATTOS, 2006; SOUSA, 2012).

Então, parte-se do pressuposto de que a família é um conjunto de relações mutuamente afetivas e protetoras. No entanto, percebe-se que a situação limite que desencadeou a ida às ruas, na maioria das vezes, tem envolvimento com conflitos e rupturas familiares. Conforme as pesquisas realizadas com as pessoas em situação de rua, observa-se que a maioria das pessoas que se encontram na rua possui referência familiar. Contudo, os vínculos afetivos e de solidariedade que os unem se encontram fragilizados ou completamente interrompidos (SILVA, 2006; SOUSA, 2012).

Relacionando o viver nas ruas e o rompimento dos laços familiares, Escorel (1999) relata que:

> A vida solitária nas ruas indica a existência de algum distanciamento, ou até um rompimento com o grupo familiar. O afastamento da família, elemento fundamental de apoio material, de solidariedades e de referência no cotidiano, permite uma primeira e basilar configuração da população de rua: é um grupo social que apresenta vulnerabilidade nos vínculos familiares e comunitários (ESCOREL, 1999, p.103).

Segundo Mendes (2007), os motivos mais mencionados pelas pessoas em situação de rua para o afastamento da casa e da família são: os conflitos domésticos, o abandono por parte dos familiares e os conflitos com a vizinhança. Dessa forma, é observado que, mesmo antes de viverem nas ruas, essas pessoas já apresentavam uma relação muito frágil com a família. Seguindo esse viés, Escorel (1999) comenta que quando enunciam que o motivo de ter passado a viver nas ruas é a família, constata-se que os conflitos familiares encontram-se associados ao alcoolismo e ao consumo de drogas, à violência doméstica, aos conflitos de valores entre pais e filhos ou entre irmãos, e a incapacidades físicas, mas, sobretudo, a doenças mentais.

Quando são mencionados os motivos pelos quais mulheres e crianças vão residir nas ruas há referência a inúmeras razões que envolvem os contextos familiares, sendo que o motivo principal é a violência doméstica, destacando-se o abuso e a violência sexual (FRANGELLA, 2004; ESCOREL, 1999). Em relação aos conflitos de valores entre pais e filhos encontra-se como causa a gravidez de filhas, homossexualismo dos filhos e diferenças nas crenças religiosas. Outras ordens de divergência envolvem conflitos de valores intergeracionais como autonomia e liberdade. Por vezes, as desavenças ocorrem entre os irmãos, envolvendo aquele que contribui para os rendimentos familiares. O conflito resulta da não aceitação da existência de uma diferença de papeis, ações, valores e personalidades entre os supostamente iguais (ESCOREL, 1999).

Ainda conforme o autor citado acima, outra forma de desintegração familiar acontece pela morte; quando os pais morrem, a dispersão entre os irmãos pode ser uma estratégia de sobrevivência. Outra questão que faz com muitas pessoas permaneçam nas ruas durante o dia – mesmo tendo algum domicílio preferem não voltar para casa – refere-se ao fato de que alguns consideram a casa como um local igual ou pior do que rua. Isso se deve, muitas vezes, à precariedade habitacional, razões econômicas, ou por sofrerem algum tipo de violência.

Segundo Viera, Bezerra e Rosa (2004), quando se aborda o assunto família com os moradores de rua que frequentam as casas de Convivência, o assunto se torna delicado e muitos não gostam de falar a esse respeito. Nota-se que o tema é carregado de conteúdo afetivo, tornando visíveis as rupturas, decepções e sentimento de abandono. Essas pessoas não transparecem carga agressiva em relação aos seus familiares, e sim uma postura de autoculpabilidade pelo afastamento ou sentimento de abandono e ressentimento.

Conforme a Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua (Brasil, 2008b), foram identificados eventuais vínculos familiares das pessoas em situação de rua: mais da metade da população de rua que foi entrevistada para o primeiro censo a respeito de pessoas em situação de rua possuem algum parente residente na cidade onde se encontram. No entanto, 38,9% dessas pessoas não mantêm contato com os parentes e 14,5% mantém contato em períodos espaçados. Nota-se que os contatos são mais frequentes no caso de 34,3% dos entrevistados, sendo que 39,2% consideram como bom ou muito bom o relacionamento que mantém com os parentes que vivem na mesma cidade, enquanto 29,3% consideram esse relacionamento ruim ou péssimo. 23,1% mantêm contatos com parentes que vivem fora da cidade em que se encontram.

Observa-se a partir desses dados como são complexas as relações humanas, bem como as fragilidades dessas relações, visto que as relações familiares vão além dos laços sanguíneos; isto é, leva-se em consideração a afetividade, a confiança, e sentimentos de proteção. Essas são questões que mantêm as relações familiares mesmo diante de conflitos. No entanto, quando essa rede está fragilizada, vulnerável, opta-se pelo afastamento dos mesmos; portanto os vínculos familiares são rompidos, e a decisão de manter um vínculo com a família vai depender do grau e da intensidade dos conflitos, assim como das mágoas. Outro ponto que podemos levantar é que muitas vezes esse afastamento também ocorre devido à distância territorial. Entende-se, assim, que não se pode generalizar as relações familiares; cada um vai optar pelas relações que acha saudáveis e com as quais possa manter um vínculo. Isso justifica porque alguns se afastam definitivamente de suas famílias e nem ao menos querem ouvir falar delas e porque outros tentam manter alguma forma de contato.

1.2.2 Álcool e outras drogas

O processo de trajetória para a situação de rua, na vida de cada um, é complexo e geralmente envolve o uso de bebidas alcoólicas e/ou drogas antes, durante ou depois do movimento para as ruas. Nesse sentindo, é importante lembrar que em relação ao uso de álcool e outras drogas cada sociedade institui os padrões de uso, o que é considerado como legal ou ilegal; isto é, os motivos e oportunidades são construídas para o ato social de beber (VARANDA, 2009).

Os padrões de uso são construídos socialmente e o ato de usar as bebidas alcóolicas e outras drogas traz ao sujeito alguns significados. Percebe-se que, inicialmente, o álcool é consumido como forma de lazer e descompromisso com as obrigações domésticas e laborais. Torna-se uma forma de liberdade, uma válvula de escape frente às pressões sociais oriundas do trabalho e da família. Porém, aos poucos, esse consumo pode se tornar um abuso constante. No início isso pode gerar somente pequenas discussões familiares e descompassos no trabalho. Conforme esses episódios vão se tornando mais frequentes, na mesma intensidade transformam-se em dependência química e psicológica (MATTOS, 2006).

Ainda de acordo com Mattos (2006), essa rotina, esse consumo entra em um círculo vicioso, fazendo com que o alcoolista passe a chegar embriagado no trabalho, indisposto devido ao consumo, sendo que alguns chegam a beber durante o expediente. Esse ato pode ocasionar acidentes de trabalho e até mesmo levar à demissão. Em relação à família, o processo é parecido, pois cada bebedeira, cada alteração de comportamento pode gerar discussões que vão afastando cada vez mais o homem da família. Por fim, o círculo se completa quando o abuso do álcool gera problemas na família e no trabalho e esses mesmos problemas tornam-se ensejo para retroalimentar o abuso. Esse processo pode ser emblemático da situação de rua motivada principalmente pelo abuso de álcool que desestrutura a relação do homem com a família e o trabalho.

Ressalta-se aqui que em um primeiro momento o alcoolismo era entendido como uma constituição orgânica, posteriormente percebeu-se que o alcoolismo era uma doença social, a qual não se restringia somente a problemas orgânicos, pois envolvia questões de ordem social e moral. Isso porque os efeitos nocivos do álcool não atingiam somente o organismo do indivíduo, como o seu comportamento; e esse uso tinha repercussões no mundo do trabalho. Dessa forma, entendia-se que o

indivíduo, ao se entregar ao vício da bebida, era corrompido, pois seu hábito de beber prejudicava o desempenho de suas funções na sociedade (SANTOS; VERANI, 2010).

Santos e Verani (2010) destacam que o conceito de doença social surgiu na Europa:

> O conceito de doença social surgiu na Europa, na segunda metade do século XIX, quando a prática médica que se estabeleceu como dominante passou a perseguir maneiras de inventariar os hábitos cotidianos das pessoas e as suas práticas de vida, confrontando-os com as informações oriundas de outras disciplinas, tais como a química, a física e a história natural, buscando estabelecer os padrões de normalidade. Trazia consigo os valores morais constitutivos da ética do trabalho e aproximava-se "naturalmente" das classes trabalhadoras e de seu cotidiano. Por volta de 1850, esse conceito já estava largamente difundido, abrangendo e criando moléstias derivadas do convívio social como a tuberculose, a sífilis, a loucura e o alcoolismo (SANTOS; VERANI, 2010, p. 408).

Observa-se assim que o alcoolismo era e é entendido como doença, a qual precisava ser tratada; a partir de então, começa a se ter noção de que os usos/abusos das bebidas etílicas podem gerar indivíduos dependentes. Dessa forma, se criam questões ligadas à dependência. Nesse sentido, Varanda (2009) refere que a noção de dependência de bebidas etílicas foi "forjada em fins do século XVIII", aliava-se com a corrente proibicionista, que iniciou nos Estados Unidos e se difundiu no Brasil, sendo um discurso da medicina e um controle do Estado frente ao consumo de drogas. A corrente do proibicionismo acreditava na demonização da substância em si e nas ideias que asseguravam a ameaça de progressão patológica do consumo danoso ao indivíduo, atribuindo ao ser humano uma incapacidade de se manter no controle depois do contato com a bebida. Em meados dos anos trinta (século XX), são realizados estudos pelos Alcoólicos Anônimos sobre o uso do álcool e, a partir de então, o consumo da substância passou a ser considerado como o de uma droga socialmente aceita e que por alguma razão causava dependência somente em algumas pessoas.

Em relação às causas da dependência e principalmente ao seu tratamento, Teixeira (2007) relata que:

> Historicamente, o tratamento dispensado às drogas, em geral, centrou atenção particularizada como um fenômeno de base unicamente orgânica. Diante da limitação de tal modelo biomédico, foi necessário compreender como fatores psicológicos, culturais e sociais somariam esforços na compreensão de por que o homem faz uso de certas substâncias entorpecentes, chegando, por vezes, a prejudicar seu próprio modo de vida (TEIXEIRA, 2007, p.17).

Como o modelo médico não é suficiente para compreender a questão da dependência, a Classificação Internacional de Doenças (CID-10, 2004) começa a considerar a dependência de drogas como um conjunto de fenômenos comportamentais, cognitivos e fisiológicos que se desenvolvem após repetido consumo de uma substância psicoativa. Tal consumo está tipicamente associado ao desejo poderoso de tomar a droga, à dificuldade de controlar o consumo, à utilização persistente apesar das suas consequências nefastas, a uma maior prioridade dada ao uso da droga em detrimento de outras atividades e obrigações, a um aumento da tolerância pela droga e, por vezes, a um estado de abstinência física.

Conforme Varanda (2009), o uso abusivo de álcool e/ou outras drogas é apontado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um dos maiores desafios para a saúde pública, pois entende-se que as consequências negativas do abuso dessas substâncias sobre a saúde física e emocional atuam consequentemente na situação econômica e social; portanto, dito uso abusivo tem sido considerado uma patologia. Nesse sentido, entende-se que essa patologia pode ocasionar uma desorganização na vida do sujeito.

A desorganização na vida do sujeito que faz o uso abusivo de substâncias psicoativas atinge diretamente as relações familiares. Nesse sentido, Mattos (2006) argumenta que tanto os alcoolistas e os usuários de drogas quanto suas famílias não têm perspectiva de que esses usuários venham a contribuir nas despesas da casa, nem mesmo conseguem manter um clima harmonioso nos lares e, em muitos casos, tais indivíduos colocam seus familiares em situações de risco. Devido a tal contexto, muitos desses sujeitos acabam simplesmente se perdendo de casa e desaparecem de seus familiares.

Autores como Abreu (2013), Brasil (2008a), Varanda (2009) e Escorel (1999) observaram em seus estudos que o uso de álcool e outras drogas foi um dos principais motivadores para levar a pessoa a viver nas ruas. Vale lembrar, também, que o uso abusivo de álcool e/ou outras drogas é elemento desencadeador para o

aparecimento de outros fatores, tais como a intensificação de problemas familiares e distanciamento familiar. Um dos motivos que leva a pessoa que abusa das substâncias a considerar a rua como moradia se refere ao fato de que, como cita Varanda (2009, p. 54), “A rua oferece o espaço de uso ilimitado, onde a legalidade e a moralidade que geralmente atuam como mecanismos de controle dentro das estruturas sociais, são afrouxadas e ressignificadas”. Nesse sentindo, Abreu (2013) afirma que o uso de álcool e outras drogas acontece como método pelo qual as pessoas conseguem lidar com as difíceis situações presentes em casa e no trabalho.

Conforme Abreu (2013), o uso e/ou abuso de substâncias psicoativas, dentre elas o álcool, é traço marcante nas histórias de vidas antes e durante a estada nas ruas, conforme aponta a pesquisa nacional sobre população em situação de rua realizada no Brasil nos anos de 2007-2008: cerca de 35,5% dos sujeitos participantes referem que os motivos que os levaram a viver nas ruas foram consequências de problemas relacionados ao uso de álcool e/ou outras drogas. Ressalta-se que para os sujeitos que fazem usos e abusos de substâncias psicoativas não é fácil manter-se nas casas de suas famílias, pois passam por preconceitos e estigmas, sendo considerados como sujeitos “diferentes”, principalmente aqueles que usam algum tipo de droga ilícita.

Ao passar a viver nas ruas, o uso de substâncias psicoativas é realizado como forma de socialização, assim como auxilia a minimizar problemas como a fome e o frio a que estão sujeitos os indivíduos em tal condição. Entretanto, percebeu-se que a relação entre o aumento ou diminuição do uso de drogas pelo fato de se estar em situação de rua vai depender das histórias individuais de cada sujeito, do local na rua estabelecido como moradia, do grupo com o qual mais se aproxima, entre outras questões vivenciadas nessa situação (ABREU, 2013).

Nota-se que o consumo de drogas tanto lícitas como ilícitas auxilia no processo de ida às ruas, lembrando que o uso de drogas altera as percepções, bem como o comportamento humano, levando muitas vezes a pessoa a agir de forma que não esperava. Destaca-se também que todas as transformações que esse uso pode ocasionar vão depender da relação entre a pessoa e o consumo, assim como de suas relações sociais. Percebe-se, assim, que o viver nas ruas está atrelado às vivências individuais, ao ponto de vista de cada um. Nesse sentido, o próximo item vai abordar a questão do trabalho e da pessoa em situação de rua.

1.2.3 Desemprego

Vários trabalhos realizados, entre eles os de Silva (2006), Sousa (2012) e Mattos (2006), referem que a condição de pessoas vivendo nas ruas se dá pelas transformações no mundo do trabalho; ou seja, as causas estruturais da vivência de pessoas em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista. Nesse contexto, trabalha-se com a ideia de desigualdades sociais e exclusão social. No entanto, conforme Escorel (1999):

> Não é possível obter uma taxa de desemprego junto à população de rua nem tampouco estabelecer uma correlação direta e mecânica entre desemprego ou extrema vulnerabilidade do vínculo laboral, e a moradia nas ruas. No entanto, os depoimentos dos próprios moradores de rua a algumas pesquisas indicam que o desemprego é um dos principais motivos que conduzem as pessoas a viverem nas ruas (ESCOREL, 1999, p. 175).

As transformações no mundo do trabalho contribuem para a promoção do desemprego estrutural e relações de trabalho mais precarizadas. Consequentemente, aumenta o número de pessoas em condição de vulnerabilidade, de desproteção e exclusão social. A exposição a essas condições gera uma possibilidade maior de o sujeito optar por viver nas ruas, visto que muitas das pessoas que estão em situação de rua relacionam esse processo com a questão da desvinculação laboral. Nesse viés enquadram-se o desemprego, as migrações por procura de trabalho, condições econômicas precárias que impossibilitam pagar aluguel ou moradia (SOUZA; MACEDO, 2015; ESCOREL, 1999; COSTA, 2005).

Nesse sentido, Escorel relata como pode ocorrer a desvinculação laboral e o viver nas ruas:

> No senso comum predomina a ideia de uma trajetória de desvinculação do mercado de trabalho, que vai do emprego formal para a atividade informal, e daí para as ruas. As atividades mencionadas pelos moradores de rua não revelaram essa trajetória; apresentaram uma heterogeneidade de posições de inserção no mercado de trabalho. As suas trajetórias de desvinculação laboral originaram-se tanto do mercado formal quanto do informal. Em certos casos ocorrera uma expulsão direta do assalariamento formal para a ruptura dos vínculos e a moradia nas ruas (ESCOREL, 1999, p. 183-184).

Analisando a trajetória ocupacional dos sujeitos antes desses viverem nas ruas, encontram-se as seguintes características: segmentação na duração dos vínculos, empregos irregulares, descontínuos, temporários, atividades de baixa qualificação com potencial de substituição. A partir desse contexto, podemos compreender que antes de viver nas ruas esses indivíduos mantinham com o mercado de trabalho relações que já eram extremamente precárias e instáveis. Alguns moradores de rua relatam com frequência as precárias condições de trabalho a que estavam submetidos, bem como relatam que tinham relações conflituosas com patrões e encarregados. Nesse sentido, os processos de desvinculação do mundo do trabalho ocorrem de forma mais ou menos abrupta, partindo de posições variáveis segundo a formalização ou não, sobre uma estrutura geral de inserção no mundo do trabalho extremamente vulnerável (ESCOREL, 1999).

Lessa (2003) afirma que grande parte do povo rural transferiu-se para a metrópole, sendo que o Brasil nas últimas décadas de globalização entrou em crise, tendo um lento crescimento e permeando um processo de ajustes, o que ocasionou transformações sociais nos contratos de trabalho. Aumentou a precarização das relações contratuais, os segmentos de classe média perderam sua tranquilidade, os trabalhos estáveis foram reduzidos; ou seja, criaram-se novas formas precárias de existir. As ruas ganharam novas visibilidades e estratégias de subsistência. O novo sistema de comércio foi criado nas calçadas por meio da existência do ambulante e do camelô. A população de rua começou a aparecer, embaixo de marquises e viadutos, perto de fontes de água pública, criando formas de subsistir.

Vieira, Bezerra e Rosa (2004) constataram em sua pesquisa com 3.392 pessoas na cidade de São Paulo, que destas 90% já tinham trabalhado com carteira assinada. No momento da pesquisa, essas pessoas não tinham trabalho regular, porém, aproximadamente 80% realizavam alguma atividade para ganhar dinheiro. Entre essas atividades, as mais citadas foram: carregador de caminhão, catador de papel, guardador de carros, trabalhador de serviços de limpeza e da construção civil.

Entende-se, dessa forma, que as relações de trabalho estão presentes em todos os locais. Mesmo de modo informal, em relação à pessoa em situação de rua, a mesma mantém alguma forma de trabalho para poder sobreviver. Isto é, por meio de trabalhos informais cria estratégias de sobrevivência, bem como possibilidades de existência. Para tanto, precisa reinventar os usos da cidade. Desse reinventar os espaços da cidade tratará o item a seguir.

1.3 Vivendo nas ruas – reinventando usos da cidade

Os habitantes das ruas se desdobram em circulações pedestres na cidade, criam uma dinâmica própria nas ruas. Em suas andanças em busca de recursos de sobrevivência, vão marcando interações sociais práticas e simbólicas com os segmentos sociais que os circundam e novas territorialidades no espaço liminar. A partir da movimentação pedestre, o morador de rua também alarga seu universo de interlocuções com o cenário institucional (FRANGELLA, 2004).

Para sobreviver na cidade os moradores de rua criam táticas e usam de astúcias para driblar proibições e limites, ressignificam objetos, lugares e usos, bem como produzem desenhos variados no tecido urbano, sendo que deslocar-se faz parte dos modos de viver e sobreviver. Seus trajetos não seguem rotas definidas por critérios geográficos, são orientados por meio das redes de suporte já conhecidas ou das que podem vir a ser promissoras; evitam os lugares em que ações repressivas podem estar acontecendo. Portanto, os caminhos e lugares que escolhem para dormir, viver, comer, divertir-se, fazer seus “bicos”, os usos que fazem dos equipamentos urbanos, são definidos por percursos e não por mapas (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014).

Dessa forma, como as pessoas em situação de rua adentram em outra lógica de sobrevivência, novos hábitos, novas regras são criadas. O modo como organizam suas vidas não segue uma rotina controlada por horários de trabalho, bem como não implica em pagar por uma residência, em assumir os compromissos que essa possa acarretar. Isso cria possibilidades de utilização dos espaços públicos violando a regra social. Ao mesmo tempo nos faz pensar a respeito dos controles e exigências que são exercidos em sociedade. Questiona-se quais são os parâmetros necessários para viver (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004)

Referindo-se ao fato de sobreviver nas ruas, Escorel (1999) relata que para tanto é preciso criar estratégias para solucionar questões de necessidades básicas; isto é, garantir o mínimo necessário para manter-se com vida. Seguindo o mesmo viés, Viera, Bezerra e Rosa (2004) comentam que para favorecer a sobrevivência a população em situação de rua procura permanecer em bairros centrais e comerciais, pois disponibilizam recursos como abrigo, alimentação e trabalho.

A partir dos usos que a população de rua faz dos espaços públicos, podemos entender como novas relações são estabelecidas; portanto, conforme Vieira, Bezerra e Rosa (2004), ser morador de rua não significa apenas estar submetido ao enfrentamento de carências, significa também adquirir novos referenciais de vida social, principalmente aos associados ao trabalho, moradia e relações familiares. Assim, os que moram na rua possuem um modo de vida próprio, atribuem uma nova função para os espaços públicos.

Na aquisição das novas funções dos espaços públicos é que podemos pensar as políticas públicas, visto que as mesmas vão tentar conduzir as ações das pessoas em situação de rua na tentativa de protegê-las. Nessa perspectiva, o próximo item discutirá as ações de políticas públicas para as pessoas em situação de rua.

1.4 Pessoas em situação de rua e políticas públicas em Francisco Beltrão

A partir do final da década de 1980 e início da década de 1990 a Constituição Federal de 1988 é alterada e considera os direitos sociais como direitos fundamentais de todo cidadão. E com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, reconheceu-se a Assistência Social como política pública (COSTA, 2005).

Cabe aqui entender que políticas públicas são definidas como um conjunto de normas que orientam práticas e respaldam os direitos dos indivíduos em todos os níveis e setores da sociedade. Tendo como base os princípios da igualdade e da equidade, as políticas públicas podem ser consideradas alternativas para a resolução dos problemas sociais. Objetivam solucionar as necessidades identificadas na vida coletiva, nas suas diversas áreas: educação, saúde, trabalho, social, entre outras tantas (SILVEIRA et al., 2007). As políticas públicas vão se constituir como importante elemento de ação do Estado em prol do desenvolvimento social, tornando-se atividades estatais instrumento estratégico para ação dos governos, com o objetivo de estabelecer medidas e padrões de sua ação política na vida econômica e social das sociedades (PEREIRA; SILVA, 2014).

Com a nova legislação o poder público passa a ter a tarefa de manter serviços e programas de atenção à população de rua, garantindo padrões éticos de dignidade e não-violência na concretização de “mínimos sociais” e de direitos de

cidadania a esse segmento social (COSTA, 2005). A Política Nacional de Assistência Social atribui à Proteção Social Especial o atendimento à população em situação de rua, priorizando serviços que possibilitem a reorganização de seus projetos de vida, possibilitando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito (BRASIL, 2005).

Neste contexto, com o objetivo de efetivar as atribuições de elaborar e gerir uma política integrada de proteção social, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) assumiu o compromisso de formular políticas públicas dirigidas à população em situação de rua. Para tanto, em setembro de 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social realizou o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, no qual foram discutidos os desafios, as estratégias e as recomendações para a formulação de políticas públicas nacionalmente articuladas para essa parcela da população. Esse Encontro foi o marco inicial para a elaboração da Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL, 2008b).

Portanto, a Política Nacional para inclusão da população em situação de rua tem como diretriz estabelecer rumos que possibilitam a (re)integração dessas pessoas às suas redes familiares e comunitárias. Isso é proposto por meio do acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, levando em consideração as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua (BRASIL, 2008b).

Para efetivar as ações destinadas à pessoa em situação de rua é criado pela Assistência Social o serviço de Abordagem Social, que é ofertado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O serviço de Abordagem Social tem como objetivo assegurar atendimento social de abordagem e busca ativa, identificando pessoas em situação de rua, abandono, trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, e outras situações de risco e violações de direitos. No momento da abordagem, é prestado atendimento às necessidades imediatas, com acolhimento e encaminhamento das pessoas para a rede de proteção social, conforme a necessidade apresentada pelo indivíduo atendido.

Trata-se de um serviço que abrange toda área geográfica do município, tanto da área urbana quanto da área rural. A Abordagem Social ocorre nas ruas, praças,

"mocós" e locais mapeados com incidência de população em situação de rua, mendicância, trabalho infantil, exploração sexual, entre outras situações de violação de direitos previamente denunciados ou não. O trabalho é realizado de forma programada e continuada, atendendo a denúncias e as solicitações do serviço de atendimento pela sociedade em geral (BRASIL, 2005)

A Abordagem Social consiste num atendimento emergencial, respondendo às solicitações e denúncias feitas à Assistência Social, ao CREAS e ao número direto do serviço de Abordagem Social. Faz-se o atendimento e encaminhamento das pessoas e famílias abordadas de acordo com as situações de violações de direitos identificadas, realizando-se os encaminhamentos necessários para a proteção dos indivíduos e seus familiares (BRASIL, 2005).

Em relação ao Município de Francisco Beltrão, esse é considerado um município de porte pequeno, localizado no sudoeste do Estado do Paraná. Foi oficialmente fundado em 14 de dezembro de 1952, criado pela Lei n. 790, de 14 de novembro de 1951, sendo desmembrado do município de Clevelândia. Naquela época, sua área se estendia a partir do norte desde o Rio Iguaçu até a divisa com Santa Catarina, ao sul. Após desmembramentos na década de 1960, o município foi consolidado com uma área de 735 km². De acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016, o município possui uma população total de 87.491 habitantes, sendo a população urbana composta por aproximadamente 67 mil habitantes. Sua taxa de crescimento anual é de 1,4%, e a taxa de crescimento total da população é de 1,5% a.a (IBGE, 2016).

Francisco Beltrão é considerado o maior município em um raio de 120 km a partir da sua área urbana, sendo influenciado principalmente por Cascavel e Curitiba. Juntamente com o município de Pato Branco, é a principal referência para a maioria dos pequenos municípios da região Sudoeste do Paraná e alguns outros da região Oeste de Santa Catarina. Nos últimos 30 anos, transformou-se de um município rural e agrícola em uma cidade com industrialização de produtos básicos (roupas, móveis e alimentos). O município destaca-se no contexto estadual no segmento de abate de aves; sua indústria se destaca pela produção agroindustrial, têxtil e moveleira. Sua economia tem destaque regional, concentrando a maioria dos serviços médicos e hospitalares e também serviços automotivos (peças e concessionárias). Além disso, apresenta considerável diversidade de estabelecimentos comerciais (FRANCISCO BELTRÃO, 2006).

No contexto acima descrito são desenvolvidas políticas públicas para a pessoa em situação de rua no município por meio do serviço de Abordagem Social, ali inserido em junho 2011. Tal Serviço de Proteção Social Especial, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município, é referenciado junto ao CREAS e é oferecido atendimento de média complexidade. Assim sendo, o serviço, possibilita condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais. Isso acontece por meio de: abrigamento na Casa de Passagem Santa Aliança, auxílio para obter documentação pessoal e benefícios como o Bolsa Família, cadastro municipal para habitação, bem como auxílio com passagens e encaminhamento para rede de saúde.

No que tange aos moradores em situação de rua que são oriundos de outros Municípios e/ou Estados, geralmente lhes são prestado auxílio com passagem para o retorno à cidade de origem. Aos moradores que se encontram em situação de rua e são do Município, o encaminhamento é efetuado à Casa de Passagem Santa Aliança local, para acolhimento temporário. Em relação aos moradores em situação de rua que não desejam sair dessa situação são realizadas periodicamente visitas e orientações, dependendo da situação. Também são feitos encaminhamentos para a rede de saúde (UBS), CAPS AD, familiares, abrigamento, Cadastro Único etc.

Nesse sentindo, é importante salientar que o município conta com a Secretaria de Assistência Social, a qual dispõe de CRAS e CREAS e convênio com a Casa de Passagem Santa Aliança, onde é realizado acolhimento temporário. Conta, ainda, com a Secretaria de Saúde, que dispõe de unidades de saúde, estratégias da família, centro de atenção psicossocial álcool e drogas, UPA e SAMU.

Observa-se que o local de maior incidência e concentração de moradores em situação de rua no Município de Francisco Beltrão é a Rodoviária Municipal, na região central da cidade, onde há maior circulação de pessoas. Já outros indivíduos se deslocam ocasionalmente em praças, construções, sobre pontes, centros comunitários e marquises diversas. Vale destacar o grande número de transeuntes que passam pelo Município diariamente e que tem como propósito o deslocamento para outras localidades. Em relação aos atendimentos realizados no ano de 2014, foram realizados pelo serviço de Abordagem Social 68 atendimentos aos moradores de rua; em 2015 foram 82 atendimentos e até setembro de 2016 foram realizados 49 atendimentos.

2 PROCESSOS/MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E OBJETIVAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FRANCISCO BELTRÃO

2.1 Os conceitos de subjetivação e objetivação em Michel Foucault

Inicialmente, para que se possa conceituar subjetivação e objetivação, é preciso entender os estudos de Foucault sobre a constituição dos seres humanos enquanto sujeitos. Conforme comenta Fonseca (2011), quando se pensa em processos de objetivação e em processos de subjetivação pensa-se em aspectos da constituição do sujeito. Nesse sentido, faz-se necessário compreender que sujeito, aqui, é entendido como transformável, modificável. Isto é, o sujeito não é um dado pronto e sim algo que se constitui na história e na cultura; é um sujeito que se constrói, que produz regras de existência e conduta (FOUCAULT, 1995).

Pez (2008) reflete a respeito da obra de Foucault e comenta que os processos de constituição do sujeito se dão por meio de mecanismos de objetivação e subjetivação. Os mecanismos de objetivação tendem a fazer do homem um objeto; isto é, a partir dos processos disciplinares o homem tende a constituir-se como objeto dócil e útil. Já os mecanismos de subjetivação vão compreender as práticas que fazem do homem um sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como sua.

Observa-se que Foucault trabalhou com três modos de objetivação que transformaram os seres humanos em sujeitos. O primeiro é o modo da investigação, no qual o sujeito se conhece por meio da ciência enquanto objeto. Um sujeito produtivo que produz riquezas e economias. No segundo, o sujeito é visto como prática divisora, isto é, o sujeito é dividido em seu interior e em relação aos outros. Esse processo o objetiva; dessa forma resulta a divisão entre o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os bons meninos. A última parte caracteriza-se pelo modo segundo o qual um ser humano torna-se sujeito; isso acontece no conhecimento de si e das práticas de si, que leva, a se reconhecer como sujeito (FOUCAULT, 1995).

Sales (2008) relata que nas análises genealógicas de Foucault os processos de objetivação do sujeito acontecem por meio da relação poder-saber, sujeitando o indivíduo a uma normalização. Com a noção de estética da existência, ele analisa os modos de subjetivação como experiências do governo de si mesmo. A subjetivação

consiste em um processo de construção de si mesmo, no sentido de fazer da vida uma obra de arte. Há, pois, um cuidado de si, uma prática de si, uma política de si, um exercício de si sobre si que visam, acima de tudo, uma soberania sobre si mesmo. O que está em jogo é a técnica que deve ser utilizada para se viver da melhor maneira possível.

De acordo com Revel (2005), os processos de subjetivação do ser humano podem corresponder a um duplo processo: um em que os processos de objetivação transformam os seres humanos em sujeitos, o que significa que os sujeitos são objetivados pelas práticas de objetivação. Por outro lado, a subjetivação se dá pela maneira pela qual o ser humano se relaciona consigo mesmo, por meio de técnicas que permitem constituir-se como sujeito de sua própria existência. Nessa perspectiva, podemos observar que Foucault entende que o sujeito se constitui não sobre o fundo de uma identidade psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimento, ou ainda por técnicas de si.

Dessa maneira, podemos concluir conforme Benites (2006) que os processos de subjetivação e objetivação funcionam paralelamente; ou seja, ao mesmo tempo em que as práticas de subjetivação possibilitam ao homem constituir-se enquanto sujeito, esse mesmo processo o objetiva, tanto para conhecer e cuidar de si mesmo quanto para expor-se ao conhecimento e ao cuidado de outro. Fernandes (2011, p. 04) resume esse processo: “a subjetivação consiste justamente no processo constitutivo dos sujeitos, processo de produção da subjetividade que possibilita, em uma acepção foucaultiana, a objetivação dos sujeitos”.

Pensando ainda na objetivação do sujeito, o mesmo se constitui como objeto de conhecimento na relação entre os regimes de saber, de poder e de subjetividade, ou seja, na produção de jogos de verdades estabelecidos em torno do objeto-sujeito e nas práticas discursivas presentes no jogo da objetivação, no qual o conhecimento sobre determinado campo se dá através da construção de discursos, saberes, práticas e poderes. Entende-se que nesses jogos de verdades, na relação objeto-sujeito, os modos de subjetivação vão produzir sujeitos singulares, sendo que os procedimentos para a produção de subjetividade e, portanto, dos sujeitos, se darão por meio da análise do discurso (SOLER, 2008; FERNANDES, 2011).

Nesse viés das análises do discurso relacionadas aos processos de subjetivação, objetivação e consequentemente à constituição de sujeito, Fernandes (2011) faz um percurso das obras de Foucault que estudam/explanam sobre a

problemática da subjetividade em relação ao discurso e ao sujeito. Os apontamentos de Fernandes são os seguintes:

- Em *O sujeito e o poder* Foucault aponta a história de como os seres humanos tornam-se sujeitos e reflete sobre as relações de poder existentes que decorrem dos discursos. As relações de poder apontam para a posição-sujeito, e as mesmas integram exercícios de poder que se opõem; essas relações compõem os discursos e colaboram para a produção da subjetividade.
- Em “A história da loucura” a relação entre subjetividade e objetividade está implicada na constituição do objeto loucura, sendo o exterior determinante dos modos de funcionamento do sujeito considerado louco, objeto que se inscreve e se modifica na história. São os discursos exteriores que determinam, modificam e possibilitam a criação de mundos, espaços construídos socialmente para a segregação desses sujeitos. A loucura é entendida como manifestação de subjetividade; devido a sua incompatibilidade com o exterior vai resultar na interdição do sujeito.
- Nos estudos foucaultianos designados da fase genealógica e nos denominados ética*/*estética da existência, a subjetividade é vista da exterioridade. Especificamente, a ética/estética da existência é considerada a fase em que Foucault prioriza o cuidado de si: o sujeito vai se reconhecer sob determinadas condições de produção; ele é construído na relação com a exterioridade. Dessa maneira, a objetivação do sujeito é efeito da subjetivação, pelos saberes e pelos poderes que o envolvem. A subjetividade é histórica, socialmente produzida e modificada nos diferentes momentos da história pelos discursos.

> São muitos os textos de Foucault que a asseveram determinada pela exterioridade e assinalam igualmente suas transformações histórico-sociais e culturais. A obra de Foucault, de uma maneira geral, coloca questões concernentes ao sujeito, como ética, estética, verdade, escrita, corpo, identidade, conhecimento, saber, poder, que se voltam para o si e implicam a noção de discurso como prática – prática discursiva marcada por positividade, no sentido de que, em sua relação com o sujeito, o discurso incita, provoca, faz deslocar enfim –, e, em suas materializações discursivas, mostram o outro, o exterior, na produção da subjetividade. Os discursos, exteriores aos sujeitos, são sempre o motriz dos dispositivos possibilitadores e/ou

> determinantes de sua constituição e da produção da subjetividade (FERNANDES, 2011 p. 14-15).

Em resumo: o que Fernandes compreende da obra de Foucault é que o processo de subjetivação refere-se a formas de constituição do sujeito, ressaltando que Foucault aponta diferentes maneiras de subjetivação e de objetivação dos sujeitos. Nesse sentido, em *As palavras e as coisas* (1966), são realizados apontamentos referentes à constituição histórica das diferentes ciências humanas, entendendo a prática da subjetividade por meio do conhecimento, e a objetivação do sujeito como objeto de conhecimento. Em *História da loucura* observamos que as práticas divisoras são decorrentes da objetivação dos sujeitos, como a separação entre os loucos e os não loucos, os criminosos e os normais. Para finalizar, em *A hermenêutica do sujeito* e nas *Histórias da sexualidade* são abordadas as maneiras pelas quais os sujeitos se constituem, quer seja pelas construções culturais, quer seja pela sexualidade.

Nesse percurso da obra de Foucault observa-se uma descontínua história da subjetividade, sendo o discurso a ferramenta que possibilita a apreensão e a constituição dos sujeitos produzida pela exterioridade. A objetivação dos sujeitos pode acontecer no que diz respeito ao cuidado de si (o sujeito se objetiva como sujeito de identidade), ou no que se refere às determinações de outro (o sujeito é interditado, segregado etc.). Dessa forma, apresenta-se como efeito de uma subjetividade produzida exteriormente, implicando, assim, em inscrições dos sujeitos nos discursos. Nesse viés, observa-se que os discursos, tal qual a subjetividade, não são fixos, estão sempre em produção e transformação e são marcados por descontinuidade (FERNANDES, 2011).

Portocarrero (2008) comenta que Foucault, no decorrer de sua obra, trabalha com diferentes focos da subjetivação. Após os estudos das formas discursivas que articulam o saber-arqueologia do saber e do exame das relações das estratégias abertas e das técnicas racionais que articulam o exercício dos poderes em genealogia do poder, Foucault opera um novo deslocamento para analisar as formas de subjetivação nas diferentes modalidades de relação consigo, na qual o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito de uma sexualidade. Isso pode ser visto em *História da sexualidade III - O cuidado de si*. Nessa obra, Foucault parte do ponto de vista de uma historia ética, compreendida como história das formas de

constituição de si mesmo como sujeito moral com ênfase nas práticas de si destinadas a assegurar tal constituição. Além disso, substitui uma história dos sistemas de moral feita a partir das proibições por uma história das problematizações éticas feitas a partir das praticas de si.

2.2 Modos de subjetivação do sujeito em situação de rua

Conforme foi tratado na seção anterior, os processos de subjetivação constituem o sujeito. No entanto, esses processos se relacionam com as relações de poder saber e de verdade. Nesse sentindo, Ruiz (2013) afirma que a subjetivação dos sujeitos acontece a partir das verdades aceitas que os orientam no seu modo de agir. De acordo com essa perspectiva, o agir constitui o ser, e, portanto, a pessoa é aquilo que vive, é as verdades que acredita, e essas vão construir seu modo de vida.

Portocarrero (2008) comenta que Foucault em toda sua obra trata da relação do sujeito com a verdade. Essa relação não acontece por meio de uma análise interior ao próprio conhecimento, mas a partir de sua exterioridade, isto é, na história. Com efeito, não interessa investigar o fundamento pelo qual um sujeito pode conhecer verdades sobre o mundo, o que interessa é problematizar os processos históricos pelos quais as estruturas de subjetivação se ligaram a discursos de verdade. Nesse viés Ruiz (2013) vai referir que as três dimensões que constituem o eixo articulador das pesquisas de Foucault são: poder, verdade e subjetivação. E esses eixos fazem referência ao ser humano. O humano é entendido como uma subjetividade que se constitui e se cria como acontecimento imprevisível, seu agir vai se manifestar na criação de relações de poder e na possibilidade de se recriar.

Para compreender as subjetividades, será preciso levar em consideração as práticas discursivas e as formas de subjetivação. Nesse sentido, Sales (2008) entende as formas de subjetivação como experiência do governo de si; isto é, consiste no processo de construção de si mesmo com objetivo de fazer da vida uma obra de arte. A vida como uma obra de arte envolve um cuidado de si, uma prática de si, uma política de si, um exercício de si sobre si e, consequentemente, uma soberania sobre si mesmo. Para tanto, o que está em jogo é a técnica que se utiliza para viver da melhor maneira possível. Essa técnica abrange um pensamento de si

e aponta para a capacidade de recusa e resistência, bem como para a criação da própria subjetividade.

Portocarrero (2008) observa que Foucault, em sua fase entendida como genealogia do poder, mostra como os sistemas de poder e de verdade fabricam sujeitos, produzindo pessoas normais, bem como os efeitos do poder disciplinar os tornam úteis e dóceis, normalizando condutas. E na última fase de seu pensamento, Foucault busca condições de possibilidade de um sujeito com capacidade de recusa e resistência, de não ser governado assim ou de opor a um saber-poder dominante, de criar outros jogos de verdade e de poder e outras formas de subjetivação. As formas de subjetivação, assim, implicam na relação do si com as estruturas mais amplas do poder que nos cercam. Essa relação gera enfrentamento do significado da relação do indivíduo com as estruturas mais abrangentes de poder das quais faz parte. Consequentemente, esse enfrentamento contribui para novas abordagens a respeito de como nos libertamos a nós mesmos dos constrangimentos da sociedade contemporânea.

Neste sentindo, Sales (2008) diz que em relação à libertação das subjetividades não há um modelo a ser atingido, uma forma perfeita; o que existe é a possibilidade de um exercício da liberdade na composição de um estilo de vida. Para que tenhamos possibilidades de existir, modos de vida singulares que resistam aos poderes que procuram instituir uma vida normalizada, tais confrontos abrem fendas para novas possibilidades. É nesse confronto que vamos abordar a questão da subjetivação da pessoa em situação de rua, visto que os modos de subjetivação refletem em como os indivíduos são levados a cuidar de si, a atuar nas relações consigo e com os outros, bem como em relação aos discursos de verdade.

Para tanto, partimos do modo como Foucault (1995) vê o sujeito como prática divisora, isto é, o sujeito é dividido em si e em relação aos outros. Esse processo o objetiva, resultando na divisão entre o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os bons meninos. Nesse sentindo, pensando nos discursos sobre a pessoa em situação de rua, poderíamos fazer uma analogia com as seguintes divisões: as pessoas que possuem moradia e as que não possuem moradia, ou seja, as que são ditas normais por viver conforme uma normalização que dita o que é correto e normal em termos de habitação e aqueles que não possuem casas e são vistas como doentes ao se confrontarem com essa “verdade”.

Nesse confronto de verdades, as condutas são direcionadas e controladas, e as vidas passam pela normalização. De acordo com Foucault (2008), o cristianismo surge como alternativa ao estilo greco-romano; essa alternativa vem carregada de renúncias e proibições ao ser humano, e isso faz com que os mesmos tenham suas condutas controladas por prescrições que dizem o que é certo ou não fazer. Dessa forma, os atos, as condutas nos são impostas por meio do código moral, que determina quais comportamentos são permitidos e quais não são proibidos. A relação entre o código moral e a maneira de como a pessoa se relaciona consigo vai determinar a forma pela qual a pessoa constitui a si mesmo como sujeito das próprias ações. Nesse viés, Portocarrero (2008) comenta que Foucault aponta para três componentes da moral, que são:

> O código moral – conjunto prescritivo de valores e regras de ação propostas ao indivíduo e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos como família, instituições educativas etc. –; a moralidade dos comportamentos – comportamento real dos indivíduos em sua relação com as regras e valores propostos –; a ética propriamente dita – onde se reúnem as práticas ou técnicas de si (PORTOCARRERO, 2008, p. 285).

Podemos compreender assim que as ações, o como convém dirigir a si mesmo, está relacionado com a escolha que o indivíduo faz para a sua existência. Ele pode escolher entre cuidar ou não de si. Nesse sentido, existe uma norma que está sendo exercida, e é para isso que Foucault (apud PORTOCARRERO, 2008) chama nossa atenção, para o perigo atual, pois ao tentarmos fundamentar nossas normas na religião, na lei e na ciência, somos levados a buscar a verdade de nossos desejos e, portanto, nos tornamos aprisionados a nós mesmos e governados pelo poder normalizador da lei e da medicina. Isso nos leva a problematizar questões tais como: de que forma vem sendo conduzida a vida do indivíduo normalizado e medicalizado pelos saberes e poderes? Como objetos de saber e poder produzem formas de subjetivação?

Essas questões se articulam com a noção foucaultiana de governo segundo a qual os modos de ação são calculados e destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros. No entanto, existe sempre a possiblidade de o indivíduo se transformar e constituir uma forma de resistência. Nesse rumo segue o que diz Foucault (1999) a respeito das relações de poder, detalhada mais adiante no

presente trabalho, e que parte do princípio de que viver em sociedade é viver de modo a agir sobre a ação dos outros: portanto, o indivíduo estará em confronto como forças interiores e exteriores.

Sendo assim, Portecarrero (2008) reflete sobre a problematização da vida, e relata o seguinte:

> A problematização da vida consiste na busca das condições de possibilidade da constituição do saber sobre a vida do homem e das formas de poder cujo alvo é a vida do individuo e da população e cuja a função é sua objetivação, que produz, com grande eficácia, o sujeito como efeito da relação saber-poder [...] a partir de tal problema, explicita-se a importância da abordagem da subjetividade em termos de uma análise das formas de subjetivação como formas possíveis de resistência à normalização, de auto-constituição, e de estilização da vida, realizada através das investigações históricas das técnicas do cuidado de si e dos outros, das práticas de si e da Filosofia como experiência modificadora de si na constituição de um sujeito ativo ético e estético (PORTECARRERO, 2008, p. 290).

Nesse viés, podemos afirmar que a imbricação do poder e da verdade vai repercutir sobre as formas de subjetivação. É nesse sentido que será discutido aqui a respeito da pessoa em situação de rua. Para tanto, vale ressaltar que, como diz Gomes (2006), o viver nas ruas é cheio de improvisos e peculiaridades que emergem a partir do modo de habitar, da forma de relacionar-se consigo e com os outros, bem como com o exercício de atividades que buscam satisfazer as necessidades básicas inerentes às pessoas em situação de rua.

Portanto, o presente estudo vai trabalhar com dois deslocamentos a respeito da configuração da pessoa em situação de rua. O primeiro deslocamento parte de um estudo de Serrano (2013), que defende que o sujeito em situação de rua se configura como um ser doente; e o segundo parte do estudo de Silva e Hüning (2015), que comentam que a mídia atribui sentidos e cria realidades para os sujeitos e, nesse sentindo, contribui para apresentar pelos menos duas imagens da pessoa em situação de rua: que são sujeitos que levam uma vida errante pelas ruas e que são criminosos. Refletindo sobre esses dois estudos podemos entender que os presentes discursos reconhecem a pessoa em situação de rua como doente ou criminosa.

Seguindo nessa linha, primeiramente vamos tratar da pessoa em situação de rua como doente. Serrano (2013) apresenta um estudo a respeito das relações e

subjetividades produzidas em uma instituição de assistência a pessoa em situação de rua, neste estudo analisou que os discursos com os quais esteve em contato configuram a pessoa de rua como um ser doente, necessitando de atendimento médico e/ou psicológico. A doença é considerada aqui como causa e ou efeito da condição de rompimento com os vínculos sociais e familiares e, consequentemente, sua ida para as ruas. Nesse sentido, seria a doença que conduz o indivíduo a viver na rua, do mesmo modo que o mantém nela.

A permanência nessa condição agrava o estado de saúde, tanto mental quanto físico, e seu tratamento torna-se difícil, pois o fato de viver nas ruas gera alteração no corpo e na mente e dificulta a ida do o indivíduo aos serviços de saúde pública. E aos que conseguem chegar até o serviço passam por questões burocráticas, por obstáculos que fazem com que o indivíduo não busque mais ao auxílio do serviço. Outro entrave que é encontrado refere-se ao fato de muitas vezes esse indivíduo não se reconhecer como ser doente e, portanto, não aceitar ajuda.

Assim, são criados discursos a respeito da pessoa de rua que entendem que as mesmas não são capazes de cuidar de si. Isso pode ser compreendido na citação abaixo:

> O morador de rua é transformado em um corpo doente sobre o qual toda e qualquer terapêutica justifica-se. A gestão de sua vida e de seu corpo tem justificativa legitimada pelo seu estado de adoecimento pressuposto. As discussões não estão no quê se faz, mas nas estratégias relativas às possibilidades de fazer. Os planejamentos das ações de saúde coletiva são tratados em terrenos em que o homem de rua não está: na ciência ou no gabinete de governo. O que lhe é oferecido deve ser adequado por pressuposto e seu saber pode ser legitimamente desconsiderado [...] a doença é, portanto, a instituição do homem de rua (SERRANO, 2013, p.15).

Nesse sentindo, observamos que a pessoa em situação de rua, entendida como um ser doente, não é escutada em sua singularidade, visto que se pressupõe que a doença acomete a todos de uma mesma maneira. Outra questão que precisa ser abordada, como o próprio Serrano coloca, diz respeito às políticas públicas destinadas às pessoas de rua, pois é percebido que a população de rua é tratada como grupo massificado, sendo que as ações públicas incidem de maneira padronizada. Observa-se também que o decreto de ações de políticas públicas da pessoa em situação de rua promove direitos aos mesmos; no entanto, esses direitos são os mesmos direitos propostos a todo e qualquer cidadão brasileiro. Desse

modo, observa-se que não é levada em consideração a diversidade desse grupo, bem como existe uma produção de um sujeito homogêneo.

Para finalizar essa questão, Serrano observa em seus estudos que a doença altera a noção que a pessoa de rua tem de si e dos outros, bem como tira a noção do que é certo e do que é errado. Dessa forma, entende-os como desviantes; nesse aspecto, tal entendimento vai corroborar com os estudos de Silva e Hüning (2015).

Em um primeiro momento, Silva e Hüning (2015) afirmam que os discursos conduzidos nas mídias vão oferecer efeitos de verdade e subjetividades e que esses determinam formas de viver, isto é, regem as formas de agir no mundo. Na condução de condutas verifica-se que a rua é considerada um local de degenerescência e de perigo social, no qual se fabrica subjetividades normais e desviantes. Portanto, é dito que a vida biológica e social é construída no interior das casas, criando e conformando hábitos, dirigindo o que fazer e onde fazer, adequando o corpo biológico a uma ordenação social. Essa vida investida no interior das casas ganha um ordenamento e qualifica para a vida social civilizada a partir de uma relação com o saudável e com uma docilidade dos corpos, tornando os indivíduos úteis ao trabalho e às tecnologias biopolíticas de governo.

Nesse sentido, a rua é vista como perigo, lugar no qual se está exposto a riscos, e esses podem gerar medo. O medo faz com que se busque proteção, para tanto se acionam os dispositivos de segurança. Tais dispositivos vão atuar por meio de controles. Foucault (2015) afirma que o medo social em um primeiro momento está ligado ao processo de urbanização, isto é, à chegada de uma população flutuante e que está desempregada, considerada como uma população perigosa e marginal. Posteriormente, esse medo vai se relacionar à questão das imoralidades operárias, conforme as quais o operário foge das leis do trabalho, sendo que essa imoralidade está atrelada, por sua vez, ao corpo, às necessidades, ao desejo, aos hábitos e à vontade. Nesse sentido, é preciso garantir a proteção social, pois há a necessidade de a população sentir-se segura, sendo esta uma das funções do Estado.

Nesse sentido, Ruiz (2013) menciona a relação existente entre o medo, a segurança e a subjetividade. Essa relação é demonstrada a seguir:

> O dispositivo de segurança, assim como todos os dispositivos de poder, se legitima socialmente a causa da condição paradoxal do ser humano [...]. O medo é uma realidade humana e social muito potente. A segurança explora o medo como meio necessário para a aceitação social das tecnologias de controle [...] O medo subjetiva através da aceitação submissa do controle social, como técnica necessária para salvaguardar a segurança. O medo gera submissão, a segurança oferece o controle necessário para o medo. O paradoxal da segurança, como dispositivo, e do controle, como tecnologia, é que no mesmo ato de controlar para a segurança opera o controle para o domínio. A tecnologia de controle, que oferece segurança, é a mesma tecnologia que domina violentamente os sujeitos. O medo cria uma subjetividade submissa que aceita voluntariamente as técnicas de controle social, possibilitando, desta forma, a legitimação do controle como técnica de dominação. As técnicas de controle possibilitam a operatividade do governo totalitário da vida humana (RUIZ, 2013, p.04).

Relacionando o que Ruiz afirma quanto à segurança podemos entender que as ruas constituem-se como espaços que produzem perigos e sujeitos perigosos, sendo locais de aprendizagem de vícios e maus hábitos, relacionados a questões morais. Assim, entende-se que a casa é considerada um lugar seguro e as ruas lugares viciosos e perigosos quanto às questões morais. Podemos observar a dicotomia dos espaços entre perigoso e seguro, entre público e privado, casas e ruas; e essas dicotomias produzem uma ameaça e um problema no qual as práticas de governo vão precisar agir através de relações de poder e de saber (SILVA, 2013).

As vidas que habitam e se constituem nas ruas são vistas a partir de uma ideia de perigo e, portanto, precisam estar prontas para serem corrigidas. Essa correção se dá por meio de investimentos de poderes e saberes científicos e tecnológicos nas ciências humanas; ou podem ser investidas de outro modo, por meio de uma desqualificação dessas vidas, orquestrada pela produção de mortes desclassificadas no âmbito social, político e criminal (SILVA, 2013).

Nesse sentindo ainda, Silva argumenta a respeito das subjetividades que são geradas a partir da ideia do perigo:

> Ao tomar as ruas em seus discursos e práticas, as ciências humanas estão produzindo subjetividades, na mesma medida em que as objetivam. Ao colar às ruas uma concepção de degenerescência e de perigo social, fabricam-se subjetividades normais e desviantes e, além disto, uma autoridade que garante a intervenção sobre estas. Uma autoridade que, relacionada à verdade objetiva sobre as coisas e os homens, sustenta-se em relações de poder que põem em

> funcionamento uma racionalidade de governo da vida (SILVA, 2013, p. 62).

Esse mesmo autor vai afirmar que é nas relações de poder que se estabelecem os regimes de verdade como forças que determinam formas de governo do outro, produzindo subjetividades. Por meio de uma vida nômade que se desloca pelas ruas, as pessoas em situação de rua operam um deslocamento nas formas de governo da vida e de segmentação dos corpos. Existe algo na vida dessas pessoas que escapa ao ordenamento social e político. Dessa maneira, elas são inseridas no campo das anormalidades e/ou patologias e das moralidades. Observa-se, nesse sentido, que o estudo de Silva (2013) e o de Serrano (2013), mencionam que a pessoa em situação de rua foge do ordenamento social, isto é, são consideradas como anormais/desviantes no sentido de que, não vivem da forma como a sociedade civil espera, e esses seres “anormais” no estudo de Silva são entendidos a partir da normalização da vida e no estudo de Serrano entendido a partir da doença mental.

É importante salientar que esses dois estudos foram escolhidos porque ambos fazem análises de outros estudos que se referem à pessoa em situação de rua como ser doente e/ou criminoso, sendo que a partir dessas definições pode-se pensar nos processos de subjetivação pelos quais esses sujeitos passam. Ressalta-se ainda que essas definições estão associadas a tantas outras, tais como: hábitos e costumes de vadiagem que podem ser pré-disposições para o ato criminoso. Além disso, tais hábitos podem levar a acreditar que essas pessoas vivem de forma errante/desviante de uma norma. E em relação à questão do ser como doente, pode-se considerá-la como associada principalmente à questão de usos de álcool e outras drogas, assim como à questão dos transtornos mentais.

Pensando na constituição desses sujeitos podemos compreender que as duas configurações que foram descritas acima – doente e criminoso – podem condicionar/conduzir os modos de subjetivação da pessoa em situação de rua. Esses processos vão alterar o modo como essas pessoas se relacionam consigo mesmas e com outros, possibilitando criações de subjetividades e de enfrentamento frente aos discursos.

Compreende-se que o indivíduo se constitui como sujeito pelos processos de subjetivação. Esses processos acontecem no cuidado de si, na relação consigo

mesmo e com outros, na forma pela qual cada sujeito encontra para viver da melhor forma possível, no ato de governar a si mesmo bem como nas verdades nas quais acredita e que orientam seu modo de agir. Sendo que os processos de subjetivação se estabelecem nas relações de poder, saber e verdade, se faz importante compreender como os processos de subjetivação acontecem na vida de Zé Correto. Vale lembrar, aqui, que Zé é o personagem fundamental dessa discussão. É a partir de sua trajetória de vida que podemos compreender como os discursos conduzem os modos de subjetivação de Zé Correto, visto que fabricam-se sujeitos “normais”, fabrica-se a existência de condutas de existências ditas como normais, isto é, pessoas que vivem em moradias, que têm uma habitação. Como Zé foge à regra e vive nas ruas, é necessário pensar a possibilidade de existência da pessoa em tal situação bem como em seus processo de subjetivação.

2.3 Biopolítica das populações

A constituição do sujeito se dá por meio dos processos de objetivação e subjetivação. Verifica-se que em ambas o que está presente são as relações, sejam elas para com si ou para com os outros, e, portanto, como diz Foucault: em todas as relações existem relações de poder. Nesse sentindo, para entender o conceito de biopolítica, primeiramente se faz necessário entender as relações de poder.

Foucault afirma que as relações de poder estarão presentes em todas as relações humanas. O poder é compreendido como efeito de uma ação sobre a ação dos outros que está presente nas relações entre indivíduos e grupos e por eles é mobilizado. O poder é tratado como um exercício ou como um jogo de forças instável e permanente, e não como um atributo que se possua ou não, ou como uma coisa da qual podemos nos apoderar, tomar posse, sentindo esse fundado na própria evolução. Nesse sentindo, Foucault mostra que o poder é produtivo, positivo, é um jogo de forças essencial à vida (PASSOS, 2008).

> Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se

> originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1999, p. 88-89).

Entende-se, dessa forma, que o poder está em toda parte e provém de todos os lugares. Não é uma instituição e nem uma estrutura, não é potência de que alguns possam ser dotados, é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. Ou seja, é a expressão de uma operação de força que não só pesa sobre as relações como uma força negativa, que reprime ou diz não, é, sobretudo, uma operação positiva, pois produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discursos; o poder produz realidades, produz verdades, permeia as relações (PASSOS, 2008).

Salienta-se ainda que, para Foucault (2012), o que define as relações de poder é o modo de ação que é exercido sobre um ou mais sujeitos na medida em que esses agem ou podem agir. Isto é, trata-se de uma ação sobre as ações possíveis, sendo que só pode haver relações de poder com sujeitos livres. Entende-se aqui “sujeitos livres” como sujeitos individuais ou coletivos que possuam um campo de possibilidades, no qual várias condutas, várias reações possam ocorrer. Portanto, é necessário que haja sempre em ambos os lados uma forma de liberdade, pois o poder só pode ser exercido sobre o outro na medida em que resta ainda a esse último a possibilidade de se matar, de saltar pela janela, ou de matar o outro. Isso quer dizer que, nas relações de poder, há forçosamente possibilidade de resistência, porque se não houvesse possibilidade de resistência – resistência de fuga, de astúcia, de estratégias que invertem a situação – não haveria, de modo algum, relações de poder. Se há relações de poder em todo campo social é porque há liberdade em todo lugar.

Nesse contexto, compreende-se que o exercício do poder consiste em normalizar condutas. Nessa perspectiva, a conduta é ao mesmo tempo o ato de conduzir os outros e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. Então, pode-se entender que o ato de governar consiste em agir sobre os sujeitos, sendo que esses devem ser considerados livres. O governo sempre se exerce sobre uma multiplicidade, isto é, sobre a população, sendo que “população” deve ser apreendida sob duplo aspecto: em um extremo é a espécie humana e suas condições de reprodução biológicas (regulação dos nascimentos, da

mortalidade, gestão da demografia, riscos ligados à vida), econômicas e sociais, mas no outro extremo é o público, a opinião pública (PASSOS, 2008).

Foucault (2000) comenta que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi o fato de o Estado começar a cuidar da vida, o que consiste em urna tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, urna espécie de estatização do biológico. A estatização substitui o antigo privilégio do soberano de fazer morrer e deixar viver pelo poder inverso, o de fazer viver e deixar morrer. Nesse contexto, começa-se a problematizar a vida no campo do pensamento e da análise do poder político. Essa transformação vai se efetivar nos âmbitos dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder.

O poder sobre a vida desenvolve-se a partir do século XVII, de duas formas, que não são antitéticas e constituem dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. O primeiro caracteriza-se pelo poder disciplinar, o qual é centrado no corpo, no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade. O segundo, que se formou por volta da metade do século XVIII, é centrado na vida, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar. Tais processos são assumidos por meio de intervenções e controles reguladores, ou seja, uma biopolítica da população (FOUCAULT, 1999).

Portanto, esses dois conjuntos de mecanismos, um disciplinar e outro regulamentador, não estão no mesmo nível. Entretanto, isso permite articular-se um com o outro, sem se excluírem. Podemos entender que a biopolítica trata a população e tem o povo como objeto biológico passível de intervenção política e governamental. A biopolítica cuida de atingir a população para ressignificá-la como problema biológico, como problema político e como problema de poder (PASSOS, 2008). Desse modo, compreende-se que os processos da vida são levados em conta por procedimentos de poder e de saber que tentam controlá-los e modificá-los, sendo que o biológico vai refletir no político e o poder vai encarregar-se da vida (FOUCAULT, 2000).

Assim, por biopolítica entende-se um conjunto de práticas estatais instrumentalizadas por meio de técnicas de poder que buscam exercer o controle sobre os indivíduos e sobre as populações. São produzidos mecanismos e

dispositivos para a regulação, observação, análise, intervenção e modificação da vida, de que são exemplos às estratégias higiênicas, sanitárias, urbanísticas, controle demográfico, segurança pública e de saúde. Isso configura a ação biopolítica, que se inicia no século XVII, mas se intensifica nos séculos XVIII, permanecendo até os dias atuais. Torna-se, assim, a atividade política, uma ação de governo sobre a vida biológica dos indivíduos, sobre a vida de uma população, não sendo apenas um controle dos corpos em cada sociedade, mas um controle da população como um todo. Promove-se a vida das pessoas, bem como o controle sobre a vida das pessoas faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana.

Grabois (2013) comenta que a biopolítica se constitui como uma resposta política no século XIX, ao que se considera a vida do homem como espécie, aos mecanismos disciplinares do corpo que são atuantes no controle das populações. Nesse contexto, Gabrois, (2013, p. 125) comenta que o conceito de biopolítica refere-se “à emergência da população como problema político e aos fenômenos ligados à saúde coletiva de um corpo populacional no contexto da formação das grandes cidades na Europa do século XVIII e XIX”.

Entende-se, dessa forma, que para efetuar as ações de biopolítica é preciso levar em consideração a população. Nessa perspectiva, Veiga-Neto e Lopes (2011) comentam que o Estado deixa de ser definido apenas em termos territoriais e passa a ser determinado em função da população. Começa-se a governar os indivíduos por meio do controle dos corpos e da economia. Para Passos (2008), o governo sempre se exerce sobre uma multiplicidade, isto é, sobre a população. A população deve ser apreendida sob duplo aspecto, em um extremo, conforme dito anteriormente, está a espécie humana e suas condições de reprodução biológicas (regulação dos nascimentos, da mortalidade, gestão da demografia, riscos ligados à vida), econômicas e sociais, mas no outro extremo está o público, a opinião pública. Foucault (2008) considera a população como um elemento fundamental que condicionará os outros, ou seja, o governo depende da existência da população. Assim, a população é percebida como urna espécie de objeto técnico-político de urna gestão e de um governo.

Na obra *Segurança território e população*, Foucault aponta como surgiu a população bem como o funcionamento do Estado e da própria população. A população é vista como sujeito político complexo, pois, por um lado, aparece como

objeto (para o qual são dirigidos mecanismos para se obter efeitos), e por outro, como sujeito (pode se comportar deste ou daquele jeito). Para os mercantilistas, a população aparece como urna característica positiva que pode figurar nos emblemas do poder do soberano, como forca produtiva, desde que a mesma seja efetivamente adestrada, repartida, distribuída, fixada de acordo com mecanismos disciplinares. No entanto, a partir do século XVIII, os fisiocratas e os economistas deixam de perceber a população como uma coleção de súditos de direito, como uma coleção de vontades submetidas que devem obedecer à vontade do soberano por intermédio de regulamentos, leis, decretos. Ela vai ser considerada um conjunto de processos, os quais serão necessários administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural.

Seguindo nesse viés, a população não é o simples somatório dos indivíduos que habitam determinado local, ela está na dependência de toda urna série de variáveis. Isto é, a população é um dado que depende de toda urna série de variáveis que fazem com que ela não possa ser transparente em relação à ação do soberano; ou, ainda, que a relação entre a população e o soberano não possa ser simplesmente da ordem da obediência ou da recusa da obediência. As variáveis de que depende a população fazem com que ela escape consideravelmente da ação voluntarista e direta do soberano na forma da lei. A população aparece como um fenômeno de natureza, o qual não se pode mudar como que por decreto, sendo que a naturalidade mostra que população é acessível a técnicas de transformação. Portanto:

> A população é, portanto, de um lado, a espécie humana e, de outro, o que se chama de público. [...] O público, noção capital do século XVIII, é a população considerada do ponto de vista das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos. A população é, portanto tudo o que vai se estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público. Da espécie ao público: ternos aí todo um campo de novas realidades, novas realidades no sentido de que são, para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir (FOUCAULT, 2008 p. 98-99).

Entende-se, aqui, que será essencial ao governo observar e levar em consideração todos os comportamentos, hábitos, preconceitos etc. da população,

pois assim poderá constituir um saber sobre a mesma e, portanto, poderá agir sobre ela e garantir sua existência. Vai protegê-la, vai cuidar da saúde, vai zelar o trabalho. Isto é, a partir do conhecimento da realidade da população, o Estado vai conduzir sua existência, gestar as vidas por meio de biopolíticas.

Desde modo, podemos considerar que a vida das populações é gestada por ações biopolíticas; assim, por meio dessas ações tenta-se conduzir os modos de existência das pessoas em situação de rua, de forma que voltem a se inserir no mercado de trabalho, reintegrando-os a suas famílias.

2.4 Os modos de existência da população de rua frente às ações biopolíticas

A biopolítica referida por Foucault envolve questões tais como: a soberania, os regimes políticos, os efeitos da superação do direito de causar a morte para causar a vida, a absorção dos saberes estatísticos e da ciência política no governo da população, as reformas urbanísticas, as políticas de saúde e a medicina social, as regulamentações do trabalho, maneiras de comandar a circulação de pessoas e coisas, além de segregá-las, os percursos e distensões liberais e neoliberais. A biopolítica como regulação da população é uma política de Estado (PASSETTI, 2013). É fundamental entender que a relação do Estado com a população se dá sob a forma do que se pode chamar de pacto de segurança, com o qual antigamente o Estado poderia garantir que a população vivesse em paz em seu território. Atualmente, o Estado tenta garantir a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos, sendo que por meio da biopolítica tenta-se regular a vida dessa população (FOUCAULT, 2008).

Pode-se dizer, então, que a biopolítica surge como investimento sobre o corpo, sobre a população, tendo o cuidado com a administração dos corpos e a gestão da vida. Foucault (2000) comenta que um dos primeiros alvos de controle da biopolítica se constituiu por meio dos processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade e de problemas de cunho econômico e político. Nesse viés, a biopolítica lida com a noção de população, essa entendida como problema político, biológico e de poder. Logo, a biopolítica vai levar em consideração os fenômenos coletivos; portanto, os mecanismos desenvolvidos vão tratar de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais. Sendo assim, é necessário modificar, baixar a morbidade, alongar a vida, estimular a natalidade, estabelecendo mecanismos

reguladores nessa população para, assim, fixar um equilíbrio, manter uma média e estabelecer uma espécie.

Assim, pode-se considerar que os mecanismos reguladores, que têm como objetivo gestar a vida da pessoa em situação de rua, se dão por meio da constituição e, mais diretamente, por meio da criação de políticas públicas. Essas vão se encarregar de desenvolver ações que visem ao bem estar dessa população, mas que, sobretudo, consigam controlar os corpos. Nesse sentido, Foucault comenta que para que haja regulamentação dos corpos é necessário compreender e conhecer melhor o corpo, é preciso descrevê-lo e quantificá-lo, para então pensar em possiblidades de ação sobre os mesmos. Observa-se, então, que é isso que ações destinadas à pessoa em situação de rua têm tentando fazer, primeiramente, buscando descrever essa população. No entanto, há dificuldade em quantificá-la por ser uma população considerada como flutuante. Contudo, a principal ação consiste em possibilitar a saída das ruas das pessoas, bem como garantir o acesso aos serviços assistenciais e de saúde, tentando, dessa forma, cuidar dessa população; ou seja, procura-se conduzi-los a outras formas, consideradas melhores, de se viver (FOUCAULT, 2000).

Tendo em vista tal contexto, há que considerar as políticas públicas que estão envolvidas no cuidado da pessoa em situação de rua como biopolíticas. Nesse sentindo, tanto a Política de Assistência Social que se efetiva pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS) como a Política de Saúde que se efetiva pelo Sistema Único de Saúde (SUS) são entendidas como biopolíticas. Segundo Santos et al. (2015), ao mesmo tempo em que essas estratégias políticas garantem a proteção e alguns direitos aos indivíduos por ela atendidos, os controlam e os disciplinam com objetivo de diminuir os perigos que esse segmento populacional representa à ordem estabelecida. Conforme Foucault (1999), entende-se aqui a biopolítica como conjunto de práticas estatais, instrumentalizadas com técnicas de poder que buscam exercer o controle sobre os indivíduos e sobre as populações; ao mesmo tempo em que promovem a vida da população, promovem também o controle sobre a vida dessas pessoas. Para que se entenda melhor o contexto em questão, será descrita brevemente cada política pública aqui envolvida.

De acordo com Serpa, Virginia e Cavalcante (2015), a assistência no Brasil como uma Política de Seguridade Social é uma prática recente e tem como marco legal a Constituição de 1988. A partir da Constituição determina-se que o Estado

tem o dever de garantir saúde a toda a população e, para tanto, criou o Sistema Único de Saúde. Em 1990, o Congresso Nacional aprovou a Lei Orgânica da Saúde que detalha o funcionamento do Sistema, bem como a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no ano de 1993, e a a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004. A PNAS expressa a materialidade do conteúdo da Assistência Social e da LOAS, criando uma nova matriz para a assistência social, inserida no sistema de bem-estar social; compõe, assim, o tripé da seguridade social juntamente com a previdência e a saúde.

Foucault problematiza temas importantes da gestão política e da saúde pública dos sistemas políticos; trata-se da questão da seguridade social. Entende-se o Estado como gestor; portanto, ele precisa governar, gerir, planificar, administrar, realizar programas de governo, regular eventuais conflitos e descaminhos do mercado (BRANCO, 2015). Para gerir a população, o Estado precisará prever as situações, os riscos e, assim, poder intervir. Nesse viés, Foucault comenta:

> Há riscos diferenciais que revelam, de certo modo, zonas de mais alto risco e zonas, ao contrario, de risco menos elevado, mais baixo, de certa forma. Em outras palavras, pode-se identificar assim o que é perigoso. É perigoso, [em relação à varíola], ter menos de três anos. É mais perigoso [em relação ao risco de varíola] morar numa cidade do que no campo (FOUCAULT, 2008, p. 80).

Compreende-se, dessa forma, que será necessário calcular os riscos, visto que os mesmos ocorrem de forma diferente e em graus diferentes. Foucault ressalta que, em relação aos riscos, crises e perigos, é preciso toda urna série de formas de intervenção. Essas vão ter por meta agir de forma diferente à que se fazia, por exemplo, em relação à doença: não anulam a doença nos sujeitos em que ela se apresenta, bem como não impedem que os sujeitos que estejam doentes tenham contato com os que não estão. Entende-se que a saúde é condição necessária para que os homens possam trabalhar, exercer atividades, ocupar-se. Sendo assim, é preciso estar atento a tudo o que possa causar as doenças em geral. Nesse sentido, a seguridade social tem a função de assegurar contra o que possa ser um risco, perigo, acidente.

Seguindo na mesma linha de entendimento, Branco (2015) comenta que a seguridade social está atrelada à segurança, visto que garante condições de sobrevivência à população. Branco faz essa leitura a partir das problematizações de

Foucault, o qual relata que se a pessoa está doente existe a seguridade para auxiliá-la a cuidar da vida, se caso ficar desempregada recebe um seguro desemprego, e assim por diante. Ressalta-se que são muitas as áreas de atuação da seguridade social: assistência médica, perícia médica, pensões, compensação a trabalhadores, auxílio-desemprego, bolsa-família, dentre outras. Portanto, para garantir a seguridade social são instituídas políticas públicas. No Brasil, conforme acima dito, o tripé da seguridade social está organizado em assistência social, saúde e previdência.

Dessa forma, entende-se a assistência social como política de Estado. A mesma organiza-se em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), que se distinguem pela função dos programas, serviços, ações e benefícios. As ações de proteção básica são de caráter preventivo, com vistas à diminuição das vulnerabilidades e riscos sociais, pautando-se em direitos de cidadania. A assistência especial diz respeito aos serviços oferecidos prioritariamente pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública estatal de base territorial, que se localiza, em geral, em áreas de maior vulnerabilidade social. A PSE tem por objetivo oferecer serviços, programas, ações e benefícios de caráter protetivo, quando há iminência ou já ocorreu a violação de direitos (BRASIL, 2005).

O Sistema Único de Saúde é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Ele oferece a todo cidadão brasileiro acesso integral, universal e gratuito a serviços de saúde; portanto, abrange desde procedimentos ambulatoriais simples a atendimentos de alta complexidade como o transplante de órgãos. Sendo assim, os serviços assistenciais do SUS se organizam em ações de atenção básica e em ações de média e alta complexidade (BRASIL, 2007).

Brasil (2007) refere que a atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde. Tem como objetivo desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. Ela é considerada como porta de entrada para os usuários de saúde. Incluem-se aqui os seguintes programas: Estratégia de Saúde da Família (ESF), Unidade Básica de Saúde (UBS) e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

A atenção de média e alta complexidade na saúde envolve a assistência ambulatorial e hospitalar de todas as especialidades. É composta por ações e serviços que visam a atender aos principais problemas e agravos de saúde da população cuja complexidade da assistência na prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio diagnóstico e tratamento (BRASIL, 2007).

Entende-se, então, que tanto o SUAS quanto o SUS são sistemas que operam as políticas no território nacional. Para tanto, as mesmas se utilizam de leis, normas e manuais para operarem modos de vida, bem como cuidados de proteção à população. Ressalta-se, aqui, que em relação à pessoa em situação de rua, o serviço que é referência é a Abordagem Social, vinculado ao CREAS. Para que os cuidados operem são criados manuais tais como: “Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua”, “Saúde mental das pessoas em situação de rua: conceitos e práticas para profissionais da Assistência Social”. Nesse sentido, conforme Serpa, Virginia e Cavalcante (2015), as políticas referidas acima se tornam um campo formado por leis, instituições, práticas, regras, normas e diretrizes operacionais, tecnologias, valores, discursos etc. Possuem também a função estratégica de proteção social. Pode-se considerar que a formação desse campo é constituída por instrumentos que podem ser tomados, na perspectiva de Foucault, como ações biopolíticas, as quais vão atuar sobre essa população.

Nesse sentindo, Santos et al. (2015) vão discorrer sobre as técnicas biopolíticas:

> [...] as técnicas biopolíticas atuam sobre os fenômenos da população, buscando expandir a saúde e a riqueza da mesma. Com base em saberes como a da estatística, a biopolítica transforma os fenômenos da população em taxas, utilizadas para planejar intervenções sobre o conjunto desta e melhor gerir os riscos. A política de saúde desenvolvida, desde o século XVIII, na Europa, constitui-se em uma política privilegiada para investir o corpo de estratégias disciplinares e também biopolíticas. A medicina social priorizou ações em duas direções: a primeira, voltada para a medicalização da família, com foco na infância, sob a qual se destinaram diversas prescrições para a produção de um corpo sadio. A segunda investiu na higiene “como um regime das saúdes da população” e foi destinada aos espaços urbanos considerados focos de perigo sanitário. O dispositivo de periculosidade foi fabricado por estes saberes médicos em articulação com os saberes jurídicos, o que significa que os indivíduos passaram a ser avaliados ao nível de suas virtualidades, ou seja, não pelos seus atos, mas por aquilo que poderão fazer. As

> pessoas das classes populares foram e tem sido consideradas perigosas, por se entender, numa lógica higienista, que estão “naturalmente” mais propensas a toda sorte de desvios morais e crimes. No Brasil, toda a preocupação higienista sobre as cidades e os indivíduos emerge em fins do século XIX, com a instalação da Primeira República (1889 a 1930) (SANTOS et al., 2015, p. 5-6).

Ainda de acordo com esses autores, o que auxilia na detecção das pessoas perigosas é a higienização das cidades, a qual é baseada no hábito do trabalho, e, portanto, a pessoas eram separadas entre “trabalhadores disciplinados” e “ociosos e vadios”. Nessa lógica de divisão binária, todos aqueles que viviam em situação de rua eram enquadrados pelo olhar higienista como tomados pelo vício da vagabundagem, considerando-se que os mesmos produziriam riscos à cidade. Portanto, o Estado, em aliança com o saber médico, tomou medidas de higienização urbana e de moralização das classes sociais, com fins de enquadrar a população nos processos de normalização social. Nesse sentido pode-se entender que o atendimento à população em situação de rua integra uma gestão de riscos, sendo que diversos saberes são acionados no intuito de operar uma higienização urbana, para que se possa fazer viver esses indivíduos.

Para tanto, esses atendimentos são direcionados a buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção do usuário na rede de serviços socioassistenciais, possibilitar o processo de saída das ruas, auxiliar na reorganização de suas vidas, bem como promover ações para a reinserção familiar e comunitária. Esses atendimentos produzem processos de promoção de cidadania e podem forjar a visibilidade desses indivíduos em nossa sociedade, sendo que cada atendimento, cada encaminhamento produz interferências no “modo de existir”, nas “formas de viver” desses indivíduos (SANTOS et al., 2015).

Conforme tal perspectiva, pode-se considerar que esses atendimentos formam uma estratégia do governo direcionada a uma normalização das formas de agir e viver dos indivíduos. Nesse sentido, a saúde, a escolaridade, a qualificação profissional e a educação da população brasileira se tornaram alvos das políticas públicas e essas se constituem como realidade biopolítica (SERPA; VIRGINIA; CAVALCANTE, 2015). Entende-se, então, que as pessoas de forma geral estão atreladas a obrigações e deveres, obediência e submissão com a finalidade de se tornarem corpos dóceis e produtivos. Desse modo, pode-se considerar que a pessoa em situação de rua resiste aos que tentam controlar sua conduta. A resistência é

inseparável das relações de poder, pois é por meio das relações de poder que existe a possibilidade de resistência. Essa é entendida como possibilidade de criar espaços, estratégias de luta, experiência de subjetivação e autonomia (REVEL, 2005).

Abib (2014) comenta que as obras de Foucault mostram que as formas de resistência podem se articular em três principais tipos de luta: contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; e contra as formas de sujeição, ou seja, contra a submissão da subjetividade. Para Foucault, não se sujeitar é uma forma de resistir e se abrir para outros e novos modos de ser sujeito e de estar no mundo. Em uma via de pensar e apostar em outras formas de viver e de estar no mundo é que coletivos, trabalhadores e moradores de rua vão traçando suas formas de resistência a toda e qualquer política de recolhimento das ruas.

Compreende-se, desse modo, que a tentativa de recolher as pessoas das ruas, bem como tentar conduzir a conduta das mesmas, pode ser considerado como um mecanismo de regulação que tem como objetivo gestar a vida da pessoa em situação de rua. Essa ação é possibilitada por meio da constituição e criação de políticas públicas, que vão se encarregar de desenvolver ações que visem ao bem estar dessa população, mas que, sobretudo, pretendem controlar os corpos.

Foucault comenta que para que haja regulamentação dos corpos é necessário compreender e conhecer melhor o corpo. É preciso descrevê-lo e quantificá-lo para então pensar em possiblidades de ação sobre os mesmos. Nesse sentido, ações destinadas à pessoa em situação têm como objetivo conduzir as condutas das mesmas, isso acontece por meio de ações que possibilitam a saída das ruas e também o acesso aos serviços assistenciais e de saúde. Entretanto, por diversos motivos, nem sempre a pessoa em situação de rua aceita esses auxílios. Nesse sentindo, entende-se que essas pessoas procuram alternativas para sobreviver sem acessar aos programas do governo. Essa não aceitação à adesão aos programas pode ser considerada como resistência, com a qual o sujeito se torna livre, no sentido de que tem possibilidades de escolha frente às ações.

Sobre a questão de se criar novas possibilidades para se viver, Abib (2014) comenta que o viver nas ruas pode ser considerado uma maneira de resistência das pessoas em relação aos modos de vida estabelecidos como padrão; elas resistem no sentindo de não ficarem restritas a um local. Por meio de seus corpos constroem

possibilidades de resistência, reinventam limites e potencialidades de seus corpos, bem como reelaboram os usos que são feitos do espaço público. A constituição de grupos e de amizades são formas para encontrar abrigo, alimento e roupa, na medida em que uns ajudam os outros. O uso de algumas drogas pode ser considerado um meio de resistência relacionado aos discursos que condenam qualquer consumo por acreditar que esse uso apenas traz prejuízos para os indivíduos, tais como dificuldades para estudar, trabalhar; além disso, considera-se que o uso possibilita cometer atos ilícitos.

Outra forma de resistência pode acontecer em relação à higiene social. Para tanto, a pessoa em situação de rua precisa estar sempre em movimento. É por meio de seus deslocamentos que evita ser apanhada, isto é, se desloca a fim de se proteger da polícia ou de outras instituições. Consequentemente, impede possíveis ações de recolhimento e internação compulsória.

Costa (2005) refere que o uso de substâncias psicoativas pode fazer parte da realidade de quem vive nas ruas. Esses usos podem ser alternativas para minimizar o frio e a fome. No entanto, observa-se que uma das ações biopolíticas destinadas à pessoa em situação de rua é o tratamento contra a dependência de álcool e outras drogas. Nesse caso, uma forma de tratamento se dá por via de internação, e essa pode acontecer de forma compulsória, o que implica no não desejo da pessoa de querer esse tratamento. É nesse sentido que os sujeitos lutam contra os serviços que dispõem dessa pratica.

Portanto, conforme Martinez et al. (2013), as pessoas em situação de rua também atuam na construção de sua interação com os serviços de saúde e com os programas assistenciais, construindo assim seus próprios programas no cotidiano, por intermédio das tensões que promovem com esses serviços. Embora as ações biopolíticas (ressalta-se aqui, que como ações biopolíticas são consideradas todas as ações de políticas públicas destinadas ao cuidado e controle das pessoas que vivem em situação de rua) tenham engendrado profundas transformações na trajetória de muitas pessoas, as ações dos moradores de rua também modificaram os equipamentos de assistência social. Isto é, os usuários da rede assistencial tensionam as regras institucionais com intuito de extrair dos serviços o máximo de proveito em seu favor. Desse modo, os moradores de rua o tempo todo confrontam as regras das instituições, gerando uma medida de força entre os pressupostos institucionais e as táticas de rua. Ainda sobre esse aspecto observa-se que:

> Olhando para os conflitos gerados dentro e fora da institucionalidade estatal, notamos que as práticas da rua moldam as políticas do Estado, de modo que não apenas as práticas estatais fabricam sujeitos, que na pior das hipóteses são subjugados aos mecanismos que os controlam. Também os moradores de rua – no nosso caso, os transformados em usuários – produzem política, sobretudo aquelas que servem para regular suas vidas. Assim, eles também produzem o Estado por meio de práticas que moldam as políticas de regulação e de controle, como ocorre na gestão populacional (MARTINEZ et al., 2013, p. 19).

Dessa maneira, pode-se afirmar que o Estado é movido por tensões entre instituições e pessoas vivendo nas ruas. Isso vai resultar em novas formas de subjetivação, bem como de controle dos corpos. Isto é, novos modos de existência vão se construindo em relação às ações biopolíticas. Portanto, pode-se verificar a presença de relações de poder nesse contexto, assim como a existência de resistências que vão possibilitar novas lutas, novos modos de existir.

3 ZÉ CORRETO

Neste momento, passa-se a abordar a vida de Zé Correto. Para pensar a vida de Zé e sua constituição enquanto sujeito, tomam-se como parâmetros a obra de Foucault e a questão do sujeito. Para tanto, será preciso discutir alguns conceitos de Foucault que estão implicados na condição de pessoa em situação de rua. Tais conceitos serão discutidos no decorrer deste texto. Entende-se a vivência em situação de rua como condição de possibilidades para relações de poder e saber e, consequentemente, para a constituição do sujeito, seus modos de subjetivação e seus discursos.

Viver nas ruas implica vivenciar práticas e relações de poder. Por meio desse exercício de poder vivenciado nas diferentes facetas, nos aspectos diversos e infinitos que perpassam a vida das populações de rua, seja nos pequenos acontecimentos, ou nas decisões macropolíticas que irão impactar em suas vidas, criam-se estratégias de conduta por parte dos indivíduos que podem tanto dirigirem-se a si mesmos quanto aos outros. As relações de poder estão em todas as partes e produzem saberes, bem como discursos; nessa perspectiva, compreende-se que o ser humano é um ser discursivo.

A construção de um ser discursivo vai se constituir na organização; ao se organizar enquanto ser, o homem se posiciona perante o outro, em relação à existência. Isto é, sua constituição se dá entre a interação consigo mesmo e com os outros, por meio dos discursos. O discurso é a explicitação do mundo, a verbalização de uma realidade, na qual estamos inseridos. Por meio do discurso o material pode ser compreendido, interpretado e reorganizado. Logo, pelo discurso o sujeito se constitui como construtor de uma realidade, modificando-a e sendo modificado por ela, constituindo uma sociedade que é reflexo de discursos. Portanto, o humano é um ser discursivo que constrói sua existência em relação a seus discursos com verdades, poderes e saberes (SOUSA, 2010).

Considerando essa relação dos discursos com as verdades, poderes e saberes, vale contextualizar que Zé Correto, o personagem principal desta pesquisa, é ex-catador de papel e vive nas ruas. O mesmo também produz discursos sobre o universo ao seu redor. Ressalta-se que o universo das ruas constitui-se como um local de inseguranças e incertezas, onde é preciso conviver com o medo: de viver nas ruas, de que os pertences pessoais sejam roubados, das violências, do conflito.

É importante lembrar que o medo pode estar presente no ser humano, independentemente da sua condição social. O medo pode nos acompanhar em e estar relacionado com várias situações: Há o medo de ir ao dentista, associado à dor de dente, o medo do escuro, o medo de não ser aceito, o medo de perder o emprego, o medo de não conseguir realizar seus sonhos, o medo de envelhecer, entre tantos outros. Esses são apenas alguns exemplos, mas são suficientes para que vejamos que carregamos o medo desde sempre. O que acontece é que com o passar dos anos os medos vão se transformando; superamos alguns, lidamos com outros, bem como construímos ainda outros.

O viver nas ruas também está atrelado a viver com medos. Nesse sentido, segundo Bauman (2008, p. 8), “medo é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito. Vivemos numa era onde o medo é sentimento conhecido de toda criatura viva”. É na incerteza que a vida nas ruas acontece, devido a ameaças que podem vir tanto de questões relacionadas à natureza, tais como, frio, chuva, desastres, como por ameaças provocadas por outros humanos por meio de violências físicas e psicológicas. Alguns desses riscos podem ser previstos e dão chances de procuramos por proteção, já outros não.

Portanto, novos padrões de comportamento precisam ser aprendidos, precisamos aprender a nos proteger, a gerar segurança, e uma das formas encontradas por Zé para lidar, superar essas incertezas, se refere a quando escolhe evitar entrar em conflitos, seja com os colegas das ruas ou com familiares. No entanto, em alguns momentos é preciso aproximação e criação de laços de solidariedade para que possamos viver, visto que não conseguimos viver sozinhos, isolados. Nesse sentindo, quem vive na rua precisa criar sua rede de proteção, pois convivem diariamente com a insegurança de não saber quando vão comer, quando poderão dormir de forma segura; isto é, estão expostos a todo tipo de privação – privação de sono, de fome, de higiene pessoal, privação de teto – e de exposição – ao sol, à chuva e ao frio. Em resumo, trata-se de uma situação de privação de todos os tipos de conforto.

Todo esse contexto leva Zé Correto a construir seus discursos de como é viver nas ruas. Para saber quais discursos são produzidos por Zé Correto, é preciso conhecer a sua vida nas ruas de Francisco Beltrão, cidade onde reside. Destaca-se que, como dito anteriormente, esse município está localizado no sudoeste do Paraná, e que, de acordo com os profissionais que trabalham com o serviço de

Abordagem Social, nas ruas da cidade atualmente vivem em torno de nove pessoas. Tais profissionais argumentam que é difícil ter um número preciso, pois muitos são andarilhos e os que são de Francisco Beltrão alternam as ruas com outras formas de viver, entre elas: alugam casas, passam a residir por um tempo com amigos e famílias e em outros momentos voltam a escolher as ruas como local para viver.

Para poder dar sequência às questões de vida de Zé Correto na rua, faz-se relevante pontuar o que se entende por discurso. Conforme Michel Foucault (2014), o discurso é considerado uma reverberação de uma verdade que nasce diante dos olhos. Tudo pode tomar a forma de discurso. O discurso se torna força criadora, produz conhecimento e se torna verdade em cada momento. Entretanto, Rouanet (1996) argumenta que o discurso domina o homem, pois:

> O discurso é ao mesmo tempo soberano e prisioneiro. Aquilo ao qual o homem cede, que o conduz em sua superfície translúcida, que age e pensa por ele, que dita os enunciados necessários e autoriza os enunciados possíveis. Mas também a exterioridade selvagem que precisa ser dominada por sistema de interditos e domesticada por fórmulas de legitimação, a fim de conjurar sua imprevisibilidade e fixá-la numa ordem (ROUANET, 1996, p. 13-14).

O mesmo autor defende que estamos atravessados por estruturas discursivas, mas não por qualquer discurso. Isto é, não é possível falar de qualquer coisa em qualquer lugar, a qualquer momento, pois estamos dominados pela interdição. Rouanet comenta também que a obra de Foucault reflete os sistemas de interdição. Exemplo disso é a oposição do discurso da loucura com o da razão. Portanto, de um lado temos o discurso da ordem, que se define em termos econômicos, sociais, políticos e morais, do outro lado há o discurso da desordem, que abrange tanto a loucura como qualquer outra modalidade de comportamento antissocial, como o viver em situação de rua.

Pode-se perceber, então, conforme Serrano (2004), que a produção de discurso está atrelada a regras e assujeitada a uma determina ordem de produção, sendo essa produção condicionada às interdições. Isto é, o discurso passa a ser controlado. Conforme Foucault (2014), as interdições que atingem o discurso estão ligadas ao desejo e ao poder. Pode-se entender, assim, que o discurso acontece nas relações de poder na forma de práticas discursivas.

Fernandes (2011) ressalta que de uma maneira geral a obra de Foucault vai refletir em questões que constituem o sujeito como ética, estética, verdade, corpo, conhecimento, saber, poder. Essas são questões que se voltam para si e implicam a noção de discurso como prática. Ou seja, prática discursiva marcada por positividade em relação ao sujeito, visto que o discurso incita, provoca, faz deslocar, e, em suas materializações discursivas, mostra o outro, o exterior, na produção da subjetividade. Dessa maneira, os discursos são possibilitadores e/ou determinantes da constituição e da produção da subjetividade. Vale lembrar que os discursos, bem como a subjetividade, não são fixos, estão sempre em produção e transformação e são marcados por descontinuidades.

No sentido em que os discursos são possibilidades de constituição de modos de subjetivação é que será tratada a questão do Zé Correto. Nesse sentido, o item a seguir vai abordar a trajetória de vida de tal sujeito.

3.1 Zé Correto e as ruas

Para que se possa conhecer Zé Correto e sua história é necessário ir ao seu encontro. Tal encontro se deu por mediação de um técnico da Assistência Social em Francisco Beltrão. A mediação aconteceu pelo fato de o mesmo ter conhecimento dos locais nos quais as pessoas em situação de rua permanecem, e essa condição facilitou a aproximação entre entrevistador e Zé.

Assim, os encontros com Zé aconteceram no local no qual está permanecendo, que é uma obra abandonada. Zé é uma pessoa de estatura baixa, deve ter em torno de 1,65m, cabelos grisalhos e pele bronzeada. O primeiro encontro aconteceu em junho de 2016 e era um dia frio. No entanto, Zé trajava uma camisa social em tom claro, calça jeans escuro e calçava chinelos. Nesse encontro, Zé falou a respeito do frio e de suas dificuldades, relatou que estava há pouco tempo permanecendo nesse lugar. Observou-se nesse dia que a obra era grande, possuindo dois andares, e Zé ocupava apenas um cômodo do andar de cima. Lá permaneciam seus pertences, que eram uma mala de roupas, um colchão e cobertas; e na parte que parecia ser varanda da obra havia duas panelas sujas, as quais Zé relatou ter deixado para lavar.

No segundo encontro, que aconteceu em abril de 2017, Zé continuava no mesmo local, só que dessa vez estava ocupando mais espaços. Logo na entrada,

Zé utilizava a primeira divisão da obra como cozinha. Nesse dia, tinha cinzas no chão e um pouco de gravetos: Zé comentou que nesse local fazia sua alimentação. Um pouco mais adiante, ainda na parte inferior da obra, havia um cano que vinha do teto. Zé ocupava essa estrutura como meio para conseguir água; ali estavam um balde com algumas roupas submersas. Como quarto Zé estava utilizando o mesmo cômodo da parte de superior do primeiro encontro; continuavam presentes seus pertences individuais, roupas, calçados e colchão. No local onde no primeiro encontro haviam duas panelas sujas, agora se encontravam três panelas sujas cheias de águas.

É importante ressaltar que nos dois momentos em que aconteceram os encontro com Zé ele apresentava cheiro etílico, e que durante as conversas pediu se poderia fumar. Fumou durante todo o tempo em que se estabeleceram as conversas. Nos dois encontros as conversas aconteceram na parte superior da obra, em um espaço vago que se encontrava antes de chegar ao cômodo caracterizado como seu quarto. Foi nesse contexto que Zé compartilhou sua trajetória de sua vida. Abaixo é apresentado um relato de como e quando as ruas se tornaram uma opção de vida para Zé Correto:

A história de vida de Zé correto acontece no município de Francisco Beltrão, PR. Ele mora no município de Francisco Beltrão há 30 anos e vive nas ruas há três anos. Zé correto é um sujeito de sessenta anos, que perambula pelas ruas e tem como local de referência uma obra abandonada. Antes de viver nas ruas Zé estudou no seminário por três anos, depois abandonou o seminário e foi frequentar a Igreja Adventista; se intitula como ex-pastor. Trabalhava como autônomo, em um ferro velho. Em relação à família de Zé, é composta por três filhos, sendo dois meninos e uma menina, e três netos, duas meninas e um menino. Diagnosticado com depressão, em determinado momento de sua vida começou a gastar seu dinheiro com casas de prostituição, bem como com bebida etílica. Esses fatos geraram conflitos familiares, motivo que levou Zé Correto a separar-se de sua esposa. Relata que quando a separação aconteceu seus filhos já estavam todos grandes e já tinham terminado os estudos. Logo após à separação foi morar de aluguel, mas não conseguiu pagar as contas do aluguel, de luz e de água, pois não arrumava trabalho, e por fazer uso do álcool acabou ficando nas ruas. A partir de então sua vida acontece nesse contexto. Vivendo nas ruas encontrou outra companheira; esse

relacionamento não deu certo e sua companheira foi embora. Hoje refere estar bem sozinho. Quanto aos modos para viver nas ruas, Zé precisou encontrar formas para sobreviver e, portanto, realiza alguns trabalhos informais e recebe a ajuda de algumas pessoas. No momento está "vivendo" em uma obra abandonada, acompanhado do seu cachorro. Está utilizando a parte superior da obra, enquanto outras três pessoas em situação de rua utilizam a parte dos fundos. Zé Correto afirma que conversou com o proprietário da obra e esse autorizou que ficasse na mesma até ser vendida.

Percebe-se que no discurso que trata da trajetória de vida de Zé Correto que o mesmo passou por transformações. Para garantir sua existência é necessário organizar-se diariamente. Quando se passa a viver nas ruas, rompe-se com a lógica do sistema, e nesse novo sistema em que o indivíduo se encontra, existe uma nova forma de olhar seu mundo, repleto de diversidades e possibilidades de vivências, novas regras, novas condutas. Por meio do relato de Zé, evidencia-se que os motivos que o levaram a viver nas ruas foram: o fato de ter "depressão", de ter gastado muito dinheiro e de ter alguns vícios, tais como a dependência do álcool. Isso pode ser observado na fala a seguir:

Eu comecei, tinha uns troquinho no banco comecei a abusar com álcool, quando eu vi estava em casa de prostituição né, e assim foi, e ali eles não perdoam né, tem que ter dinheiro para ir lá e tava me viciando em um monte de coisa, aí me vicei no álcool e não teve mais jeito, aí separei da mulher legítima, daí fui morar de aluguel depois não consegui pagar o aluguel, não conseguia trabalho por causa do álcool aí terminei ficando na rua.

Percebe-se na fala de Zé Correto que várias situações que aconteceram simultaneamente em sua vida o levaram à condição de viver nas ruas. Como já foi descrito no primeiro capítulo, são várias as motivações que levam a pessoa a viver nas ruas, essas vão desde a restrição de emprego e moradia até condições individuais que envolvem sua história de vida, bem como seus modos de relações interpessoais e sua condição de saúde, tanto física como mental.

A situação de Zé nos mostra que também passou por diversas situações que serviram de motivações para adentrar o mundo da rua. Entretanto, pode-se entender

que o fator desencadeador foi o alcoolismo. Percebe-se que o hábito de fazer uso de bebida etílica nas ruas é instrumento de socialização, aproxima as pessoas, bem como alivia suas dores, ameniza sua fome. No entanto, em outros locais, em outras instituições, como a família e o trabalho, esse hábito é mal visto, considerado como incorreto quando a pessoa extrapola os padrões para beber. Seguindo nesse viés, é plausível asseverar que quando a pessoa faz uso diário da bebida isso pode contribuir para que o mesmo seja excluído, afastado de atividades que costumava realizar.

No caso de Zé, pode-se afirmar que passa por esse processo de exclusão, pois o mesmo foi excluído do ambiente familiar, bem como perdeu oportunidades de trabalho devido ao seu comportamento, seu hábito de fazer uso de bebida etílica. Esse comportamento foi considerado por aqueles que conviviam com Zé como abusivo, o que ocasionou prejuízos em sua vida. Ressalta-se que a relação de Zé com o uso de bebida etílica será tratado mais detalhadamente nos próximos itens. Primeiramente será tratado de como vem acontecendo a vida de Zé nas ruas.

3.1.1 Vivendo nas ruas

Para viver nas ruas é preciso reinventar seu modo de viver, mudar seus hábitos, abrir mão dos antigos confortos bem como produzir novas relações com quem convive. Para conseguir manter suas necessidades básicas, Zé Correto opta por pedir ajuda e fazer alguns trabalhos informais na medida em que sua condição física o permite. Mas as ajudas e o que consegue não são suficientes para ter suas necessidades básicas supridas.

Além da condição física é preciso relembrar que Zé passa por privações de todas as formas, inclusive em questões que se referem a sua saúde mental. Isto é, o ambiente em que vive, por diversas vezes, não o permite ter um bem estar físico e emocional, pois é difícil viver nas ruas e ao mesmo tempo ter hábitos de vida tidos como saudáveis.

Esses hábitos saudáveis implicariam em: ter sono reparador, boa alimentação, boa higiene, ter momentos de tranquilidade, entre tantos outros hábitos. Fica evidente que a pessoa em situação de rua não consegue usufruir desses hábitos, pois está em um ambiente de tensão, insegurança, angústias. As situações de tensão e insegurança podem gerar medos, desconfortos, bem como

dificuldades de se manter vivo, pois na rua tudo é incerto, não se sabe quando se vai comer. Não se sabe quando se vai ser abordado pela polícia, não se sabe quando se vai ser excluído, rejeitado devido a sua aparência, não se sabe quais violências se pode vir a sofrer.

Nesse sentido, Zé Correto relata que passa por dificuldades, anseios, medos e desconfortos, que são expressos na fala a seguir:

É complicado a vida da gente na rua porque come quando te dão, se não te dão você não tem, você passa medo, passa frio é como dizem enquanto vocês dormem numa caminha quentinha eu durmo em cima de papelão, enquanto vocês comem uma comidinha quentinha eu como um pedaço de pão.

Nesse contexto, podemos considerar as diversas relações sociais que são produzidas por Zé Correto. Ele faz comparação entre quem vive na rua e quem tem moradia fixa para viver. Entende-se que faz a comparação pois já vivenciou as duas situações, o de viver nas ruas e o de morar em uma casa. Comenta que antes tinha sua casa no mesmo local onde trabalhava. Morava com sua esposa e seus três filhos. Comenta também que por alguns períodos conseguiu alugar uma casa pequena, mas que por não conseguir pagar o aluguel foi viver nas ruas e que, depois que estava nas ruas, chegou a construir um barraquinho, relatando que era simples, mas era seu canto, sua referência de casa, mas que esse foi queimado e, portanto, Zé voltou a viver na rua.

A respeito da sua rotina nas ruas Zé Correto afirma receber ajuda, diz que na maioria das vezes recebe ajuda por ser conhecido, porque essas pessoas conhecem sua história de vida e sabem que tem dificuldades de trabalhar devido aos pinos que têm em seu pé. Diz receber ajuda de alguns empresários que, em alguns momentos, lhe ajudam doando marmita e outras vezes com dinheiro.

Zé Correto também repete por diversas vezes o quanto é complicada a vida nas ruas, passa frio, sente-se cansado, pois precisa caminhar muito para conseguir se manter. Pede ajuda (em forma de dinheiro) para as pessoas que frequentam um mercado que fica perto de onde está permanecendo durante a noite. Então, com essas ajudas, vai controlando os seus gastos com comida e para manter seus vícios. Diz que em alguns momentos fica sem jeito de pedir ajuda, pois precisa

contar sua situação. Muitas vezes precisa pedir essa ajuda para manter seus vícios com álcool e tabaco, pois relata que não consegue ficar sem.

No último encontro com Zé Correto o mesmo disse que estava recebendo o benefício Bolsa Família que isso contribuía para pagar sua alimentação e vestuário. Comenta que como faz uso de bebida etílica prefere comer bastante fruta porque entende que para quem bebe é melhor comer fruta do que comer arroz e feijão.

Em relação ao seu cuidado com higiene o mesmo diz que quando chove utiliza a água da chuva para lavar as roupas, bem como para sua higiene pessoal. Em outros momentos, como está permanecendo na obra abandonada, o vizinho lhe fornece água. Relata que é melhor estar sozinho nas ruas, pois assim não entra em conflito. Comenta também que geralmente vai dormir na madrugada depois das quatro horas da manhã, pois é mais seguro e não tem barulho. Durante o dia realiza alguns trabalhos, perambula pela cidade ou frequenta o bar de uns amigos. Diz ter bom relacionamento com o dono do bar, que lhe ajuda nos momentos em que mais precisa.

Pode-se perceber que para sobreviver Zé Correto precisa organizar sua rotina encontrando possibilidades para recriar seu modo de vida: precisa aprender novas formas que auxiliam na sua sobrevivência, bem como em um melhor relacionamento com as pessoas com as quais convive. Para tanto, seu modo de vida está permeado de relações de poder e saber e esses acontecem a partir das suas vivências.

Isto é, carrega consigo alguns conhecimentos que adquiriu antes de viver nas ruas, bem como adquire novos. Percebe-se que a rua é a casa de Zé, ele confere à obra abandonada todo o cuidado, e mantem cuidado com seus pertences. Fica evidente o sentimento de pertencimento ao local, ao sentir-se bem quando é reconhecido, quando confiam em sua pessoa, quando lhe ajudam, e triste pelas dificuldades da vida na rua. Diz ser feliz, pois tem amizades, e triste, pois seu neto ainda está internado e não pode conhecê-lo. São vários os sentimentos presentes em Zé, e esse precisa lidar com os mesmos, e assim suas vivências vão acontecendo. Seus aprendizados, sua postura diante dos outros, mostra-se amigável ao mesmo tempo em que se sente mal por ser roubado, por não ser respeitado.

Podemos perceber que no contexto das ruas as relações de Zé acontecem, essas passam por modificações. Isto é, como em todas as relações existem as relações de poder, essas também são notadas na vida Zé. As relações de poder

auxiliam na transformação da vida, essa transformação pode ser vista nas formas de se relacionar. Zé nos mostra que tudo depende da situação, ele se relaciona de diversas formas, ora sendo cuidadoso, ora mostrando sua revolta. Esse pertencer, essa mudança de atos muda porque Zé muda seu posicionamento, mostra que pode resistir aos modos de vida tidos como padrão bem como em outros momentos se aproxima desses modos, principalmente no que poderíamos chamar de afetividade e respeito. Portanto, as relações de poder ocorrem no intuito de mudar as condutas, de pensar em ações possíveis para cada situação, novas possibilidades de ação. Entende-se, assim, que as relações de poder acontecem por meio de conhecimentos, de saber, de relações que implicam tanto na relação consigo quanto com os outros.

Nesse viés, Foucault (2012) refere que o conhecimento se dá de acordo com as relações de poder. Essas, por sua vez, estão presentes em todos os lugares, consideradas como o modo de ação que é exercido sobre um ou mais sujeitos na medida em que esses agem ou podem agir. Ou seja, é uma ação sobre as ações possíveis. Nesse sentindo, as relações vão se construindo, ao mesmo tempo em que se modificam, criando espaços para novas formas de se relacionar tanto consigo como com os outros, possibilitando outras condutas de comportamentos; isto é, construindo novos modos de existências. Dessa forma, Zé Correto vai criando suas relações, sendo que as relações de poder são produzidas e reproduzidas pelas pessoas em situação de rua para sobreviver.

3.2 Relações de trabalho

A vida das pessoas em situação de rua não é simples, nem óbvia como pode aparecer. É preciso lutar; cada pessoa carrega consigo uma história, uma forma de ver o mundo, um jeito de lidar com as situações. Nesse sentido, Araújo (2003) alerta que por trás dessas vidas se escondem diversidades e relações de trabalhos complexas. Em nossa sociedade, para viver é preciso estar trabalhando. Dessa forma, cada sujeito tem suas necessidades supridas de “forma digna”, pois o ato de trabalhar é considerado como uma virtude moral; portanto, todos os cidadãos precisam se ocupar com o trabalho. Nessa perspectiva, segundo Escorel (2003, p. 142), “a centralidade dos vínculos com a esfera econômico-ocupacional determina

que o trabalho seja o critério que confere a legitimidade e a dignidade da existência do cidadão”.

Nesse viés, Foucault (2015) vai relatar a respeito da ociosidade, da vagabundagem, que nada mais é que: pessoas que não estão desenvolvendo alguma forma de trabalho, portanto, aqueles que estão na ociosidade estão propensos a todos os vícios, bem como a todos os crimes; são considerados vagabundos. Sendo assim, a vagabundagem é entendida como um conjunto de errantes, um grupo social que desafia a ordem da sociedade. Isso acontece pois esses indivíduos possuem um outro modo de vida, sendo que esse modo de vida é visto como uma forma para se ingressar na delinquência, pois esse indivíduo não está sujeito há residência fixa, bem como não está determinado por um trabalho. Consequentemente, desafia a ordem assim como coloca em dúvida do trabalho como essencial à vida humana.

De acordo com Batista e Guimarães (2009) o trabalho em si proporciona o bem estar das populações e dos indivíduos, pois entendem que o mesmo proporciona benefícios, no sentindo em que promove um melhor aproveitamento do homem e de sua capacidade produtiva. Assim, o trabalho é algo a ser gerido, inserido em sistemas de utilidade, devidamente regulado para o bem de todos, funcionando de acordo com um padrão ótimo. Nessa linha de entendimento, a não realização de uma atividade considerada produtiva pode gerar a sensação de inutilidade. Escorel (2003) acrescenta ainda que o ato de trabalhar está relacionado à identidade e autoestima do homem trabalhador; dessa forma, o trabalho é considerado como essencial à vida humana.

Portanto, o ato de trabalhar continua presente em nossa sociedade, bem como ainda está relacionado à sensação de utilidade. Entretanto, o que podemos visualizar é que processos de trabalho se alteraram no decorrer da história. Brevemente falando sobre as alterações de trabalho, Fialho, Da Silva e Saragoça (2011) comentam que nas sociedades pré-modernas o trabalho acontece de forma agrícola, nas sociedades modernas predomina o trabalho industrial e nas sociedades denominadas pós-industriais predomina o trabalho tecnológico, isto é, recorre às tecnologias de informação e de comunicação e a outras tecnologias robotizadas, contexto no qual o trabalhador é conhecido como trabalhador do conhecimento.

A partir desse contexto pode-se perceber que ao trabalhador cabe ter flexibilidade, bem como aperfeiçoamento profissional. Para competir, para ter um “bom trabalho”, é preciso qualificação do trabalhador, e aos que não tem essa qualificação sobra os trabalhos marginais, pois, segundo Vieira, Bezerra e Rosa (2004), a enorme competitividade no mercado de trabalho acaba restringindo a possibilidade de trabalho. Para os que não têm qualificação o que sobra são funções que outros segmentos sociais não se dispõem a realizar. Portanto, as alternativas de trabalho que encontram os sujeitos em situação de rua estão ligados aos trabalhos temporários e bicos, sendo que esses trabalhos muitas vezes são considerados com condições de trabalho escravo, pois são pesados, sem segurança, sem garantia trabalhista e extremamente mal remunerados.

Nesse sentido, cabe questionar: quais são os trabalhos disponibilizados? Para quem são destinados? Essas questões surgem pois o que se percebe em relação ao trabalho de pessoas em situação de rua é que a maioria delas não está trabalhando regularmente, isto é, realizam alguns serviços informais, sendo que muitas vezes não conseguem recriar esses trabalhos para que possam sobreviver e obter satisfação no que fazem.

Pode-se perceber que Zé Correto encontra dificuldades para obter um trabalho devido à sua condição física, bem como devido à falta de experiências no mercado de trabalho. Isto é evidenciado na fala a seguir:

Já estou com 54 anos, tô forte ainda, posso trabalhar, o pé não está me estorvando tanto, mas é difícil, as pessoas às vezes olham, eu vou numa construção, peço serviço, mas olham o meu pé daí não querem me dar, eles têm medo né, ainda mais com esse parafuso saindo do pé, aí eles têm medo de assumir uma responsabilidade e eu me machucar aí não me dão o serviço, eu consigo um servicinho, quando consigo numa casa aí é isso que me ajuda, que dá para eu ganhar meu dinheirinho para os meus vícios. [...] de vez em quando aparece um servicinho o senhor vem cortar uma árvore para mim vem cortar uma grama daí tá o dinheiro aí então a gente tem que agradecer.

Por meio da fala acima pode-se perceber a dificuldade de Zé Correto em encontrar trabalho, o que lhe sobra são os chamados bicos. Além dos trabalhos informais referidos acima, Zé Correto também trabalhou como catador de recicláveis;

parou de realizar esse trabalho pois por duas vezes roubaram seu carrinho. Por isso, optou pelos outros trabalhos. O que se pode evidenciar é que Zé Correto se coloca como uma pessoa útil ao sistema. Mesmo estando com 54 anos se vê forte para continuar trabalhando, ao mesmo tempo em que se pode perceber que entende o trabalho apenas como forma de manter seus vícios, sem qualquer ligação que vá além da produção de materiais.

Para tanto, Batista e Guimarães (2009, p. 131) referem que

> Independente da necessidade material dos indivíduos, o trabalho muita vezes é posto como uma necessidade em si, como fonte de dignificação, discurso este que contribui para que as populações se tornem mais suscetíveis ao controle.

Entende-se, então, que utilizam a referência de trabalho como essencial ao homem, como uma forma de manter o controle sobre o mesmo. Seguindo no mesmo sentido, Batista e Guimarães (2009) vão refletir sobre os diferentes aspectos que envolvem a questão do trabalho:

> Deve-se pensar nas questões vinculadas ao trabalho, portanto, levando-se em consideração, também, os aspectos deste que ultrapassam a esfera econômica e que afetam o homem no que tange o conjunto dos efeitos imprimidos aos corpos, aos comportamentos e às relações sociais por determinados aparelhos pertencentes a uma intrincada tecnologia política. Os dispositivos reguladores atuam de modo a se fixarem ao trabalho, de modo a torná-lo ponto de apoio de um discurso que contribui para o controle dos indivíduos bem como da gestão da população (BATISTA; GUIMARÃES, 2009, p. 127).

Entende-se que pode haver transformações no processo do trabalho, mas o controle sempre vai existir. Cabe aqui entender o controle como um mecanismo de vigilância que tem como função corrigir e prevenir os comportamentos desviantes; isto é, não somente o comportamento que os indivíduos têm, mas também o que esses podem vir a ter, o que são capazes de fazer e aquilo que estão sujeitos a fazer. Nesse viés, o controle não passa somente pela justiça, mas por uma série de poderes laterais que perpassam por todas as instituições e que se articulam em dois tempos, um que constitui as populações nas quais os indivíduos serão inseridos e, portanto, o controle é uma economia do poder que gerencia a sociedade em função de modelos normativos integrados ao aparelho de Estado centralizado. Outro é a

instalação de um sistema individualizado que se destina a modelar cada indivíduo e gerir sua existência. Ou seja, o controle tem duplo aspecto, o governo das populações e o governo da individualização.

Portanto, o presente estudo trabalha com a noção desse duplo aspecto do controle, considerando que o Estado vai controlar os comportamentos da população bem como tenta gerir/conduzir a existência de cada indivíduo. No caso de Zé Correto, o mesmo passa pelas práticas de controle que têm o objetivo de que desenvolva um trabalho e possa sobreviver, bem como tentar fazer com que Zé tenha comportamentos ditos como normais. Percebe-se que Zé tem algumas limitações que o impedem de realizar determinados trabalhos, entretanto, ele precisa transformar essas limitações em fontes que lhe tragam alguma forma de sobrevivência.

Para tanto, transforma as relações de poder em formas de sobreviver, o que o leva a produzir outros caminhos, alterando práticas que controlam sua vida. Isto é, consegue sobreviver sem ter trabalho fixo, e muitas vezes têm comportamentos que são ditos como anormais, como fazer uso abusivo de bebida etílica, fugir de cuidados com a saúde. Assim Zé constrói seu modo de existência, bem como define como vão se dar seus relacionamentos. Suas relações são determinadas pelos seus modos de subjetivação, isto é, as formas como nos relacionamos conosco e com o mundo. Para dar sequência à questão das relações, o próximo item vai abordar aspectos que envolvem situações de perigo e segurança na vida de Zé.

3.3 Relações de perigo e segurança nas ruas

Para iniciar essa discussão é necessário indagar: o que é perigo? O que causa desordem? Bem como: o que traz ordem? Por meio do que sentimo-nos seguros? Essas questões são levantadas, pois as mesmas estão ligadas ao dispositivo de segurança, que em nossa sociedade se dá por meio da ação policial, bem como pelos pactos de segurança que são consolidados.

Hoje o Estado propõe o pacto de segurança, no sentido de garantir a segurança da população em relação aos seus perigos internos; precisa gerir os riscos relacionados à segurança bem como ao bem estar. Isto é, o Estado vai trabalhar em prol da ordem social. Nesse sentido, Foucault (2008) entende a segurança como dispositivo, ou seja, como o conjunto dos fenômenos que vão se

valer da medicalização da vida, da seguridade social e da regulação da criminalidade. Para realizar a segurança nas cidades é preciso assegurar quatro funções:

> Primeira, higiene, o arejamento, eliminar todas aquelas espécies de bolsões em que se acumulavam os miasmas mórbidos nos bairros demasiado apertados, em que as moradias eram demasiado apinhadas. Função de higiene, portanto. Segunda garantir o comércio interior das cidades, terceira articular essa rede de ruas com estradas externas de modo que as mercadorias de fora pudessem chegar ou ser enviadas, mas isso sem abandonar as necessidades do controle aduaneiro. E, por fim – o que era um dos problemas importantes das cidades no século XVIII – , possibilitar a vigilância a partir do momento em que a supressão das muralhas, tomada necessária pelo desenvolvimento econômico fazia que não fosse mais possível fechar a cidade de noite ou vigiar com rigor as idas e vindas durante o dia; por conseguinte, a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo [...]. Em outras palavras, tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, [de] maximizar a boa circulação diminuindo a má (FOUCAULT, 2008, p. 24).

Portanto, observa-se a importância de produzir segurança tanto em relação à segurança da saúde, de moradia, de emprego, quanto em relação à desordem; sendo assim evita-se o perigo, afastam-se os riscos. Nesse sentido, considerando a desordem, é preciso criar formas com as quais os sujeitos não desviem seus comportamentos, não fujam da norma. Para tanto será necessário instituir mecanismos de segurança. Os mecanismos de segurança vão garantir que a desordem, as irregularidades, os ilegalismos, as delinquências sejam impedidas ou reprimidas, sendo que, nos séculos XVII e XVIII, caberia à instituição da polícia impedir que as desordens se produzissem (FOUCAULT, 2008).

Segundo Candiotto (2013), os pactos de segurança são consolidados entre as instituições políticas e os cidadãos. Dessa forma, as instituições reguladas pelo Estado tentam garantir que a vida seja protegida diante das mais diversas incertezas e riscos. Isto é, se o indivíduo está doente, ele pode contar com a seguridade social, e se houver delinquentes na sociedade, é garantida a sua correção e uma vigilância policial. É nesse patamar, da proteção, que é visto a pessoa em situação de rua como aquele que extrapola as regras, para tanto, os mesmos precisam ser

“corrigidos”, isto é, o Estado intervém sobre a vida desses sujeitos, para manter a ordem o Estado utiliza meios extraordinários como, por exemplo, eliminar sujeitos potencialmente perigosos em razão do cuidado da vida e da segurança da população. Nesse sentindo, Zé Correto relata sobre as inseguranças de estar nas ruas, sendo preciso estar atento nas ruas, para poder se prevenir dos riscos e perigos pelos quais todos os sujeitos podem passar.

[…] *tem que estar dormindo com um olho aberto e outro fechado porque a malandragem na rua é muito grande né, eles não querem saber se tu é pobre, eles te roubam tudo, me roubaram várias vezes, a última vez botaram até fogo no meu barraquinho.*

Essa vivência de Zé Correto vem ao encontro do que falam Kunz, Heckert e Carvalho (2014, p. 9): “a vida na rua não dispensa regras e cuidados. Dormem nas ruas, mas dormem atentos e preferem dormir quando o dia está amanhecendo, pois é sempre mais seguro”. Percebe-se, assim, que a vida nas ruas não está livre de regras e normas. Essas se distanciam um pouco daquelas de quem mora em residências fixas, que para se proteger trancam suas portas. Assim, é importante indagar: e a pessoa em situação de rua, que forma encontra para se proteger?

Essa indagação surge devido alguns dados referentes à morte dessas pessoas. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, durante o primeiro semestre de 2013, cento e noventa e cinco (195) pessoas em situação de rua foram assassinadas em todo o Brasil. Em termos gerais isso representa mais de uma morte por dia em todo o país. As mortes ocorreram por apedrejamentos, pauladas, tiros, espancamento, bem como com indivíduos sendo queimados. O maior número de assassinatos de pessoas em situação de rua no ano de 2013 foi registrado no Estado de Minas Gerais, com 29 casos, seguido da Bahia, com 23 mortes. Em Goiás foram registradas 22 mortes. O Paraná e Pernambuco vêm em seguida com 15 e 10 execuções de moradores de rua, respectivamente (LIMA, 2013).

Os dados apresentados apontam que as pessoas em situação de rua também passam por situações de violência. No entanto, são muitos os discursos que veem a pessoa em situação de rua como uma ameaça à ordem social, como um ser violento em potencial, que para sobreviver e manter seus vícios é capaz de assaltar e matar.

É equivocado afirmar que o viver nas ruas constitui necessariamente correlação com o crime: há uma lógica segundo a qual os indivíduos já aparecem como culpados por viverem nas ruas e, desse modo, também são tratados como potenciais criminosos (SILVA; HÜNNING, 2015).

Sobre tal possível correlação, Zé Correto nos conta que alguns preferem roubar, mas ele prefere pedir ajuda para que possa se alimentar, bem como sustentar seus vícios. Outro fato relevante do qual Zé Correto trata diz respeito a ter sido por diversas vezes roubado: levaram seu carrinho de catar papelão, posteriormente roubaram seus vestuários, tênis e roupas que iria dar a seu filho, bem como comidas que estava guardando para comemorar seu aniversário. Refere que para se proteger utiliza de estratégias: desmonta alguns de seus objetos e esconde as partes individualmente, por exemplo. É assim que tem garantido sua panela de pressão e sua garrafa térmica.

Ressalta-se ainda, que Zé Correto acredita que isso acontece porque, no local onde está, não há portas e, portanto, qualquer pessoa pode entrar e levar o que quiser. Percebe-se, nesse contexto, que Zé reproduz discursos de segurança que estão vinculados à questão privada, a cada um garantir seus bens por meio de "prisões", isto é, casas com portas trancadas, com segurança de alarmes, entre outros dispositivos. Há que se considerar, contudo, que quem possui esses meios de segurança pode pedir auxílio à polícia, mas na situação de Zé não, não pode registrar nem mesmo boletim de ocorrência. Existe, dessa forma, uma desqualificação dos bens materiais, bem como das verdades produzidas por Zé Correto.

Outra questão levantada por Zé Correto diz respeito à segurança possibilitada pelas escolhas das companhias com as quais convive, para que não se tenha problemas judiciais:

[...] *eu fico sozinho, eu não ando com os outros, esses tempos eu estava andando junto aí eles estavam fumando droga, daí a polícia parou e me aconselhou não saia com eles mais e me ameaçaram os conhecidos, também 30 anos morando aqui, tanto tempo na rua então eles me conhecem, sabem que eu não tenho nada, nada na delegacia, não tenho ficha suja, nada, então minha vida é essa, tratar bem todas as pessoas, respeitar e ser respeitado, desde do pequeno ao grande e assim é, então as pessoas me querem bem por causa disso .*

Nesse contexto, é evidente que a lei, a norma se torna reguladora dos comportamentos de Zé Correto, mesmo que seu modo de existência seja visto como desordem em alguns momentos. Zé segue a norma, seu corpo está condicionado à disciplina, ao controle dos serviços de segurança pública. Segundo Foucault (2000), um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi o fato de o Estado começar a cuidar da vida, o que consiste em urna tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico. Portanto, a estatização substitui o antigo privilégio do soberano fazer morrer e deixar viver pelo poder inverso, o de fazer viver e deixar morrer, conforme anteriormente afirmado. Nesse contexto, começa-se a problematizar a vida no campo do pensamento e da análise do poder político. E essa transformação, recorde-se, vai se efetivar nos âmbitos dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder. Ocorre que, considerando o cuidado com a vida, é por meio da lei que os corpos são controlados:

> A lei não pode deixar de ser armada e sua arma por excelência é a morte; aos que transgridem, ela responde, pelo menos como último recurso, com esta ameaça absoluta […] mas um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá a necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos os obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma. Não quero dizer que a lei se apague ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer; mas que a lei funciona cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida (FOUCAULT, 1999, p. 135).

Como as funções do Estado estão encarregadas de cuidar da vida da população, é importante salientar que isso acontece por meio de mecanismos reguladores e corretivos que operam em torno da norma. A norma é entendida como operador do poder; isto é, vai diferenciar os indivíduos: por meio de uma média, a norma impõe uma conformidade que se deve alcançar, homogeneizando, e os que não são capazes de segui-la são anormais, exteriores à norma. Trata-se de um elemento a partir do qual o exercício do poder se acha fundado e legitimado. A norma traz consigo um princípio de qualificação e de correção. No entanto, a norma não tem a função de excluir, rejeitar, ela está ligada a uma técnica positiva de

intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo (FOUCAULT, 1999).

Nesse viés de transformação e de positividade é que trabalhamos com a norma. Danner (2009) comenta que foi a norma que conseguiu estabelecer um elo entre o elemento disciplinar do corpo individual (disciplinas) e o elemento regulamentador de uma multiplicidade biológica (biopoder). Entende-se aqui disciplina como uma técnica de poder que funciona como uma rede que atravessa todas as instituições e aparelhos de Estado, atuando no corpo dos homens. Por meio da punição e da vigilância se tenta adestrar e docilizar o sujeito. O biopoder é entendido como nova tecnologia do exercício do poder, o qual vai mostrar que as relações de poder não acontecem somente no plano do sujeito em seu espaço restrito, amplia-se para o espaço da população. Isto é, vai agir sobre a sociedade enquanto corpo social a regular. O biopoder se encarrega de regular a vida de acordo com os interesses políticos do Estado (PASSOS, 2008).

Portanto, é por meio da norma que vai se articular a ação disciplinar e do biopoder. A norma torna-se tanto aquilo que se pode aplicar a um corpo que se deseja disciplinar como a uma população que se deseja regulamentar. A sociedade de normalização é uma sociedade onde se cruzam a norma disciplinar e a norma da regulamentação. A sociedade de normalização conseguiu cobrir a superfície que passa do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante a instauração de duas tecnologias: a disciplinar e a regulamentadora. Portanto, uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida (FOUCAULT, 1999).

Compreende-se, assim, que a vida é controlada, regulada por meio dos dispositivos de segurança, bem como por códigos morais que dizem o que é certo ou não em nossas vidas, que conduzem nossas condutas. Nesse sentindo, as ruas podem acolher e servir de moradia, mas nem sempre são hospitaleiras. Pois a regulamentação dos corpos visa que todos os sujeitos correspondam aos ideais civilizatórios, devendo todos submeter-se ao estudo, trabalho e vida social, conforme os padrões que são definidos. Desse modo, aquele que extrapolar os limites dos padrões definidos como corretos a serem seguidos torna-se uma espécie de ameaça a todo o sistema de crenças que fundamentam o exercício do poder soberano (ALVARENGA, 2016).

3.4 Zé e as relações sociais e familiares

Quando aborda-se a questão de viver em sociedade, logo depara-se com os processos de socialização e relações interpessoais. Nesse viés, Bock, Furtado e Teixeira (2004) refere que a formação do conjunto de nossas crenças, valores e significações se dá no processo de socialização. Nesse processo, entende-se as relações sociais como a capacidade de se relacionar com um ou mais sujeitos, bem como sua integração a grupos aprendendo seus códigos, suas normas e regras básicas de relacionamento, apropriando-se do conjunto de conhecimentos já sistematizados e acumulados por esse conjunto. Dessa maneira, estabelecem-se formas de cooperação e convivência, e isso muitas vezes pode gerar laços de solidariedade. Para tanto, o homem é visto como um ser social, como um ser de relações sociais que está em permanente movimento.

O viver nas ruas não impede o sujeito de produzir novas relações sociais, pois a pessoa em situação de rua torna-se membro de um determinado conjunto social e, consequentemente, aprende novos códigos, novas normas e novas regras de relacionamento. Isso é o que acontece com Zé Correto: o mesmo relata que ajuda alguns de seus colegas com a alimentação e sustento dos vícios, pois muitos lhe pedem para dividir sua bebida etílica e seu tabaco. Isso é expresso na fala a seguir:

Muitas vezes você compra aquela barriquinha de cachaça, tem um monte ali passando aí eles te pedem daí se você não dá já começam a te xingar, são colegas de rua né, que nem aqui tem três, são três homens mas muitas vezes eu tenho que fazer comida aqui para dar para eles, porque eles não têm coragem, estão tão viciados na bebida, aí eu pego, venho aqui, esquento a comida no álcool ali para eles, faço daí levo lá para eles.

Fica evidente na fala que viver nas ruas tem regras e uma delas é dividir o alimento e os vícios. Por meio desse compartilhar podem se criar laços de solidariedade, realizar-se o cuidado com o outro. Observa-se, na fala acima de Zé, que o mesmo realiza o cuidado e cria laços de solidariedade com outras pessoas em situação de rua. Quando relata que esquenta a comida no álcool quer dizer que consegue acender o fogo com álcool para aquecer sua comida e compartilhar a mesma com as demais pessoas em situação de rua que estão permanecendo na

mesma obra abandonada. Zé se refere a essas pessoas como eles. Zé Correto relata também que tem boas amizades, frequenta dois bares nos quais é bem recebido; esses locais lhe acolhem em momentos que se torna difícil sua volta para o local onde está permanecendo devido ao uso de bebida etílica. Refere, também, que é com essas amizades que compartilha suas comemorações, conquistas, tais como a data de nascimento. Diz que faz a comida para comemorarem mais um ano de sua vida.

Portanto, relações são criadas. Quando menciona-se amizade estão envolvidas questões de afetividade. Segundo Bock, Furtado e Teixeira (2004), são os afetos que dão o colorido especial à conduta de cada um, esses são expressos nos desejos, sonhos, fantasias, expectativas, nas palavras, nos gestos, no que fazemos e pensamos. É o que nos faz viver, e também nos ajudam a avaliar as situações e servem de critério de valoração positiva ou negativa para as situações de nossa vida.

Dalgalarrondo (2008) define afetividade como um termo genérico, que compreende várias modalidades de vivências afetivas, como o humor, as emoções e os sentimentos, sendo que a vida afetiva sempre ocorre em um contexto de relações do eu consigo mesmo e do eu com o mundo e com as pessoas.

Além de manter relacionamentos com o pessoal da rua, Zé Correto mantem contato com seus familiares. Refere que foi um bom pai, que ama seus filhos, mas que, por necessidade, em alguns momentos foi rude e agressivo. Aqui fica subentendida a divisão de papeis em uma família na qual o pai é visto com o papel de provedor, aquele que tem a responsabilidade de instituir os limites, as regras de convivência. Para tanto, para conseguir manter a ordem e a instituição de limites, muitas vezes utiliza da agressividade. O pai é visto como autoridade e, portanto, é preciso obedecê-lo. Muitos pais encontram na agressividade, no comportamento rude, uma forma para educar os filhos, para direcioná-los, para que sejam pessoas obedientes. Em muitos momentos os pais nem mesmo expressam sentimentos de amor. Isso se refletirá mais tarde quando os pais argumentam que agiram dessa forma, mas que era para o bem de seus filhos.

Nesse sentido, cabe à família realizar o papel de controle, e instituir as normas padrões para se viver. É nessa instituição também que muitos conflitos acontecem. Eles são motivados por diversos fatores. Como solução para os mesmos muitas vezes opta-se pela ruptura de vínculo, ou simplesmente pelo afastamento.

Isso é o que aconteceu com Zé Correto: como sua família não aceita o fato de ele fazer uso de bebida etílica, isso gera brigas e confrontações. Para evitar essas situações Zé prefere estar longe. Não os procura, mas acolhe e demonstra afetividade para com seus familiares, quando esses o visitam.

[...] *Assim de vez em quando eu entro em contato com eles* [os familiares], *mas é muito pouco, a minha casa que eu tenho lá, eu passei para o nome deles aí eles que façam usufruto da casa e eu fico na rua, até prefiro ficar assim, porque daí senão eu tomo às vezes meu traguinho, daí a gente fica meio chato, daí eles começam a me xingar né, daí eu já pego e prefiro ficar na rua, porque se eu vou lá para casa, aí eu bebo, aí minha família não quer que eu bebo, eu não incomodo eles só meio chato às vezes mas não que eu incomodo, então eu fico sozinho, aí tenho meu cachorrinho que é meu companheiro.*

Percebe-se que os papeis na família de Zé se modificaram: é ele quem precisa seguir algumas regras; como não as aceita, prefere viver nas ruas. Salienta-se, aqui, que a família de Zé desempenha a função de controle e tenta regulamentar o corpo do mesmo. Podemos articular esse controle e regulamentação do corpo com o que Foucault (1999) considera como biopolítica, isto é, são práticas estatais que usam um conjunto de técnicas e saberes para controlar os indivíduos e a população bem como para promover vida aos mesmos. Nesse sentido, a vida biológica começa a se converter em objeto da política; portanto, o Estado encarrega-se da vida produzindo mecanismos e dispositivos para regulação, observação, intervenção e modificação da mesma. Para tanto, são usadas estratégias higiênicas, sanitárias, de segurança pública e de saúde, entre outras. Essas estratégias são elaboradas tanto para fazer a população viver bem como para ter o controle e poder conduzir as condutas da mesma por padrões de vida que são entendidos como corretos para viver. Esse controle da vida vai acontecer por meio das instituições tais como a escola, a polícia, a medicina e a família. Essas são responsáveis por manter os padrões bem como por corrigir os desviantes. Nesse sentido, será tomada a família como uma instituição que controla e conduz os indivíduos para viver de acordo com padrões que são desejados.

Sendo assim tanto a família como as ações biopolíticas têm como função controlar e normalizar a vida da população. Criam-se parâmetros para se viver e

fazer controles. Nesse sentindo, pode-se entender a família como um instrumento para as práticas biopolíticas, as quais encontram formas de gestar, monitorar, controlar os indivíduos, visto que é incentivado ao sujeito constituir família. No que tange às políticas públicas destinadas à população em situação de rua, um dos principais objetivos é a reinserção familiar, trabalhar com os vínculos fragilizados dentro da família. Dessa forma, observa-se que para se viver em família existem regras, e quando o sujeito quebra essas regras, nega-as, de certa forma também foge do controle estatal. Nesse contexto, entende-se que a vida biológica e social se constrói dentro das casas e, nesse modelo, a vida vai se qualificando em corpos dóceis e disciplinados, estabelecendo-se assim um modelo ideal para viver.

> A vida biológica e social é esquadrinhada nos ambientes construídos no interior das casas, criando e conformando hábitos, dirigindo o que fazer e onde fazer, adequando o corpo biológico a uma ordenação social. Esta vida investida no interior das casas ganha um ordenamento e qualifica-se para a vida social civilizada a partir de uma relação com o saudável e com uma docilidade dos corpos, tornando-os úteis ao trabalho e às tecnologias biopolíticas de governo. Esta vida também se qualifica, principalmente, na relação com as vidas daqueles que vivem nas ruas. Ao constituir uma exterioridade em relação a si mesma, alojada nas ruas, os moradores de casas constituem-se como um ideal de vida político e social no nosso modelo econômico, estabelecendo com as instituições (escolas, fábricas e leis), com os saberes científicos e uma série de dispositivos sociais, uma relação de verdade que os fabrica, numa rede de práticas e discursos de governo da vida (SILVA, 2013, p. 64).

Ao se constituir um ideal de vida tanto político como social, novos investimentos diante da vida são estabelecidos, visto que os investimentos podem auxiliar no ordenamento da vida social. Tótora (2011), a partir das leituras de Foucault, comenta que é sugerida uma nova estratégia de poder sobre os corpos, ou seja, é produzida uma previsão de risco à população. Os riscos decorrem do biológico, como o risco de adoecer, de contrair doenças. Identificam-se os indivíduos de risco, tenta-se, por meio de equipamentos genéticos, produzir um sujeito de menor risco. Entretanto, para isso acontecer, é necessária uma série de investimentos, que envolvem escolarização, ambiente social, cultural e familiar, e produção de estímulos a uma determinada forma de viver. Neste caso, podemos afirmar que em relação às pessoas em situação de rua esse investimento não foi efetuado com sucesso. Pois, por mais que se dependa de um corpo biológico

saudável, existem variáveis que vão influenciar no desenvolvimento das formas para se viver. Portanto, esse segmento social se esquiva desses investimentos e, consequentemente, distancia-se dos controles impostos sobre suas vidas.

A pessoa em situação de rua foge do modelo político e social construído, então, até certo ponto, desvia-se das disciplinas e dos controles. Em sua forma de viver, que é constituída por se deslocar nas ruas, as pessoas em situação de rua vão operar um deslocamento significativo nas formas de governo da vida e de regulação dos corpos. Isso porque existe algo na vida desses sujeitos que escapa ao ordenamento social e político; e por isso são inseridos num campo das anormalidades e/ou patologias e das moralidades (SILVA, 2013).

3.5 Zé e a relação consigo: questões de sofrimento e alcoolismo

Nesta sessão será tratada a questão do cuidado que Zé tem consigo, em relação ao seu uso de álcool, à solidão, à depressão e à tentativa de suicídio. Cabe ressaltar, aqui, que nos dias atuais é priorizado o cuidado com o corpo; para tanto, se dispõe de várias técnicas de cuidado, as quais requerem a adesão a novos hábitos: alimentação saudável, prática de exercícios físicos etc. Tais hábitos voltam-se ao objetivo de alcançar o corpo perfeito; para esse corpo perfeito fruto de desejo, não se pode esquecer o cuidado com a saúde mental, que vai refletir no bem estar.

Nesse ponto, pode-se recordar o que Foucault (2000) alerta sobre o cuidado de si, que se constitui como uma prática de cuidado com a qual o individuo se ocupa de si mesmo; assim, refere-se a conhecer a si para então direcionar suas ações, seus cuidados, para consigo e para com o outro. Ressalta-se, ainda, que o cuidado de si implica em uma gama de significações em torno de como cada um pode cuidar de si mesmo.

Nesse viés, quando se fala em cuidado de si, uma questão que aparece é a qualidade de vida. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) para se ter qualidade de vida é importante que as pessoas sintam-se bem psicologicamente, possuam boas condições de vida, sintam-se socialmente integradas e possam ter algum funcionamento na sociedade. A partir daí, pode-se pensar na vida de Zé: será que mesmo passando por algumas dificuldades, tanto físicas como psicológicas, podemos considerar que Zé tem qualidade de vida? É importante pensar aqui a relação que o sujeito tem com cada aspecto de sua vida, bem como o que ele

entende por estar bem. Até porque, como será descrito em posteriormente, percebe-se que Zé tem superado muitas dessas condições.

Para discutir como Zé se relaciona com o aspecto da dependência química, bem como tratar de seu sofrimento mental, em um primeiro momento será abordada a questão do alcoolismo. Zé Correto relata que sua condição atual, que envolve o afastamento da família e a perda de bens, é reflexo de sua ação, de fazer uso do álcool. Atualmente, Zé continua fazendo uso de bebida etílica.

Neste momento, é importante entender como o entendimento do hábito de fazer uso de bebida etílica foi se transformando até chegar-se no estágio em que é considerado como doença. Laranjeira e Pinsky (2012) refere que no século XVII o homem produzia álcool de forma artesanal, predominavam as bebidas fermentadas na forma de vinho e cerveja. Foi a partir da revolução industrial que houve uma mudança na forma de usar o álcool; esse então passou a ser industrializado e fabricado em grandes quantidades.

Segundo Gigliotti e Bessa (2004), o álcool sempre acompanhou a humanidade e ocupou local privilegiado em todas as culturas, como elemento fundamental nos rituais religiosos. Sua presença sempre foi constante nos momentos de comemoração e de confraternização, quando se brinda a todos e a tudo. Através da história, o álcool tem tido múltiplas funções, atuando como veículo de remédios, perfumes e fazendo parte do hábito diário de famílias em todo o mundo. Serviu de alimento e de laço de comunhão entre as pessoas. No entanto, à medida que as sociedades foram passando por transformações econômicas e sociais, principalmente com a revolução industrial, houve uma mudança profunda na maneira da sociedade e dos homens relacionarem-se com o álcool. Sendo assim, foi criado um padrão de ingestão alcoólica, os casos de consumo agudo bem como os padrões de consumo crônico passaram a ser descritos como alcoolismo.

> A ideia de que o ato de beber em excesso constituiria uma doença começou a ser proposta no começo do século XIX, quando o número de problemas de saúde decorrentes do consumo excessivo de bebidas alcoólicas tornou-se uma questão de saúde pública, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Pouco antes da Segunda Guerra Mundial, com o surgimento dos alcoólicos anônimos nos Estados Unidos, a ideia de alcoolismo como doença passou a receber atenção maior. O pressuposto seria de que os alcoolistas verdadeiros seriam pessoas diferentes das demais e que qualquer contato com a droga “álcool” os levaria à intoxicação e à perda do controle da quantidade de bebida ingerida. Segundo essa teoria, os

> alcoolistas teriam genética e personalidades diferentes de outras pessoas (LARANJEIRA e PINSKY, 2012, p. 15).

É nesse sentindo que se começa a pensar no modelo biomédico para o cuidado de quem faz uso de bebida etílica, pois são construídos padrões de uso, que vão desde o uso social até a dependência. Ressalta-se ainda que a bebida etílica é uma droga lícita, socialmente aceita e por muitas vezes seu consumo é estimulado, como foi relatado anteriormente, sendo usada como lazer, em comemorações.

Sabe-se que existem as mais variadas maneiras de consumo do álcool, em uma complexa interação entre fatores biológicos, culturais e ambientais, sendo que o resultado, na maioria das vezes, não é o da dependência, mesmo para aqueles que em algum período da vida fizeram uso problemático dessa substância (GIGLIOTTI; BESSA, 2004). É importante salientar que dependência, conforme, Laranjeira e Pinsky (2012), significa que o ato de beber deixou de ter função social e de prazer e passou a ser disfuncional: a pessoa perde sua liberdade de decidir se quer ou não beber. Para tanto, a OMS propõe alguns critérios para definir a dependência.

Pensando nos padrões de uso de álcool de Zé Correto, ele por diversas vezes afirma ter controle sob seu ato de beber; no entanto, precisa beber todos os dias, pois caso contrário sente-se mal fisicamente, o que é relatado na fala a seguir:

Não fico sem beber e sem fumar não fico tomo minha cachacinha, até agora de manhã já tomei um gole porque senão, se eu não tomar começo a me sentir meio mal, dá ânsia de vômito da tremedora [...] *tomo um golinho agora, mais tarde outro.*

Percebe-se nos discurso de Zé Correto que ele demostra ambivalência sobre o uso de bebida etílica. Há momentos em que fala que tem o controle e em outros se refere às consequências de não conseguir ficar sem beber. Chegou a relatar um caso em que bebeu demais e acabou caindo e se machucando, e isso fez repensar seu uso. Agora espera passar os efeitos da bebida para voltar no local onde está permanecendo. Em relação ao uso, consegue ter algumas dimensões, tais como: o uso da bebida é o que o afasta de sua família, sua família não aceita nem mesmo que Zé faça uso de um gole. Mas essa situação não se torna um problema para Zé.

Ele prefere que os familiares venham lhe encontrar, o visitar, pois se tiver fazendo uso de bebida etílica não podem falar nada. Percebe-se também que essa situação não é fator de motivação para que Zé mude seu comportamento quanto tal uso.

Pode-se pensar que o cuidado que Zé faz de si, nesses momentos, é evitar conflitos familiares, evitar caminhar pelas ruas sob o efeito do álcool, bem como selecionar alguns alimentos que percebe que seu organismo digere melhor após fazer o uso do álcool. Esses cuidados só são realizados porque ele entende que controla o uso. Neste momento é necessário questionar: o que é esse controle? Esse controle está de acordo com o padrão de consumo que é indicado pela OMS considerado como seguro?

Sem juízos de valor, esses questionamentos direcionam ao modelo biomédico, segundo o qual a pessoa precisa de tratamento, sendo que esses tratamentos se dão por via da abstinência, isto é, cessar com o uso de bebida etílica. Percebe-se, nessa linha biomédica, que o objetivo é garantir a segurança do sujeito, impedir que os agravos referentes a doenças aumentem. Ou seja, visa-se regular e controlar os padrões de consumos de bebidas etílicas, bem como corrigir, tratar os sujeitos que têm algum problema com o álcool.

Percebe-se que Zé Correto foge dessas regulações. Ele mesmo direciona seu controle, a partir dos padrões que ele considera como benéficos para si. Pode-se pensar aqui no cuidado de si e nas técnicas de si que, conforme Foucault (1997), se refere a uma maneira de construir subjetividades por meio dos empreendimentos e das transformações, na nossa cultura, das “relações consigo mesmo”; isto é, relaciona-se com o governo de si por si, na sua articulação com as relações com o outro. Portanto, isso implica no governo de si, bem como nas formas como cada um governa a si mesmo.

Nesse sentido, Gallo (2013, p. 373) refere que: “governar-se é relacionar-se com outros; o próprio governo de si é construído na relação com outrem”. Pode-se entender então que o ato de governar a si mesmo não acontece de forma isolada. Esse ato vai remeter às questões de conduta e de modelos de vida escolhidos pelo sujeito como possibilidade para viver sua vida.

Portanto, Zé Correto estabelece relações consigo mesmo. Em relação ao seu uso de álcool, Zé estabelece algumas relações, entre elas, que um dos motivos pelos quais iniciou seu uso foi a depressão. Ele estabelece que tem depressão e nunca passou por tratamento; comenta que o estado depressivo acontece devido à

tristeza e ao isolamento. Também questiona o senso comum que entende a depressão como apenas algo da cabeça, que é só tirar da cabeça que melhora: ele sabe que não é assim que acontece.

Quando fala-se em depressão, segundo Santana e Rosa (2016), já se está tratando de um diagnóstico de transtorno mental. Muitas pessoas acham que depressão não é um problema de saúde; frequentemente ouve-se pessoas falando que depressão é “frescura”, ou “fraqueza”, ou “falta do que fazer”. Esse fato vem ao encontro do que Zé revela do senso comum. Percebe-se que ele reconhece a depressão como doença. Zé relata que entrou e depressão, então gastou o dinheiro que tinha com a bebida etílica; diz que após essa situação se “viciou no álcool”. É relevante aqui abordar a relação entre depressão e alcoolismo. Conforme Laranjeira e Pinsky (2012), é muito comum pessoas com depressão fazerem uso abusivo de bebida etílica. Esse autor alerta que quando há consumo excessivo de bebidas alcoólicas em pessoas com depressão o tratamento torna-se mais complicado, pois o próprio uso do álcool pode levar à depressão. Sendo assim, fica difícil saber o que veio primeiro: depressão ou consumo excessivo de álcool.

Alguns estudos investigam a questão de pessoas em situação de rua com questões de transtorno mental. Lovisi (2000) aponta que obteve os seguintes dados considerando o cenário brasileiro: 99% das pessoas apresentaram pelo menos um diagnóstico; o diagnóstico mais frequente foi o de abuso/dependência de álcool (82%); seguido de distúrbios do humor (32,5%); abuso/dependência de drogas (31,3%); esquizofrenia (9,6%); distúrbios neuróticos (8,4%); distúrbios de personalidade (8,4%) e uma alta taxa de comorbidade (78,3%).

Nessa perspectiva, é preciso pensar na questão de saúde mental e como pode ser feita a promoção de saúde mental para as pessoas em situação de rua. Segundo Santana e Rosa (2016), há alguns desafios para desenvolver ações de promoção da Saúde Mental em pessoas em situação de rua, pois deparamo-nos com situações sociais precárias. Na rua é muito difícil ter hábitos de vida considerados saudáveis e superar os empecilhos para: ter um sono reparador; boa alimentação; boa higiene; praticar atividade física regularmente; poder fazer atividades que dão prazer; ter momentos de tranquilidade; desenvolver laços afetivos aumentando sua rede de suporte social. Outro ponto importante a ser levantado é que a pessoa em situação de rua vive constantemente sob tensão, insegurança e incerteza; isso porque a mesma vive exposta a um número maior de

fatores estressantes do que alguém que não está nessa mesma situação. Sabe-se que viver sob estresse constante tem um grande impacto na Saúde Mental.

Neste momento em que é discutida a questão de saúde mental pode-se pensar também em outra situação que Zé Correto relata: ele acredita que o amor mais o uso de álcool enlouquecem. Comenta que devido a uma desilusão amorosa fez uso de bebida etílica e então tentou tirar sua vida. Relata que já tentou tirar sua vida por três vezes; na última vez acabou quebrando seu pé e precisou passar por cirurgia; o resultado dessa cirurgia são nove pinos em seu pé. Ele entende que essas tentativas de tirar sua vida são atos de loucura. Santana e Rosa (2016) comentam que a baixa autoestima está bastante relacionada a sentimentos de desesperança, ligados a uma taxa aumentada de pensamentos e comportamentos suicidas, sendo que o suicídio está relacionado a transtornos mentais como a depressão e ao uso indevido de álcool e outras drogas.

Outro fator que pode ser relacionado aqui tanto ao uso de bebida etílica como à depressão é que Zé Correto diz que prefere estar sozinho, isolado, pois assim não entra em confusão. No entanto, o mesmo afirma que por um bom tempo sua companhia era seu cachorro, agora fica só com seus pensamentos, e para não ter loucuras, quando pensa muito na vida, começa a ler a Bíblia. Aqui pode-se perceber que por mais que Zé Correto tenha passado e passe por dificuldades, tenta superá-las; isto é, constrói um cuidado consigo.

Nesse sentindo, Foucault (1985) afirma que o cuidado de si constitui o sujeito; para tanto, é necessário estabelecer uma intensidade de relações de si para consigo, em que o sujeito consiga tomar a si mesmo como objeto de conhecimento e ação; por meio das relações de si possa transformar-se, corrigir-se, purificar-se, enfim, promover a própria salvação. O indivíduo sofre de certos males e, portanto, precisa cuidá-los, seja por si mesmo ou com ajuda de outrem. Para isso, exige-se um conhecimento de si.

> As desordens do corpo podem, em geral, ser detectadas pelo pulso, a bile, a temperatura, as dores; e que, aliás, as piores doenças físicas são aquelas em que o sujeito, como na letargia, na epilepsia, na apoplexia, não se dá conta de seu estado. Nas doenças da alma o grave é que elas passam desapercebidas ou mesmo que podem ser tomadas por virtudes (a cólera por coragem, a paixão amorosa por amizade, a inveja por emulação, a covardia por prudência) (FOUCAULT, 1985, p. 63).

Assim, precisamos estar atentos aos cuidados e às práticas de si, caso contrário muitos males passarão despercebidos e isso não quer dizer que não vão causar um sofrimento mental ou físico. Muitas vezes mascaramos as dores, por isso a importância de nos conhecermos, de conhecer nossos limites e potencialidades, para então podermos conduzir nossas próprias vidas. Nesse sentindo, Bolsoni (2012) vai relatar que nos tornamos sujeitos por meio das práticas de si; portanto, é a partir dessas práticas de cuidado que cada um constitui a si próprio e aos modos de subjetivação. Assim, a subjetividade acontece no corpo, nas relações que se estabelecem no corpo de cada sujeito, isto é, nas relações que estabelecem no cuidado de si para consigo bem como para outrem.

3.6 Zé e as políticas públicas

Hoje contamos com a “segurança” que o Estado nos proporciona. Segurança implica no cuidado com a população e com os indivíduos. Para tanto, tem-se como instrumentos a segurança pública, que remete à ideia de polícia, prisões e punição, bem como a políticas de seguridade social, que envolvem o cuidar da vida pensando em questões de saúde, educação, empregabilidade, isto é, proporcionar qualidade de vida.

Entende-se, assim, que esses cuidados acontecem por meio das ações Estatais, as quais englobam um conjunto de instituições. Dessa maneira, pensando no Município de Francisco Beltrão, Zé Correto pode fazer uso de instituições como a Assistência Social, a qual poderá fornecer alguns benefícios, tais como bolsa família. Na saúde pública pode contar com assistência médica, bem como pode utilizar a casa de passagem para pernoitar e realizar sua higiene. É em sua relação com essas instituições que será discutida a vida de Zé Correto e as políticas públicas.

Sabe-se que as ações de políticas públicas visam a preservar a vida. Para que isso aconteça, vão ser utilizadas técnicas que controlam e regulamentam a vida da população. Para tanto, criam-se regras e condutas. Nesse viés, Branco (2015, p. 108) refere que “o sistema de seguridade [...] pode enrijecer certos mecanismos, obrigando as pessoas a se adequarem a suas determinações”. Isto é, ou se segue o que está determinado ou não se faz uso do serviço. Essa é uma forma de impor um modo de vida a ser seguido.

É interessante considerar o discurso de Zé Correto quanto a não aderir a uma instituição porque teria que se adequar ao que lhe é imposto. Isso acontece quando Zé se recusa a usar o serviço de casa de passagem do Município de Francisco Beltrão. Zé tem motivos para recursar: primeiramente, ter como companheiro um cachorro, sendo que não é permitida a entrada do mesmo; em segundo lugar, fazer uso de bebida etílica, o que não é permitido dentro do referido local.

Kunz, Heckert e Carvalho (2014) comentam que em seus contatos com as pessoas em situação de rua frequentemente havia queixa a respeito dos espaços de albergamento; muitos dizem que nos abrigos são tratados como crianças: “Tudo tem que ter hora”, “Não tem um cantinho só pra mim, é uma bagunça todo mundo junto”, “Não é permitido casais dormirem juntos nos abrigos”. Isto é, existe um excesso de regras com as quais as pessoas em situação de rua não conseguem lidar. Como os abrigos funcionam como espaços de disciplinarização e controle, com regras e valores que se confrontam com aqueles tecidos nas ruas, esses espaços são apropriados de forma restrita por essa população.

De acordo com os últimos noticiários, como aponta Melo (2016), o que afasta as pessoas em situação de rua dos albergues/casas de passagem é a rigidez das regras, bem como a lógica dos abrigos reproduz a lógica das penitenciárias, ou seja, com vigilância excessiva. E isso não produz autonomia, não leva em consideração as necessidades reais desse segmento. Por exemplo, Zé Correto relata em vários momentos que não consegue ficar sem seus vícios, acredita que tem o controle sobre eles, portanto, não pensa em abandonar e seguir novos hábitos de vida segundo os quais não faça uso de bebida etílica, como mostra a fala a seguir:

[...] *não fico sem beber e sem fumar, não fico, tomo minha cachacinha.*

Zé Correto não demonstra que é necessário parar de beber, pois comenta que tem o controle sobre sua vida e sobre seus vícios, relata que os profissionais do município, tanto os que trabalham na Assistência Social como na saúde já disponibilizaram tratamento, sendo um deles por meio de internação para tratamento do uso de bebida etílica, mas que não aceitou, pois não precisa desses cuidados. Pode-se entender esse cuidado como uma forma que os serviços de políticas públicas encontram para exercer o controle na busca de disciplinar o corpo, os

comportamentos produzidos por Zé Correto. Isto é, de conduzir sua vida, de impor novos modos de se viver, não havendo espaço nele para o uso de bebida etílica.

No que diz respeito à utilização dos serviços de políticas públicas do Município de Francisco Beltrão, o discurso de Zé Correto é confuso: em um primeiro momento nega utilizar os serviços e posteriormente comenta fazer uso dos serviços de saúde, ressaltando que é bem atendido nesse local. Quanto aos serviços relacionados à Assistência Social, comenta não fazer uso, mas, logo em seguida, diz que buscou auxílio na Assistência Social para conseguir roupas e também para rever sua documentação pessoal, e que está aguardando o recebimento do Bolsa Família. Esse é um dos benefícios que os serviços de Assistência Social preconizam no atendimento à pessoa em situação de rua. Dessa forma, compreende-se que, ao mesmo tempo em que Zé Correto tenta escapar desses cuidados, os mesmos lhe são necessários em algum momento da sua vida.

Observa-se que quanto aos serviços de políticas públicas do município de Francisco Beltrão, Zé Correto pode contar com os serviços da assistência social que inclui visitas e orientações do serviço de abordagem social, inclusão no Cadastro Único e o recebimento do Bolsa Família, além do cadastro no programa de habitação. No que se refere ao atendimento dos serviços de saúde é ofertado atendimentos na Unidade Básica de Saúde (UBS), no Centro de atenção piscossocial álcool e drogas (CAPS, AD) e na Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Ressalta-se que, conforme a informação do profissional do serviço da abordagem social, a oferta dos serviços de políticas públicas vai depender das necessidades apresentadas de cada pessoa, quanto ao Zé Correto o profissional comenta que o mesmo não aceita muita ajuda, quando lhe é ofertado algumas ajuda Zé desconversa e diz estar bem da maneira em que vive.

Considera-se que a relação do Estado com a população se dá sob a forma do que se pode chamar de pacto de segurança, segundo a qual o Estado tenta garantir a segurança em relação aos seus perigos internos e, para tanto, utiliza-se da biopolítica para regular a vida da população. Desse modo, a Assistência Social, enquanto política pública, é entendida como dispositivo para dar conta da gestão da pobreza, e potencializar algumas vidas. Para esse fim, tenta capturar os indivíduos desviantes, ou seja, no caso aqui em questão, se direciona às pessoas em situação de rua por meio do discurso da garantia de direitos. Nesse processo, os sujeitos acolhidos criam suas relações de poder, saber e resistências, para garantir seus

direitos sociais. Ao estreitar os laços com os direitos sociais, as equipes dos serviços de políticas públicas regulamentam a conduta dessa população (SANTOS et al., 2015).

Podemos considerar que o intuito das políticas públicas destinadas à população em situação de rua é realizar a aproximação desses modos de existência com os parâmetros que acreditam ser o modo certo para viver. Isto é, tentam moldar o comportamento da população. Por exemplo, as políticas de saúde tentam prevenir alguns agravos referentes à doença. Em relação à população em situação de rua, tentam conduzir as condutas para que a mesma não faça uso de bebidas etílicas, bem como de outras drogas. Já as políticas sociais vão gestar a vida dessas pessoas tentando garantir os direitos sociais. Portanto, o controle é exercido por imposição de disciplinas e normas com o objetivo de preservar a vida da população.

Segundo Duarte (2006), os dispositivos de atuação de um poder pretende normalizar a própria conduta da espécie ao regrar, manipular, incentivar e observar fenômenos que não se restringir mais ao homem no singular. O intuito é implantar um gerenciamento planificado da vida das populações. Assim, o que se produzia por meio da atuação específica do biopoder não era mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas era a própria gestão da vida do corpo social.

Villamarim (2009) interpreta que Foucault destacou os processos biológicos nos quais se tem a ideia de que cabe ao Estado moderno, mediante as ações biopolíticas, desenvolver políticas em prol da vida. Nesse viés, todas as políticas desenvolvidas têm maior legitimidade. Porém, quando uma prefeitura desenvolve políticas específicas para as pessoas em situação de rua, não é difícil perceber que se trata da mesma coisa que o desenvolvimento de políticas de saúde pública: em todos os casos, trata-se de “gerir” a vida na forma de estudos, controles e normatizações sobre uma determinada população.

Para desenvolver ações em prol da vida é necessário entender que isso só se dará com a existência da população, e essa existe como um objeto técnico-politico de uma gestão e de um governo, e com base nessa população é que são construídos instrumentos para gerir a vida da população. Nesse sentido, Tótora (2011, p. 88) comenta: “A população constitui-se como um conjunto de elementos que, de um lado, a introduz no regime geral dos seres vivos e, de outro, está sujeita a intervenções e transformações calculadas”.

Quando se planeja, se calcula, a intenção é evitar alguns riscos; para tanto, utiliza-se de um controle social e de regulamentação da vida. Isso vai acontecer por meio de ações biopolíticas. A biopolítica extrai seu saber e define sua intervenção de poder a partir das taxas de natalidade e mortalidade, das incapacidades biológicas e dos efeitos do meio. Dessa forma, os mecanismos de poder são aperfeiçoados para manter a segurança da população. Para tal fim, utiliza-se de mecanismos reguladores com o intuito de manter o equilíbrio da população (FOUCAULT, 1999). Pode-se dizer então que a biopolítica surge como investimento sobre o corpo, sobre a população, administrando os corpos, bem como realiza a gestão da vida. Compreende-se, assim, que essa administração dos corpos e a gestão da vida vão se efetivar na criação e execução das políticas públicas.

Ao tentar criar e executar políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua, esse segmento se torna alvo de indagações e intervenções, passando tanto por novas como por velhas estratégias de controle. Pode-se entender como velhas estratégias a ideia higienista que tenta esconder, limpar a cidade levando os indivíduos para albergues ou para outras cidades. Como novas estratégias, pode-se pensar na transformação das relações entre as pessoas em situação de rua e as ações políticas que vêm sendo construídas.

A partir do que foi discutido, pode-se entender que os diversos controles, técnicas e regulamentação da vida vão conduzir o sujeito a construir seus modos de subjetivação. Os indivíduos vão estabelecendo relações consigo mesmos, com as ações biopolíticas, bem como com outros sujeitos. Nessas relações que vai se estabelecendo sua vida. Pensando na vida, nos modos de subjetivação e nos modos de controle que conduzem a vida, parece oportuno finalizar esta sessão com a fala de Branco:

> A vida é um frágil acontecimento. Hoje está à mercê de decisões burocráticas, jurídicas e médicas e de um conjunto de leis e regulamentos que é móvel e instável. Seguridade e insegurança, portanto, não se excluem, e todo um jogo temerário se desenvolve num horizonte sempre reatualizável de normas e decisões cada vez mais enrijecidas (BRANCO, 2015, p. 109-110).

3.7 Longe das instituições religiosas, mas pastor das ruas

Nesta sessão será tratada a relação de Zé Correto com o poder pastoral que envolve uma forma de ser conduzido, uma obediência e uma salvação. Para tanto, é preciso entender, segundo Foucault (2006), que o poder pastoral vai ser exercido sobre uma multidão, sendo que esse poder se desenvolveu ao longo de toda a Idade Média e mais intensamente no século XVI, com a Reforma e a Contra-reforma. O poder pastoral tem o papel de cuidar do rebanho, de dar sua subsistência, e tem como preocupação principal velar e assegurar a salvação de todos. Dessa forma, ele opera sobre cada indivíduo, cada ovelha do rebanho, não apenas para obrigá-lo a agir de determinada maneira, mas também como modo de conhecê-lo, de fazer aparecer sua subjetividade com a intenção de estruturar a relação que o indivíduo estabelece consigo e com sua consciência.

Em relação à vida de Zé Correto, pode-se perceber que ele era conduzido pelo poder pastoral por meio de instituições. Zé chegou a estudar por três anos em seminário para ser um “condutor”, padre. Acabou abandonando essa instituição e inseriu-se em outra, na Igreja Adventista, a qual frequentou por dezoito anos. Hoje refere ser um ex-pastor, pois se afastou das instituições, mas não de Deus.

Pensando aqui no ato de conduzir, de cuidar do rebanho, pode-se perceber que Zé chegou a desenvolver essa função por algum tempo. Moura (2007) refere que o exercício do poder pastoral na forma de serviço está ligado a um regime de verdades para poder conduzir o rebanho. Portanto, o pastor só será capaz de exercer o poder pastoral frente ao seu rebanho se ele tiver o total domínio de si. Isso implica em ter domínio sobre suas vontades e seus desejos. Neste ponto, pode-se abrir um questionamento: o fato de Zé ter deixado de exercer esse poder pastoral ligado a essas instituições se deu porque o mesmo não tinha domínio de si? Porque acredita que possa ter outras vontades, acredita em outros modos de viver e de conseguir a salvação?

Nesse sentindo, Foucault vai relatar que só o fato de haver um pastor significa a obrigação de obtenção da salvação:

> O fato de haver um pastor implica que, para todo indivíduo, existe a obrigação de obter a sua salvação. Em outras palavras, a salvação é simultaneamente, no Ocidente cristão, um assunto individual – todos buscam sua salvação –, porém essa salvação não é objeto de uma

> escolha. A sociedade cristã, as sociedades cristãs não dão liberdade para os sujeitos livres dizerem: “Pois bem, eu não quero buscar a minha salvação”. Cada individuo é instado a buscar sua salvação: “Tu serás salvo, ou melhor, será necessário que faças tudo o que é preciso para seres salvo e nós te puniremos neste mundo caso não faças aquilo que é necessário para seres salvo” (FOUCAULT, 2006, p. 68).

Fica evidente então que a condução do poder pastoral vai acontecer por meio da obediência bem como da obrigação. Pensando novamente na vida de Zé, ele foge da obediência institucional, mas não de sua consciência, de ações que são vistas como formas de obter a salvação. Moura (2007, p. 35) afirma que “na cultura judaica, Deus se encarrega, através dos profetas, de conduzir uma multiplicidade de indivíduos em deslocamento. Havia regras de conduta para um povo nômade, que em seu êxodo, atravessava condições adversas de sobrevivência”.

Poder-se-ia pensar, aqui, que Zé se afastou dos profetas, de suas instituições, mas não do objetivo maior que é a salvação, que é estar com Deus. Talvez caiba aqui pensar que o que conduz Zé à sua salvação pode ser sua fé, o fato de ler a Bíblia e refletir sobre esses ensinamentos, o fato de não ter abandonado Deus:

[...] *agora me afastei de tudo menos de Deus né porque Deus não se afasta da gente e a gente não tem que se afastar dele*.

Outro ponto que pode ser levantado a respeito da vida de Zé é que em muitos momentos percebe-se sua obediência, isto é, refere não roubar, não ter problemas com a polícia, bem como acredita que precisa tratar bem as pessoas, respeitá-las e ser respeitado. Santiago (2008) comenta que a responsabilidade do pastor se estende aos atos e pensamentos mais íntimos de seus fiéis, sendo o exame de consciência, a confissão e a vigilância as únicas garantias de bondade que irão determinar o destino.

Assim, pode-se perceber que Zé demonstra que, apesar de não passar pela confissão e pela vigilância pastoral, consegue conduzir seu destino nessa busca pela salvação. O que fica evidente é que as obediências que em um determinado momento foram impostas ao Zé quando estava sendo a ovelha do rebanho, ainda lhe estão vivas. É possível pensar na possibilidade de que Zé é seu próprio pastor.

Em alguns momentos pode fugir das condutas de comportamento que tentam lhe impor, como o fato de não beber. Mas, de uma forma geral, pode-se entender que Zé consegue se relacionar consigo mesmo, pensar os ensinamentos a partir de sua leitura e interpretação da Bíblia. Há que considerar aqui o poder pastoral como a busca da salvação. No entanto, não somente da salvação celestial no sentido religioso, mas da salvação aqui na terra, que vai se constituir na relação entre os homens e as coisas.

3.8 Entre o dito e não dito

Os discursos acontecem a todo o momento, sendo que em alguns momentos são escutados e em outros interditados. Isso vai depender da posição, do local onde os discursos são proferidos. Nesse sentido, proponho-me a pensar minha posição no discurso de Zé, será que essa influenciou/transformou os discursos pronunciados de Zé? O que ficou nas entre linhas?

No primeiro contato com Zé percebo que de início o mesmo sente-se intimidado em falar sobre si; com o passar do tempo percebo que o mesmo sente-se mais a vontade; talvez o fato de escutá-lo possa ter proporcionado que o mesmo falasse sobre sua vida sem passar por julgamentos.

Ressalto aqui que nos dois momentos nos quais estive presente com Zé o mesmo sempre se mostrou respeitador com a minha figura, inclusive pela forma com dirigia sua fala a mim: como a doutora, a que sabia dos assuntos referentes à depressão, à loucura, aos estudos. Ao mesmo tempo em que se colocava em posição de saber, não invalidava meus conhecimentos, ou melhor, os conhecimentos que Zé acredita que eu teria.

Outro ponto a ser levantado é que Zé não procurou esconder o fato de fazer uso de bebida etílica e de tabaco, tanto que nos dois momentos pediu permissão para fumar enquanto conversamos, bem como me relatava que tinha feito uso de bebida etílica logo cedo. Por meio de seu discurso, me pareceu evidente que Zé tinha noção dos padrões de comportamento que são ditados como os certos a ser seguidos. No entanto, em relação à sua dependência, revela que prefere não seguir os mesmos. Acredita ter controle sobre seu comportamento de beber e de fumar, mesmo que isso ocasione o afastamento de sua família, bem por não querer que

controlem seu comportamento; para evitar conflitos, as desavenças, prefere viver nas ruas.

Em relação às pessoas com quem convive, colegas de rua, amigos de bar, filhos, funcionários dos serviços de políticas públicas, bem como comigo, Zé procura ter um bom relacionamento, evita todo e qualquer tipo de conflito. Tanto que para evitar conflito com os colegas de rua, os ajuda, com comida, e divide sua bebida. Quanto a sua família, principalmente ao seu neto (único neto do gênero masculino), que ainda está internado, Zé demonstra afetividade. Fica emocionado quando fala dos netos, seus olhos enchem-se de lágrimas.

Quanto ao fato de viver nas ruas, pude perceber que Zé tem a necessidade de pertencer ao local; por mais que evite andar acompanhado, tem sentimento de pertencimento, tanto que faz um ano que permanece no mesmo local. Além de pertencimento, percebo o quanto é importante para Zé comemorar datas festivas como a data de seu aniversário, e o quanto é importante comemorar com pessoas que considera como amigos. Percebi a expectativa que essa data lhe traz, expectativa de que os filhos se lembrem da data e venham lhe parabenizar.

A partir da posição de Zé enquanto autor do discurso surgem alguns questionamentos: será que Zé age da mesma forma em que se coloca nos discursos? Minha posição de não julgamento facilitou para que Zé discursasse sobre aspectos que são considerados incorretos? Será que minha posição auxiliou para que Zé fosse escutado? Será que essa escuta influenciou, ajudou Zé a elaborar ou pelo menos amenizar seus sofrimentos?

Enfim, o que quero dizer com isso tudo é que percebo que Zé pode ter deixado sua vida ser levada pelo uso do álcool, mas que, no entanto, não esconde, e não vê problemas quanto a isso, tanto que se nega a fazer qualquer tipo de tratamento. Pode ser também que se negue pois entende que o único tratamento para o uso de bebida etílica acontece por meio de internação. Mas independentemente de sua escolha de fazer ou não o tratamento, é nítido que Zé gosta de ser escutado, de compartilhar seus sofrimentos, bem como seus conhecimentos. Conhecimentos a respeito da existência, do comportamento humano, de suas experiências de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi traçar a trajetória de vida de uma pessoa em situação de rua, que no caso é o Zé Correto, e compreender as relações que se estabelecem entre os discursos e a construção de seus processos de subjetivação. Para tanto, é importante ressaltar que vários discursos são proferidos em relação à pessoa em situação de rua, visto que essas pessoas ocupam espaços, produzem modos de viver que não são reconhecidos dentro da linha da normalidade que é estabelecida. Isto é, não estão ligadas aos modos de viver desejáveis, aos quais entende-se ser normal: a pessoa estar ligada a um trabalho, à família e, principalmente, a uma moradia.

Nesse viés, para “combater” essa realidade, surgem discursos a respeito da pessoa em situação de rua. Entre eles encontra-se o discurso higienizador que tem o intuito de retirar o sujeito da condição de doença física, social, moral e, principalmente, evitar o perigo relacionado à criminalidade. De forma geral, é um discurso que requer a regeneração e recuperação das pessoas de rua. Por meio desse discurso, dessa prática, tenta-se retirar as pessoas em situação de rua para realizar a limpeza das ruas, para que o “feio” não seja visível. Outro discurso é o moralizador, que vai pensar a recuperação dessas pessoas sob a ótica do trabalho. Segundo tal perspectiva, o homem só é digno de parecer como ser humano a partir da prática do trabalho; entende-se que o trabalho dignifica o homem. O discurso da exclusão entende a situação de rua como questão social, sendo necessária a reintegração dessas pessoas por meio de ações emergenciais, disponibilizando-se serviços de apoio a essa população.

Ressalta-se aqui que os principais discursos abordados na presente pesquisa foram os discursos médicos que entendem a pessoa em situação de rua como um ser doente e que precisa de tratamento, precisa ser medicalizada para voltar a viver em sociedade; e o discurso da pessoa em situação de rua como criminosa e perigosa. Esses dois discursos estão interligados ao referirem-se ao uso de drogas. O discurso médico vai entender o uso abusivo de substâncias tanto lícitas como ilícitas como doença. O discurso do criminoso vai entender que a pessoas que faz uso dessas substâncias vai se tornar uma pessoa perigosa e, portanto, são necessárias estratégias de proteção.

Isto é, todos esses discursos tratam a realidade da pessoa em situação de rua como uma desordem, uma ameaça. Pois a existência desse modo de viver vai permitir repensar as normas e regras que são estabelecidas, bem como as ações biopolíticas do cuidado dessa população. Nesse momento, entra em ação o Estado, a criação de estratégias para fazer viver a população. Para tanto, são criadas políticas públicas destinadas ao cuidado da pessoa em situação de rua. No entanto, tais políticas têm o intuito de realizar o controle sobre a vida dessa população, tentam “normalizar” seus modos de existência.

Ressalta-se, aqui, que todas as políticas públicas, tanto de saúde, de assistência social, de educação, quanto de habitação, são ações biopolíticas. Nesse viés, Foucault afirma que as ações biopolíticas surgem como investimentos sobre o corpo, sobre a população, vão cuidar da administração dos corpos e da gestão da vida. Um dos primeiros alvos de controle da biopolítica se constituiu por meio dos processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade e de problemas de cunho econômico e político. Portanto, a biopolítica lida com a noção de população entendida como problema político, biológico e de poder. Logo, vai atuar na preservação da existência da população.

A biopolítica extrai seu saber e defini sua intervenção de poder a partir das taxas de natalidade e mortalidade, das incapacidades biológicas e dos efeitos do meio. As políticas públicas vão se encarregar de desenvolver ações que visem ao bem estar da população, mas que sobretudo consigam controlar os corpos. Para tanto, sua principal ação consiste em possibilitar a saída das ruas das pessoas, bem como garantir o acesso aos serviços assistenciais e de saúde, tentando, dessa forma, cuidar dessa população. Ou seja, conduzi-los a outras formas consideradas melhores de se viver. Em muitos casos é desconsiderada a escolha da pessoa em situação de rua, não é respeitado o direito de ir e vir dessa população, visto que esses não são mais considerados úteis à sociedade.

Não são reconhecidos os modos de vida dessa população, nem mesmo a improvisação que essas pessoas realizam para possibilitar suas existências. É esquecido que o viver nas ruas está interligado à imposição de novos relacionamentos, e muitas vezes esse viver na rua também está baseado nos valores e crenças aprendidos por essa população antes de adentrar à vida nas ruas. Isso é presenciado no discurso de Zé Correto, que mesmo vivendo nas ruas entende

que é preciso respeitar as pessoas, não mexer em seus pertences, isto é, não roubar, não estar envolvido em situações que são consideradas como ilegais.

Nesse sentido, pode-se entender que Zé Correto produz sua subjetividade por meio de discursos, esses discursos partem da prática moral, de seguir regras de comportamento e obediência, no sentido de que mesmo vivendo em situações precárias, para sobreviver, não lhe é permitido roubar, ou infringir normas, regras que são impostas. Portanto, pela trajetória de vida de Zé, como em seu discurso, pode-se considerá-lo como um ser políticamente correto que vive em um ambiente, em uma realidade entendida como políticamente incorreta e anormal.

Ou seja, o viver nas ruas pode ser entendido como algo errante, desviante da norma, e a partir dessa dualidade entre o correto e o incorreto é que Zé se constitui como sujeito, e precisa lidar com a contradição de viver corretamente, de agir conforme manda a lei em locais que são vistos como incorretos, nos quais não se entende como uma pessoa "boa", uma "pessoa normal" escolhe viver. Pois quem vive nas ruas é considerado como uma pessoa que desvia, que causa desordem e, consequentemente, coloca em perigo e em situação de medo o restante da população. É preciso ressaltar que em relação ao uso de bebida etílica Zé não entende que seu uso pode ser considerado como algo "errante".

Outro ponto que pode ser discutido está relacionado à questão de pertencimento a um lugar, visto que por um ano Zé Correto permaneceu vivendo em uma obra abandonada, recriou esse espaço conforme demandavam suas necessidades, bem como precisou criar laços de solidariedade entre os seus e os demais. Por muitas vezes Zé discursa a respeito de não ser igual aos outros, que não se envolve em questões ilegais e isso envolve também o não uso de substâncias ilegais. Permanece em sua "dependência" a vícios lícitos, que são o uso da bebida etílica e do tabaco.

Por fim, pode-se comparar a trajetória de vida de Zé Correto com uma vida de metamorfose, como mostra a obra de Franz Kafka, *A metamorfose*. Tal obra parte da história de Gregório Samsa. Certa manhã Gregório Samsa acordou de sonhos intranquilos e se encontrou em sua cama metamorfoseado em um inseto monstruoso, tendo dificuldades de sair do quarto. Isso lhe impede de comparecer ao trabalho. Quando a família de Samsa descobre a real situação, entram em pânico, e o veem como uma aberração. Portanto, Gregório já não era o mesmo, agora ele era um inseto; essa condição tornou-se um grande peso para a família, pois teriam que

tomar cuidados especiais com ele; quando se cansam desse cuidado o abandonam. A partir desse momento, Gregório precisa se virar sozinho em seu quarto solitário, sofrendo desprezo da família, tendo que aprender a se reconhecer nessa situação. Além do sofrimento de Gregório, sua família também precisa encontrar novas possibilidades para viver, visto que sempre foi sustentada por Gregório. Chega um momento em que Gregório precisa ir embora, pois não é mais reconhecido como membro da família. Esse momento é marcado pela morte de Gregório, e mesmo deixar de ser um estorvo para família.

O intuito dessa obra é mostrar as transformações pelas quais nós seres humanos passamos, sendo que muitas dessas transformações não são esperadas e nem planejadas, fazendo com que a vida seja improvisada. Deve-se viver de algum modo que seja útil para a sociedade. Portanto, nesse sistema, não se encontra espaço para as diferenças, ainda mais para as diferenças que não produzem lucro. Assim, as relações humanas também passam por transformações, passam a não aceitar falhas, e as únicas formas encontradas para se relacionar com o diferente, com aquele que não é mais útil, são a exclusão e o desprezo.

Nesse viés, pode-se pensar na trajetória de vida de Zé Correto, que passou por transformações tanto financeiras quanto de relacionamentos interpessoais. Em um primeiro momento Zé segue uma obediência moral, constitui família e fornece o sustento da mesma. Está ligado à ação de alguns trabalhos, mesmo que de modo informal. No entanto, em certo momento de sua vida, começa a fazer uso abusivo da bebida etílica, e isso causa alguns conflitos familiares. Pode-se entender então que o Zé é considerado como o inseto no qual se tornou o Gregório. Por algum tempo sua família tenta lhe ajudar, tenta fazer com que Zé Correto procure um tratamento para sua dependência; como não aceita tratamento, a alternativa que sobra para sua família é lhe abandonar. A partir de então Zé começa a viver nas ruas e precisa encontrar formas para sobreviver. Em nenhum momento considera a possibilidade de mudar seu comportamento em relação ao uso da bebida etílica, pois acredita ter o controle sobre a mesma, tem estratégias para sobreviver fazendo o uso da bebida.

Nesse novo contexto, Zé sobrevive com a realização de alguns serviços, bem como com a ajuda da nova rede de relacionamentos. Evita pedir ajuda a serviços de políticas públicas do Município de Francisco Beltrão, principalmente no que se refere aos serviços assistenciais. O que se observa é que Zé não perde o contato total com seus familiares, bem como demostra afetividade pelos mesmos. O que fica evidente

é que de certa forma opta por viver nas ruas, para fugir da cobrança, para evitar conflitos. Em seu novo modo de viver, ninguém lhe cobra horários, ninguém lhe cobra para que mude seu hábito de beber.

Observa-se também que as transformações na vida de Zé interferem no seu modo de se relacionar consigo, bem como com os demais. Dessa forma, sua interação com o Estado e com os serviços de políticas públicas acontece por meio de tensões entre instituições/Estado e a realidade de pessoas vivendo nas ruas. Essas tensões resultam em novas formas de subjetivação, bem como de controle dos corpos. Isto é, novos modos de existência vão se construindo em relação às ações biopolíticas.

REFERÊNCIAS

ABIB, Leonardo Trápaga. **Crônicas urbanas**: Consultório na Rua, população em situação de rua, clínica menor e outras histórias. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande-RS, 2014. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/4877/Leonardo_dissertacao_vers%C3%A3o_final%20%20Lista%20de%20Ilustra%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ABREU, Deidvid de. **Pessoas em situação de rua, uso de drogas e o consultório de rua**. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106896/321526.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 out. 2016.

ALVARENGA, Rodrigo. Direitos humanos, alteridade e saúde mental: o caso da população em situação de rua. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 9., João Pessoa. **Anais.** Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/ixsidh/ixsidh/paper/view/4262/158>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ANDRADE, Luana Padilha; COSTA, Samira Lima da; MARQUETTI, Fernanda Cristina. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Revis. Saúde Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 4, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n4/0104-1290-sausoc-23-4-1248.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

ARAÚJO, Carlos Henrique. Migrações e vida nas ruas. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos, viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BATISTA, Jorge Luiz Candido de; GUIMARÃES, Jane Rodrigues. A gestão do trabalho, do homem e da vida a partir do pensamento de Michel Foucault. **Kínesis**, v. 1, n. 2, 2009. Disponivel em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Artigo09.Jorge.Luiz.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENITES, Flávio Roberto Gomes. Práticas de subjetivação/objetivação em Michel Foucault. **Revista DLCV**, v. 4, n. 1, p. 113-127, 2006.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOLSONI. Betânia Vicensi. O cuidado de si e o corpo em Michel Foucault: perspectivas para uma educação corporal não instrumentalizadora. In: **ANPEO SUL 2012**; Seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012. Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Filosofia_da_Educacao/Trabalho/02_05_58_1577-7564-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRANCO, Guilherme Castelo. **Michel Foucault**: filosofia e biopolítica. São Paulo: Autêntica, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colec_progestores_livro9.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 7.053**, de 23 de dezembro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. **Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa**: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2013.

_____. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: MDS. 2008a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-deavaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/pesquisas>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasilia, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua para consulta pública**. Brasilia, 2008b. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf>. Acesso em: 15 jul.2016

CANDIOTTO, Cesar. Cuidado da vida e dispositivos de segurança: a atualidade da biopolítica. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (org). **Foucault**; filosofia e política. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CID-10. **Classificação Internacional de Transtornos Mentais e de Comportamento CID-10**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, dez. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/993 >. Acesso em: 10 jul. 2016.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DANNER, Fernando. A Genealogia do Poder em Michel Foucault. In: IV MOSTRA DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO – PUCRS, 4., Porto Alegre. **Anais**: EDIPUCRS, 2009.

DUARTE, André. **Sobre a biopolítica**: de Foucault ao século XXI. Ensaios críticos, 2006. Disponível em: <http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.htm>. Aceso em: 15 jun. 2016.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

_____. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos, viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

Eu existo. Produção do Centro Acadêmico. São Paulo: 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dW_SGHrlIjc>. Acesso em 10mar. 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasilia: UNB, 2001.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Discurso e produção de subjetividade em Michel Foucault. **LEDIF**, Uberlândia-MG, ano 2, artigo n. 1, 2011.

FIALHO, Joaquim; DA SILVA, Carlos Alberto; SARAGOÇA, José. Trabalho e dilemas nas relações laborais: valores, perspectivas e expectativas. **Revista Educação Skepsis**, n. 2, 2011. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/4031/1/dilemas.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FONSECA. Marcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: Educ, 2011.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, Michel. A cultura de si. In: _____. **História da sexualidade**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1985.

_____. A Ética do cuidado se Si como Prática da liberdade. In: _____. **Ditos e Escritos**. v. 5: Ética, Sexualidade e Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **A Sociedade Punitiva**: Curso no Collège de France (1972-1973). Lição de 17 de Janeiro de 1973. Martins Fontes: São Paulo, 2015.

_____. Aula 17, de março de 1976. In: _____. **Defesa da sociedade**. São Paulo: Martins fontes, 2000.

_____. Direito de morte e Poder sobre a Vida. In: _____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1999.

_____. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (org). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. Poder e Saber. In: _____. **Ditos e Escritos**. v. 4: Estratégia, poder – Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. A vida dos homens infames. In: _____. **Ditos e escritos**. v.4. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCISCO BELTRÃO. **Plano diretor municipal de Francisco Beltrão**. 2006. Disponível em: <http://franciscobeltrao.pr.gov.br/wp-content/uploads/2016/11/volume-I-parte-2-PDMFB.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 2014. 361 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2004.

GALLO, Sílvio. Do cuidado de si como resistência à biopolítica. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Foucault filosofia e política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

GIGLIOTTI, Analice; BESSA, Marco Antonio. Síndrome de Dependência do Álcool: critérios diagnósticos. **Rev. Bras. Psiquiatr**, São Paulo, v. 26, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462004000500004>. Acesso em: 15 jan. 2017.

GOMES, Thais Candido Stutz; SANTOS, Thais Giselle Diniz. Os invisíveis que eles querem esconder: A luta por direitos básicos, a violência e os reflexos da Copa do Mundo FIFA 2014. In: ALVIM et al. (org). **Direitos Sociais e Políticas Públicas**. Florianópolis: FUNJAB, 2012. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/livro.php?gt=84>. Acesso em: 10 Jan. 2017.

GOMES, Rita de Cássia Maciazeki. **Gente-Caracol a cidade contemporânea e o habitar as ruas**. 2006. 113 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GRABOIS, Pedro Fornaciari. **Transformar o poder**: um estudo sobre a questão da biopolítica em Foucault e Negri. Ensaios Filosóficos, v. 8. Rio de Janeiro, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Francisco Beltrão, 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410840 >. Acesso em: 10 jan. 2017.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

KUNZ, Gilderlândia Silva; HECKERT, Ana Lucia; CARVALHO, Silvia Vasconcelos. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Revista psicologia**. v. 26, n. 3, p. 919-942, 2014.

LARANJEIRA, Ronaldo; PINSKY, Ilana. **Alcoolismo**. São Paulo: Contexto, 2012.

LE BRETON, David. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

LESSA, Carlos. Os ovos da serpente. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos, viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

LIMA, Wilson. **195 moradores de rua foram assassinados desde o começo do ano**. Movimento Nacional de Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <http://www.mndh.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3380>. Acesso em: 10 jan. 2017.

LOVISI, Giovanni Marcos. **Avaliação de distúrbios mentais em moradores de albergues públicos das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói**. 2000. 167 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://portalteses.icict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/2000/lovisigmd/capa.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MARTINEZ, Mariana Medina et al. A produção e a gestão da população de rua: A trajetória de Luciene. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 7, n. 4, p. 741-767, 2013.

MATTOS, Ricardo Mendes. **Situação de rua e modernidade**: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. 2006. 244 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.

MELO, Débora. **O que afasta a população de rua dos albergues?** São Paulo: Carta capital, 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-afasta-a-populacao-de-rua-dos-albergues>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MENDES, Mariana Vila Bôas. **Os moradores de rua e suas trajetórias**. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

Moradores de rua: o que podemos fazer por eles? Produção de Fred Melo Paiva, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=awh2RU9P8qI>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MOURA, João Clemente A. Quaresma de. **O poder na obra de Foucault e as Estratégias do Contemporâneo**. 2007. 85 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9999/9999_1.PDF>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PASSETTI, Edson. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 5, 2013. Disponível em: < https://revistas.pucsp.br//index.php/ecopolítica/article/viewFile/15120/11292>. Acesso em: 20 fev.2017.

PASSOS, Izabel C.F. Situando a analítica do poder em Michel Foucault. In: _____. (org.). **Poder, normalização e violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PEREIRA, Naira Michelle Alves; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Uma reflexão sobre políticas públicas: fundamentos de origem e percepções conceituais. **Interface**, Natal-RN. v. 11, n. 1, Jan/Jun, 2014.

PEZ,Tiaraju Dal Pozzo. **Pequena análise sobre o sujeito em Foucault**: a construção de uma ética possível. Londrina: UEL, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/TiarajuDPPez.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

PORTOCARRERO, Vera. Práticas sociais de divisão e constituição do sujeito. In: RAGO, Margaretf; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

REIS, Diana dos. **População em situação de rua e a sua relação com o trabalho: as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas pessoas em situação de rua**. 2012. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso **(**Bacharel em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

REIS, Mariana Sato dos; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. População de Rua, Território e gestão de políticas sociais: para além de um retrato social. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 16, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/16394/14662>. Acesso em: 16 maio 2016.

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RODRIGUES, José Augusto; SILVA FILHO, Dario de Sousa. População de rua. In: **Agenda Pública, Drama social**. Rio de Janeiro: FAPERJ: 2002

ROUANET, Sérgio Paulo et al. **O homem e o discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

RUIZ, Castor Bartolomé. A verdade das práticas e a verdade como prática. **Revista IHU** [on line]. edição 413, 01 abr. 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=A+verdade+das+pr%C3%A1ticas+e+a+verdade+como+pr%C3%A1tica+Castor+Bartolom%C3%A9+Ruiz%2C+2013&oq=A+verdade+das+pr%C3%A1ticas+e+a+verdade+como+pr%C3%A1tica+Castor+Bartolom%C3%A9+Ruiz%2C+2013&aqs=chrome..69i57j69i64l2.653j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 14 jun. 2016.

SALES, Marcio. Foucault e os modos de subjetivação. In: **ANPOF**, 11, Rio de Janeiro. Rio de janeiro: UERJ, 2008. Disponível em: <https://noboteco.files.wordpress.com/2008/05/foucault-e-os-modos-de-subjetivacao-por-m-sales.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SANTANA, Carmen Lúcia Albuquerque; ROSA, Anderson da Silva.(org.). **Saúde mental das pessoas em situação de rua**: conceitos e práticas para profissionais da assistência social. São Paulo: Epidaurus Medicina e Arte, 2016. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/saude_mental_pop_rua.pdf. Acesso em: 15 jan. 2017.

SANTIAGO, Jesus. Foucault e o neo-higienismo contemporâneo. In: PASSOS, Izabel C. F. (org.). **Poder, normalização e violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, Cristiane de Souza et al. Uma análise sobre o atendimento à população em situação de rua no município de Belém/PA: problematizações acerca do serviço de acolhimento institucional. In: VII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., São Luís. **Anais JOINPP**: UFMA, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/uma-analise-sobre-o-atendimento-a-populacao-em-situacao-de-rua-no-municipio-de-belem.pdf> . Acesso em: 10 abr. 2017.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil do início do século XX. **Rev. História, Ciências, Saúde**. Manguinhos-RJ, v.17, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000600008>. Acesso em: 01 jul. 2017.

SERPA, Virginia; VIRGÍNIA, Clara Virgínia; CAVALCANTE, Sylvia. Assistência social pública brasileira: uma política da autonomia - um dispositivo biopolítico. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v.15, n. 3, 2015.. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SERRANO, Cesar Eduardo Gamboa. **Eu mendigo alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. **Homem de rua, homem doente**: a população de rua nos discursos de acolhimento público. 2013. 180 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Wanderson Nunes; HÜNING, Simone Maria. De morador de rua a criminoso. **Athenea Digital**, v. 15, n. 2, 2015. Disponível em: < file:///C:/Users/Dani/Downloads/1479-5809-3-PB.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

SILVA, Wanderson Vilton Nunes da. **Entre ruas que subjetivam, Registros do governo da vida e da morte na cidade**. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Departamento de Psicologia, Maceió, 2013.

SILVEIRA, Andrea Fernanda et al. **Caderno de psicologia e políticas públicas**. Curitiba: Unificado, 2007.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar Y. Uma história política da subjetividade em Michel Foucault. **Fracital**, v. 20, n.2, p. 571-582, 2008.

SOUZA, Adrielly Pereira de; MACEDO, João Paulo Sales. Transformações no mundo do trabalho: repercussões sobre o fenômeno da População em Situação de Rua. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luíz. **Anais JOINPP**: UFMA, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/tranformacoes-no-mundo-do-trabalho-repercussoes-sobre-o-fenomeno-da-populacao-em-situacao-de-rua.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SOUSA, Anne Gabriele Lima. **“Eu sou de rua, mas também sou gente”**: Intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB. 2012. 245 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Recife, 2012.

SOUSA, Simone Aparecida de. **Discurso, autor e sujeito dentro da obra “A Ordem do Discurso” de Michel Foucault**: uma análise metadiscursiva. Juiz de Fora: UFJF, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/darandina/files/2010/01/Simone-Aparecida-de-Sousa.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

TEIXEIRA, Paulo André Souza. **Vivência de rua e alcoolização**: a produção de sentido em (ex) moradores de rua. 2007. 78 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

TÓTORA, Silvana. Foucault: biopolítica e governamentalidade Neoliberal. **REU**, Sorocaba, SP, v. 37, p. 81-100, 2011.

VARANDA, Walter. **Liminaridade, bebidas alcoólicas e outras drogas**: funções e significados entre moradores de rua. 2009. 195 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Governamentalidade, biopolítica e inclusão**. Bogotá: IDEP, 2011. Disponível em: <http://www.michelfoucault.com.br/files/Governamentalidade,%20biopol%C3%ADtica%20e%20inclus%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.). **População de rua**: quem é? Como vive? Como é vista? São Paulo: Hucitec, 2004.

VILLAMARIM, Maria do Carmo Campos. **Política de assistência social e população de rua**: composição de processos de subjetivação na cidade de Belo Horizonte. 2009. 53 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

Roteiro de entrevista para Zé Correto

- Fale-me sobre sua história.

- Conte-me como é viver nas ruas.

- Conte-me quais ajudas você recebe dos serviços municipais.

Roteiro de entrevista com Velho Amigo e Camarada

- Conte-me como você conheceu Zé.

Conte-me um pouco da historia de vida de Zé antes de ele ir viver na rua.

Conte como foi a trajetória, os motivos que levaram Zé a morar nas ruas.

Conte como é a vida de Zé nas ruas, sua rotina, seus hábitos

Conte-me com Zé se relaciona com os amigos, familiares.

Conte-me quais atendimentos/ajudas foram disponibilizados para Zé.

Apêndice B – Fotos do local no qual Zé permanecia quando foram realizadas as entrevistas.



Foto 1: Parte inferior da obra, na qual Zé utiliza para realizar sua comida



Foto 2: Parte superior da obra utilizada como dormitório



Foto 3: Parte dos fundos da obra, na qual permanecem outras pessoas em situação de rua



Foto 4: Frente da obra abandonada

ANEXO A – Reportagem Folha de São Paulo

UOL HOST PAGSEGURO CURSOS +PRODUTOS UOL BUSCA BATE-PAPO EMAIL

FOLHA DE S.PAULO
Assine a folha

A REVISTA DA FOLHA
sãopaulo

O Melhor de sãopaulo Descubra sp Viaja sãopaulo Reportagens Colunistas BUSCAR

Grupo socorre moradores de rua de São Paulo com agasalho e sopa

No caminho do bem



Roberta Christofoletti, 35, e Akássia Pereira, 35, do Caridade da Madrugada Por: Pedro Saad/Folhapress 27/06/2017

[9 de 9]

URL CURTA MAIOR MENOR ERRAMOS?

ANA RIBEIRO
COLABORAÇÃO PARA A sãopaulo

16/07/2017 02h00

No frio, a vida é ainda mais dura para os moradores de rua. A noite cai, a fome aperta, o vento machuca. A boa notícia, se for terça-feira, é a probabilidade de ouvir uma voz soando de dentro de um carro: "Você quer uma sopa?"

Há quatro anos, um grupo de amigos deu origem ao grupo Caridade da Madrugada. Akássia Pereira, uma das integrantes, conta que um dia, em uma conversa, comentou que achava o frio da noite um flagelo que ninguém merece. "Comprei cem cobertores para distribuir. Amigos quiseram ajudar. Nunca mais paramos", lembra Akássia.

Desde então, uma vez por semana, eles seguem o mesmo roteiro. Das 21h às 22h, esperam por doações no ponto de encontro (o número 300 da rua Henrique Schaumann, Sumaré). Cada um chega com o que arrecadou: roupa, cobertor, sapato, um bolo, uma torta, escova e pasta de dentes... Sem faltar a panela de sopa e o pão fresquinho, que recebem de um restaurante e de uma padaria. Quem quiser ajudar é bem recebido. Às 22h, o grupo se ajeita nos carros disponíveis e sai pela cidade distribuindo as doações.

"Tem dias que a entrega é rápida, quando tem muita gente na rua. Às vezes, por conta do frio ou da chuva, eles ficam mais escondidos e temos que sair procurando", diz Akássia. Ela acrescenta que às vezes os moradores de rua recusam ajuda. "'Já comi hoje. Pode oferecer para outra pessoa que esteja precisando', dizem".

O mesmo acontece com os cobertores. O grupo já não pergunta mais o que levou a pessoa àquela situação. "Cada caso é um caso. Estou fazendo isso há quatro anos e tem gente que está na rua esse tempo todo, vivendo no mesmo lugar."

Akássia conta que a aproximação é sempre feita com respeito. "Já me perguntaram: 'Você vai entregar comida para morador de rua? E se ele for drogado?' Eu não me importo. Estou ali para levar um pouco de conforto a quem está precisando. Essa é a nossa parte. E fazemos isso com satisfação."

*

/leia também

Sete iniciativas atuam para transformar São Paulo em um lugar melhor; conheça

Pai de jovem morta em tragédia da TAM cuida de memorial às vítimas

Vizinhança voluntária leva segurança e arte à rua Joaquim Antunes, em Pinheiros

ANEXO B: Campanha no Facebook



Fonte: Página Facebook Black Angel